



**RELATÓRIO DAS LINHAS DE
ACÇÃO GOVERNATIVA
PARA O ANO FINANCEIRO DE 2009**

**REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**

11 de Novembro de 2008

**RELATÓRIO DAS LINHAS DE
ACÇÃO GOVERNATIVA
PARA O ANO FINANCEIRO DE 2009**

Índice

**Governo da Região Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2009**

INTRODUÇÃO	7
-------------------------	----------

PRIMEIRA PARTE

Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2008	9
--	----------

SEGUNDA PARTE

Síntese das acções governativas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2009	15
---	-----------

1. Ajustamento das estratégias económicas e reforço da diversificação adequada da economia 16
2. Empenho total na manutenção da qualidade de vida da população e construção de um futuro promissor para esta terra 19
3. Aprofundamento dos projectos de construção de uma sociedade de valores humanistas e empenho na qualificação dos seus elementos 20
4. Assumir integralmente as responsabilidades de governação e ampliar os resultados da reforma 22

TERCEIRA PARTE

Consolidar a confiança para vencer as dificuldades	25
---	-----------

CONCLUSÃO	33
------------------------	-----------

Índice

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2009 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

———— Síntese ————

Área da Administração e Justiça	39
Área da Economia e Finanças	55
Área da Segurança	65
Área dos Assuntos Sociais e Cultura	75
Área de Transportes e Obras Públicas	89
Comissariado contra a Corrupção	101
Comissariado de Auditoria	105

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2009

———— Síntese ————

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2009 (Síntese)	111
--	------------

**Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2009**

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Linhas de Acção Governativa Ano Financeiro de 2009

**Chefe do Executivo Ho Hau Wah
11 de Novembro de 2008**

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,
Excelentíssimos Senhores Deputados:

INTRODUÇÃO

No decurso deste ano, com o apoio empenhado do Governo Central e assente em bases sólidas da sua economia, sociedade e cultura, a população de Macau contribuiu de forma activa para a promoção de um desenvolvimento da RAEM mais amplo, mais rico e com maior vitalidade, prosseguindo na concretização da grandiosa causa traduzida nos princípios “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, a caminho de um novo patamar de crescimento mais maduro, sólido e qualificado.

No próximo ano, iremos continuar a nortear a nossa acção em defesa dos interesses dos cidadãos, procurando satisfazer as suas necessidades. Vamos vencer os desafios e dificuldades provocados pela crise económica, assumindo com firmeza o sentido de responsabilidade e investindo maiores energias para, com pragmatismo, trabalhar em prol do bem-estar da população e do desenvolvimento sustentável da sociedade.

Primeira Parte

Balanço das acções do Governo da
Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2008

Senhora Presidente, senhores Deputados, permitam-me, agora, fazer um breve balanço das acções do Governo realizadas ao longo de 2008.

No decurso do ano, no âmbito da reforma administrativa, os nossos trabalhos foram prosseguidos com sucesso, em cumprimento do “Programa de Reforma Administrativa”. Empenhámo-nos no aperfeiçoamento da gestão e do regime de regalias no domínio da função pública. Os serviços nos bairros comunitários foram alargados, proporcionando maiores facilidades à população. O sistema de serviços de informação centralizados entrou em funcionamento. O serviço de divulgação de informações ao público através de mensagens via telemóvel produziu os efeitos desejados e elevámos a transparência da Administração Pública, oferecendo aos cidadãos uma prestação de serviços mais personalizada.

Ao longo deste ano, no domínio da democratização da vida pública, os nossos trabalhos incidiram principalmente no aprofundamento dos processos de consulta pública, num maior envolvimento nas “palestras comunitárias” e no reforço dos trabalhos de criação de órgãos consultivos nos bairros comunitários. O Governo procurou com seriedade compreender as preocupações das pessoas e reunir os seus contributos para o aperfeiçoamento das políticas. Pusemos em funcionamento o sistema de serviços de informação centralizados, com o objectivo de aumentar a transparência da Administração Pública. Alargámos e optimizámos as acções de consulta pública, por forma a recolher os contributos dos cidadãos e a incentivar a sua participação nos assuntos públicos.

Respondendo à evolução da sociedade, o Governo deu início a uma série de novos projectos. Lançámos o Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico. Criámos mecanismos rápidos de divulgação de informações e de resposta. Desenvolvemos a reforma dos mecanismos de inspecção e controlo e de comunicação no âmbito da importação de produtos alimentícios. Prestámos auxílio à recuperação dos lugares e entidades afectadas pela devastação causada pelo tufão *Hagupit*. Revimos e elaborámos vinte projectos jurídicos que não integravam o nosso plano inicialmente traçado.

Ensombrada pela grande turbulência económica de origem externa, mesmo assim, a economia de Macau pôde manter a sua tendência de crescimento. Os benefícios trazidos pelo CEPA e seus acordos suplementares tornaram-se mais visíveis. A política de diversificação adequada da economia manteve o seu rumo estável. O sistema financeiro saudável e as receitas fiscais estáveis proporcionaram à RAEM bases materiais para o seu desenvolvimento e para o reforço da sua capacidade de resposta.

Empenhámo-nos na inovação de novos modelos de promoção turística, na consolidação das principais fontes turísticas e na expansão dos mercados internacionais, no sentido de garantir o desenvolvimento sustentável do sector de turismo. No sector do comércio, os serviços intermediários ganharam maior dinamismo e outros sectores, nomeadamente o de convenções e exposições, começaram a demonstrar a sua vitalidade. As condições de exercício comercial foram optimizadas, a diversificação adequada da economia deu os primeiros passos e a estrutura da economia manteve-se em constante ajustamento.

O Governo tem prestado oportunamente apoios e serviços integrados no âmbito do financiamento, auxílio tecnológico e da informação com vista a fortalecer as competências das pequenas e médias empresas e da sua qualidade de serviço, por um lado, e assegurar a competitividade e a oportunidade de emprego dos trabalhadores locais, por outro. A revisão da Lei das Relações de Trabalho veio a salvaguardar melhor os direitos e interesses dos trabalhadores. Face à alta taxa de inflação, o Governo diversificou as fontes de abastecimento de produtos e bens, lançou várias medidas de apoio financeiro temporárias, tendo conseguido atenuar de certo modo a pressão sentida pelos residentes na sua vida quotidiana.

Aperfeiçoámos o plano de contingência em situações de emergência com vista a aumentar a capacidade de prevenção de doenças, garantir a segurança alimentar, melhorar as instalações e equipamentos sanitários e elevar genericamente a qualidade dos serviços médicos, contribuindo, assim, para a manutenção do estatuto de Macau enquanto cidade saudável.

As diversas instituições e estabelecimentos de ensino investiram na melhoria das qualificações do seu corpo docente, na aplicação de critérios mais exigentes na admissão de novos alunos e em projectos de investigação científica, promovendo as qualidades humanas e inculcando nos alunos o espírito da procura de excelência e o desenvolvimento das suas capacidades multifacetadas. Assente nos alicerces da implementação integral da escolaridade gratuita de 15 anos, procurámos promover a melhoria das condições de ensino e de aprendizagem, apoiar os professores no desenvolvimento da sua carreira profissional, assim como estimular o crescimento dos alunos em todas as vertentes, acelerando o processo de optimização do ensino não superior.

O Governo concentrou esforços na elaboração de um projecto de “serviços juvenis”, no fortalecimento da educação cívica e moral, na divulgação dos valores de patriotismo e de sentido de pertença a Macau, encorajando os jovens a desenvolver as suas potencialidades e criatividade, no sentido de criar oportunidades para o seu desenvolvimento integral.

Procurámos elevar a qualidade dos serviços sociais mediante a conjugação dos recursos privados e públicos e o reforço atempado dos apoios e ajudas aos grupos sociais mais fragilizados e prestando mais atenção às suas necessidades. Trabalhámos para promover o valor de harmonia na comunidade e na família. Procedemos à optimização dos serviços de reabilitação, promovendo acções de combate ao consumo da droga e demos início às tarefas de aperfeiçoamento do regime de segurança social, com vista a melhorar as garantias sociais dos residentes.

Exercemos um controlo e uma fiscalização mais rigorosos no sector do jogo para assegurar o seu desenvolvimento regulamentado, saudável e sustentado. Envidámos esforços na prevenção do jogo compulsivo, prestando apoio especializado e realizando actividades para incentivar os trabalhadores do sector de jogo a viver de forma saudável.

Com o objectivo de evidenciar as características culturais de Macau, o Governo empenhou-se na protecção dos seus valiosos recursos classificados como Património Mundial. Procurámos

maximizar a função cultural dos museus e das bibliotecas, incentivando o hábito de leitura. Experimentámos conjugar a via da generalização do interesse artístico e a via da especialização da produção cultural, apoiando a formação de artistas locais com potencialidades. Estamos cientes que a formação e a aprendizagem são elementos fundamentais para a expansão da indústria criativa.

O Governo colaborou activamente para o sucesso da realização dos Jogos Olímpicos de Pequim e tem continuado a organizar eventos desportivos internacionais. Na promoção activa do conceito “desporto para todos”, o Governo criou oportunidades para um melhor aproveitamento das suas instalações desportivas, conseguindo com a sua acção estimular uma maior participação dos cidadãos nas actividades desportivas.

O Governo promoveu a construção de habitações públicas e adoptou medidas para motivar os proprietários na restauração de prédios degradados. Apresentámos a proposta sobre a limitação da altura das construções nas imediações do Farol da Guia e demos início às obras no âmbito do planeamento urbano. Os trabalhos de reordenamento dos bairros antigos foram desenvolvidos de acordo com o programado, contando sempre com a adesão entusiástica dos cidadãos nos processos de consulta pública. O Governo reforçou a prestação de informações cadastrais, tendo continuado a estudar a revisão da Lei de Terras e a aperfeiçoar o regime do concurso público para obras públicas. Iniciámos também o processo de aperfeiçoamento dos circuitos internos de trabalho.

Envidámos esforços para controlar todo o tipo de poluição. O Governo organizou o Fórum e Exposição para a Cooperação Ambiental Internacional, como forma de intensificar a divulgação da protecção ambiental. O Governo optimizou o sistema de abastecimento energético e incentivou a poupança energética. Criámos um serviço público com competência para fiscalizar a aplicação da nova lei rodoviária e continuámos a aumentar o número de lugares de estacionamento por forma a atenuar os efeitos da problemática do trânsito. Promovemos o desenvolvimento dos sectores de correios, telecomunicações, serviços portuários e tecnológicos em resposta às necessidades da evolução da sociedade e em obediência ao princípio “servir melhor a população”.

Na área da segurança, o Governo empenhou-se no aperfeiçoamento das instalações físicas e na qualificação dos recursos humanos, na promoção da cooperação internacional e regional, no reforço das relações com os cidadãos e na elevação do nível de segurança local. A par de se ter envidado esforços no controlo da criminalidade grave, trabalhamos também no reforço ao combate à pequena criminalidade, no sentido de garantir a segurança dos residentes e turistas, assim como para proporcionar um ambiente de segurança durante a realização dos Jogos Olímpicos. Face às novas circunstâncias resultantes do desenvolvimento da sociedade, o Governo reforçou as medidas de controlo dos casinos e estabelecimentos de diversão, prevenindo, entre outras, actividades criminosas, o branqueamento de capitais e o tráfico de pessoas.

A melhoria do sistema de controlo automático de entrada e saída de pessoas no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco contribuiu para o descongestionamento na circulação de visitantes. O Governo tem continuado a elevar o nível do controlo alfandegário, desenvolver esforços para proteger a propriedade intelectual e simplificar os trâmites de desalfandegamento. Face à inauguração sucessiva de grandes hotéis, os serviços de bombeiros procederam à avaliação aprofundada de riscos e estudo sobre estratégias, bem como reforçaram a inspecção das condições de segurança dos estabelecimentos.

Participámos activamente nas iniciativas de cooperação regional. A plataforma de cooperação sino-portuguesa alargou o âmbito das suas acções, tendo conquistado maior reconhecimento da sua utilidade. O intercâmbio económico e comercial tem continuado a trazer benefícios visíveis em todas as áreas.

No que diz respeito aos serviços de auditoria, procurámos melhorar a qualidade dos recursos humanos e reforçar as acções de formação, no sentido de elevar o nível de especialização. O Comissariado da Auditoria intensificou as acções de divulgação e comunicação com as entidades, sensibilizou-as para a necessidade de economizar meios e realizou auditorias às contas, auditorias específicas e auditorias de resultados.

O Comissariado contra a Corrupção exerceu com mais eficácia a sua função de fiscalização, promoção da impugnação administrativa, divulgação da noção de integridade e generalização do valor de honestidade. O Comissariado desenvolveu acções no sentido de combater a corrupção, acompanhar o funcionamento dos serviços públicos, promover o Plano para uma Gestão Íntegra e elevar o grau da integridade da sociedade em geral.

No decurso deste ano, temos logrado retirar ensinamentos das acções mais relevantes de governação, ganhando novas experiências úteis para o futuro.

Para fazer face às mutações económicas e as suas implicações sociais, o Governo procedeu a um ajustamento fundamental das estratégias subjacentes às principais políticas económicas. Ganhámos a consciência de que, de certa forma, qualquer política destinada à melhoria do bem-estar da população nunca é totalmente eficaz, produzindo eventualmente efeitos secundários, razão pela qual, é indispensável uma avaliação contínua das suas implicações. Quando necessário, precisamos de tomar medidas firmes de modo a que os seus efeitos positivos possam beneficiar em todo o tempo um maior número de cidadãos.

No processo de construção de uma sociedade íntegra, soubémos retirar ensinamentos profundos dos nossos desaires. Reforçámos a nossa capacidade de identificar sinais de problemas emergentes, rectificar os erros, e ao mesmo tempo recuperar, o mais rápido possível, as forças para assumir a responsabilidade pelas nossas acções, em prol dos interesses colectivos de Macau. O que se passou levou-nos a valorizar, ainda mais, a experiência colhida no processo de promoção do valor de integridade, de modo a estarmos melhor preparados para evitar

erros no futuro e dotar-nos com a capacidade para inverter a natureza de situações desfavoráveis, transformando-as numa dinâmica positiva. Muito embora o andamento de alguns processos tenha sofrido um abrandamento temporário, contudo, é absolutamente necessário introduzir medidas de correcção e ajustamento nos procedimentos, a fim de garantir a honestidade, transparência e eficácia a longo prazo das acções governativas.

No decurso deste ano, o Governo e a sociedade civil dedicaram, em conjunto, o seu melhor nas acções de solidariedade com as vítimas do sismo de Sichuan, assim como assumiram a obrigação de contribuir para a realização com sucesso dos Jogos Olímpicos de Pequim. Temos consciência de que é importante fazer pleno uso das sinergias resultantes deste espírito de solidariedade e participação conjunta para a construção da RAEM, sendimentada no reforço da interacção entre o Governo e a população. Congregando estes esforços conjuntos, iremos aperfeiçoar a nossa intervenção em todos os domínios.

Segunda Parte

Síntese das acções governativas da
Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2009

Senhora Presidente e Senhores Deputados,

Permitam-me, agora, fazer uma exposição sumária das acções do Governo a realizar no próximo ano.

1. Ajustamento das estratégias económicas e reforço da diversificação adequada da economia

O sistema capitalista, na sua essência, é assente em regras de mercado e no princípio da liberdade económica, o que se reflecte também na actuação do Governo da RAEM em obediência aos princípios do Estado de Direito. No entanto, isto não significa que o Governo seja indiferente às mudanças do mercado, limitando-se a uma atitude passiva de não intervenção. Para fazer face aos efeitos da crise económica e financeira internacional e no sentido de assegurar a justiça, a ordem e a eficiência do mercado, o Governo tem a obrigação de adoptar oportunamente políticas e medidas específicas, reforçar as medidas de fiscalização e aperfeiçoar os regimes jurídicos, de modo a proceder ao ajustamento adequado da economia, elevar a eficiência administrativa e garantir que a economia e a situação de emprego de Macau se mantenham num rumo de desenvolvimento estável e dinâmico neste período de dificuldades em que vivemos.

Embora a recente crise financeira internacional represente um grande desafio para todos, ela também nos oferece dados de referência importantes para a nossa consideração. Por isso, o reforço da supervisão das instituições financeiras e a garantia da segurança financeira devem assentar numa larga base de consenso internacional e constituem prioridades das acções governativas da RAEM para este e o próximo ano. O sistema financeiro local é seguro e saudável. Mesmo assim, perante a complexização crescente da economia financeira e das rápidas transformações do sistema, cabe ao Governo assumir a missão importante e urgente de reforçar o controlo das instituições financeiras, o aperfeiçoamento do sistema financeiro e a criação de condições para dinamizar o destino e a aplicação dos capitais bancários. Para além de recorrer aos métodos de supervisão internacionalmente aplicáveis, o Governo irá reforçar o controlo dos riscos financeiros, elevar o rigor do controlo interno dos bancos, acompanhar de perto as modificações do mercado financeiro internacional, manter sempre o sentido de vigilância, elevar a capacidade de reacção rápida e adoptar, caso necessário, medidas de contingência oportunas e acertadas, por forma a suprimir atempadamente os factores causadores de instabilidade. O Governo continuará a aperfeiçoar a legislação financeira, a combater com firmeza actividades financeiras ilícitas e a intensificar a prevenção dos crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, no sentido de garantir a segurança e a estabilidade do sistema financeiro de Macau.

Para assegurar um desenvolvimento saudável e sustentável do sector do jogo, o Governo continuará a reforçar a supervisão e a gestão deste sector e a controlar rigorosamente a dimensão desta indústria. Iremos implementar em toda a extensão as medidas de ajustamento anunciadas em Abril e investir mais esforços para que os trabalhadores locais que preenham

os requisitos de qualificação, possam assumir cargos de direcção. O Governo irá ainda elaborar orientações sobre o “jogo responsável”, de acordo com os padrões internacionais.

No próximo ano, para fazer face à oscilação da economia e às transformações do mercado turístico e no sentido de promover um crescimento económico harmonioso de Macau, o Governo irá consolidar as vantagens industriais já existentes e intensificar a diversificação adequada da economia.

Antes de mais, o Governo irá incentivar o sector de turismo a procurar outras fontes de turistas, fornecer produtos diversificados e prestar serviços de qualidade. 1. É necessário consolidar as fontes de turistas existentes, manter a tendência crescente do número de turistas provenientes do Sudeste Asiático e promover o crescimento do número de turistas de outros países. 2. Iremos tirar partido da classificação de Património Mundial dos nossos recursos culturais, procurando divulgar variantes do turismo temático e alargando a cooperação regional de turismo; 3. Procuraremos elevar a qualidade da prestação de serviços turísticos. 4. Iremos integrar os factores favoráveis de origem interna e externa para promover de forma original o turismo. 5. O Governo, em conjunto com a Fundação Macau, irá disponibilizar fundos para apoiar e patrocinar actividades comunitárias, de natureza e escala distintas, promovidas pelas associações, no sentido de enriquecer a oferta de produtos turísticos locais e estimular o consumo interno da sociedade. A nossa estratégia consiste na canalização dos recursos obtidos pelo sector do jogo para outras áreas conexas, designadamente ramos de actividade como a ocupação de tempos livres, férias e turismo cultural.

Além disso, o Governo irá promover o sector de serviços com potencialidades e as novas indústrias. Iremos prestar grande apoio ao sector de convenções e exposições, no sentido de tornar este sector emergente num pilar do crescimento económico de Macau. Iremos reforçar a promoção da indústria cultural, criando, o mais rápido possível, um conselho consultivo para esta área, a fim de permitir o lançamento e aperfeiçoamento das políticas neste âmbito. Iremos incentivar a adesão dos artistas aos projectos de desenvolvimento da indústria cultural e encorajar a comercialização das suas criações artísticas no mercado, como forma de assegurar proventos. Iremos desenvolver a componente cultural do nosso Património Mundial, para potenciar a sua valorização cultural e turística. Iremos encorajar o desenvolvimento de novos sectores de serviços, nomeadamente a indústria de medicina e farmacologia tradicionais chinesas, a indústria de protecção ambiental e o sector de serviços logísticos. Iremos estimular a cooperação regional para que esses sectores se desenvolvam de forma estável.

Continuaremos a fomentar as indústrias com maior conteúdo tecnológico, com capacidades para proporcionar um valor acrescentado mais elevado. Apoiaremos a reconversão e a valorização das indústrias tradicionais. Iremos encorajar o aproveitamento das vantagens inerentes ao CEPA junto das empresas, para que trabalhem na afirmação e sedimentação das suas marcas, aumentando a sua competitividade. Iremos promover de forma eficaz o projecto de desenvolvimento do Parque Industrial Transfronteiriço e continuaremos a tomar medidas para atrair projectos favoráveis à valorização e diversificação da indústria local.

Perante um panorama económico de grandes dificuldades, a prioridade das acções governativas tem de incidir na salvaguarda do direito ao emprego dos residentes locais, por forma a garantir a harmonia e a estabilidade social. Neste sentido, o Governo irá fiscalizar e controlar rigorosamente a importação e a contratação de trabalhadores não residentes, combater com firmeza o trabalho ilegal, bem como proceder a estudos aprofundados e ajustamentos atempados da política de importação de trabalhadores não residentes. Ainda há pouco tempo, o Governo anunciou medidas de controlo e redução da mão-de-obra não residente nos sectores de entretenimento, construção civil, gestão de propriedades e segurança e limpeza, com vista a manter a taxa de desemprego da população activa local num escalão baixo. Face à incerteza e à imprevisibilidade de cenários que poderão surgir no futuro, o Governo irá lançar medidas de ajustamento de maior impacto para responder oportunamente às novas realidades. O Governo irá investir mais meios na organização de acções de formação específicas e úteis para responder às necessidades do desenvolvimento, com vista a promover uma maior qualificação dos recursos humanos e auxiliar os trabalhadores a elevar a sua competitividade.

No contexto de profundas mutações da economia internacional, a capacidade demonstrada em todos os domínios e os fundamentos sólidos do desenvolvimento económico da Pátria assumem um papel de importância fulcral para o desenvolvimento estável de Macau. Nestas circunstâncias, a RAEM irá continuar a aprofundar a cooperação económica e comercial com o Interior da China. Para o efeito, faremos, em primeiro lugar, uma avaliação séria da nossa experiência e uma análise profunda das linhas de evolução, por forma a catalisar os efeitos positivos do CEPA e dos seus cinco acordos suplementares, com vista a um aproveitamento integral das suas vantagens. Os serviços competentes irão prestar todo o apoio às empresas interessadas em aderir às iniciativas no âmbito do CEPA, incentivar uma maior cooperação do sector de serviços das duas partes e promover com realismo a simplificação dos procedimentos no âmbito do comércio e investimentos.

Iremos aperfeiçoar o planeamento das acções de cooperação regional, exercendo um acompanhamento mais exigente. Iremos também reforçar as funções de plataforma regional de serviços e aprofundar a cooperação económica e comercial com as províncias e regiões do Interior da China. Os gabinetes de ligação nas cidades do Interior da China, sucessivamente estabelecidos por instituições públicas das áreas económica e comercial da RAEM, têm vindo a possibilitar a prestação de serviços mediadores no âmbito da cooperação entre empresas do Interior da China e locais. O Governo irá, com pragmatismo, levar a cabo a optimização dos mecanismos de cooperação regional, nomeadamente entre a província de Guangdong e Macau, entre a província de Fujian e Macau e no quadro da cooperação do Pan-Delta do Rio das Pérolas. Além disso, iremos atribuir a devida atenção ao estreitamento das relações de cooperação e de complementaridade com a Região Administrativa Especial de Hong Kong. Neste domínio, iremos reforçar, em primeiro lugar, a cooperação com a província de Guangdong, procurando deste modo contribuir para dinamizar a política de diversificação adequada e o desenvolvimento sustentado da economia da RAEM.

Iremos potenciar a função de plataforma económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, estimulando a sua articulação e complementaridade com as organizações de cooperação regional, designadamente a plataforma do Pan-Delta do Rio das Pérolas, para que desta cooperação, o Interior da China, os países de língua portuguesa e Macau usufruam de maiores benefícios. Iremos reforçar o intercâmbio e a cooperação com as entidades oficiais e cívicas da União Europeia. Através da realização de fóruns da indústria de protecção ambiental, o Governo empenhar-se-á na abertura de canais de cooperação entre a região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e a UE. Em relação aos países do Sudeste asiático e regiões vizinhas, a prioridade da nossa acção incidirá na cooperação no domínio do turismo regional, seguindo-se a de promoção do investimento comercial.

2. Empenho total na manutenção da qualidade de vida da população e construção de um futuro promissor para esta terra

Ultimamente, a alta taxa de inflação e a debilidade da conjuntura económica mundial têm vindo a trazer mais dificuldades à população local. O Governo compreende perfeitamente estas dificuldades sentidas pelos seus cidadãos. Por isso, para garantir que a qualidade de vida da população não seja prejudicada por este contexto, o Governo irá envidar todos os esforços para reforçar os serviços sociais, ampliando a cobertura da segurança social e apoiando cabalmente os grupos sociais mais fragilizados.

Iremos dar continuidade, de acordo com a programação, aos trabalhos de aperfeiçoamento do regime jurídico no âmbito da gestão dos terrenos, aumentando a transparência das informações sobre os respectivos procedimentos. Iremos ser rigorosos nos processos de apreciação dos pedidos de alteração da finalidade do aproveitamento dos terrenos concedidos, a fim de garantir um melhor aproveitamento dos recursos existentes. O Governo irá envidar todos os esforços para promover a construção de habitações públicas e divulgar periodicamente informações sobre o andamento deste processo.

A estratégia de “prioridade dos transportes públicos” será implementada com maior vigor. Para tal, o Governo irá criar um mecanismo de coordenação interdepartamental de carácter permanente, responsável pela instalação de uma rede integrada de transportes públicos e pelo estreitamento da cooperação na construção de infra-estruturas de comunicação a nível regional. Iremos promover a melhoria dos serviços prestados pelos autocarros e táxis. A par do início da 1ª fase da construção do metro ligeiro, iremos acelerar a conclusão do estudo de viabilidade relativo à 2ª fase, optimizando a política de oferta de transportes públicos. Por outro lado, recorrendo a meios tecnológicos avançados, iremos elevar a eficiência da gestão do trânsito e efectuar estudos sobre a regulação e controlo de veículos particulares, a fim de assegurar, gradualmente, uma gestão racional das necessidades em termos de transportes.

Com vista a promover a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável

da sociedade, o Governo irá proteger os interesses dos consumidores. Para isso, o Governo irá procurar encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento e a conservação ambiental e preservar as condições ambientais, através da produção legislativa, da criação de mecanismos, da generalização da educação, da divulgação de informações e da construção de infra-estruturas. Tirando pleno proveito das vantagens da cooperação regional, o Governo irá garantir a potabilidade da água e a estabilidade das fontes de abastecimento de energia. Envidaremos maiores esforços na promoção da poupança da água, incentivando o uso de produtos ecológicos junto das empresas e organismos.

Os trabalhos para a elaboração de um plano director urbano serão desenvolvidos de forma ordenada, sob a égide do princípio “servir melhor o cidadão”. Iremos aperfeiçoar o “Plano Conceptual para o Desenvolvimento Urbano de Macau”, analisando exaustivamente as características da estrutura urbana da cidade e adoptando modelos resultantes da cooperação regional, a fim de produzir um plano caracterizado pela modernidade e cientificidade das suas soluções.

Com vista a atenuar a pressão resultante da alta taxa de inflação, reduzir os custos de exploração dos sectores industrial e comercial, promover a inovação e o progresso tecnológicos e aperfeiçoar a qualidade dos serviços, o Governo irá exercer um controlo rigoroso sobre a actualização das tarifas por serviços prestados pelas concessionárias de serviços de utilidade pública, introduzindo progressivamente e de acordo com as necessidades reais, mecanismos de concorrência neste sector, para promover adequadamente a liberalização deste mercado.

3. Aprofundamento dos projectos de construção de uma sociedade de valores humanistas e empenho na qualificação dos seus elementos

A especificidade do modelo de desenvolvimento pelo qual Macau optou veio a determinar a importância e a importância que atribuímos aos projectos de construção de uma sociedade caracterizada por valores humanistas. Neste contexto, o Governo irá reforçar os trabalhos desta área, dando particular atenção à elevação da qualidade e do nível das nossas acções.

Certas iniciativas neste domínio podem responder apenas às expectativas de sectores reduzidos. No entanto, revestem-se de um importante significado social, contribuindo para a elevação do quadro de valores. Estas iniciativas assumem um papel estratégico, sobre as quais devemos investir recursos suficientes e de excelência. O seu sucesso irá constituir um marco importante no processo de progresso social da RAEM que perdurará nos tempos.

O Governo continuará a investir recursos no domínio do ensino não superior, acompanhando os seus resultados. Para assegurar a qualidade do ensino, iremos promover um mecanismo de avaliação exigente. Iremos promover o desenvolvimento profissional e alargar as garantias profissionais dos professores. No domínio do ensino superior, iremos dar continuidade ao processo de reforma. Iremos institucionalizar o ensino de valores morais nas

escolas e formar professores locais especializados no ensino de valores éticos, com vista ao aprofundamento qualitativo do ensino de valores morais.

O Governo irá intensificar as relações de parceria com personalidades nos domínios da cultura e arte, como forma de elevar a qualificação das intervenções no âmbito das políticas culturais. Empenhar-nos-emos na optimização da organização das nossas “duas orquestras” e “dois festivais”, elevando continuamente a sua capacidade competitiva no palco internacional. Iremos investir mais esforços na preservação do património cultural intangível de Macau, promovendo a generalização dos valores tradicionais de excelência como a honestidade, a modéstia, a recusa da cobiça e a solidariedade.

O Governo irá tirar partido da realização de iniciativas para continuar a promover o conceito de “desporto para todos”. Iremos apostar, de forma gradual, na elevação da qualidade competitiva dos nossos atletas profissionais, através de meios adequados às condições do desenvolvimento social e ao nível do desporto local. Iremos articular as políticas das áreas da educação, da juventude e do desporto, como forma de incentivar um maior desenvolvimento desportivo dos nossos jovens.

O Governo irá empenhar-se na modernização dos serviços médicos e de saúde. Com vista a elevar a capacidade de prevenção e tratamento de doenças fatais, iremos reforçar o apetrechamento de equipamentos médicos de alta tecnologia e o recrutamento de médicos especializados. Iremos também reforçar o controlo e a prevenção das doenças contagiosas. Ainda no domínio dos serviços médicos, iremos investir na simplificação dos procedimentos administrativos e no incremento da eficiência dos serviços, procurando reduzir o tempo de espera dos pacientes necessitados. Iremos investir mais recursos com vista a alargar a Unidade de Urgência e estudar a viabilidade da construção de um hospital de urgência nas Ilhas, bem como, prolongar o horário de funcionamento dos Centros de Saúde e proceder à concepção de serviços médicos inovadores.

Iremos promover o conceito de harmonia familiar, empenhando-nos nas iniciativas de solidariedade nos bairros comunitários, como forma de prevenir e combater o fenómeno de violência doméstica. Iremos envidar maiores esforços na melhoria da prestação de serviços aos idosos, elaborando legislação para salvaguardar os seus direitos e interesses. Também iremos tomar a iniciativa de estudar medidas viáveis para prestar assistência e apoio aos idosos de Macau que estão a residir no Interior da China. Iremos criar um “Sistema de registo centralizado de pessoas portadoras de deficiência”. Com base nos seus dados, iremos atribuir um subsídio de deficiência e proporcionar serviços médicos gratuitos às pessoas que correspondam aos critérios de classificação de diferentes graus de deficiência.

Com vista a fomentar a elevação da qualidade dos serviços sociais, iremos lançar, a título experimental, o “mecanismo de aperfeiçoamento contínuo da qualidade dos serviços”, aumentar as regalias dos assistentes sociais, assim como, iniciar o estudo sobre a viabilidade de implementação do seguro médico e do regime de previdência para este pessoal.

4. Assumir integralmente as responsabilidades de governação e ampliar os resultados da reforma

O fundamento central da Administração Pública reside na simbiose orgânica da democracia e da eficiência e na harmonização da ciência com a natureza humana. O Governo irá continuar a ter por mote estes dois princípios no processo de aprofundamento equilibrado da reforma da Administração Pública. No plano do desenvolvimento da democracia, iremos valorizar e alargar o diálogo com o público e aceitar as iniciativas construtivas dos cidadãos para fiscalizar as nossas acções. No plano do aumento da eficiência, iremos incrementar a simplificação dos procedimentos administrativos, dando ênfase à simplificação de circuitos de trabalhos específicos, fazendo repercutir o seu sucesso na simplificação das macroestruturas. Deste modo, poderemos elevar a mera simplificação em termos quantitativos para um patamar mais elevado de simplificação de natureza qualitativa dos procedimentos. No plano do desenvolvimento científico, iremos valorizar as estratégias científicas rigorosamente fundamentadas que melhor se adaptem às realidades locais. No plano de construção de uma sociedade de valores humanos, iremos promover as virtudes de sinceridade e solidariedade.

A reforma da prestação de serviços públicos na RAEM tem evoluído da fase de reforma do funcionamento interno dos organismos para uma fase superior de reforma no âmbito de cooperação interdepartamental. A instalação de Centros de Prestação de Serviços ao Público nas diferentes zonas da cidade, o desenvolvimento do Edifício dos Serviços Centrais e a entrada em funcionamento do Centro de Informações ao Público, e ainda, a criação de um mecanismo de resposta rápida às emergências, composto por diferentes organismos, e a revisão de legislação nos diversos domínios, constituem projectos pioneiros destinados a acelerar a optimização do processo de cooperação interdepartamental e elevar a qualidade da prestação de serviços pela Administração.

No plano da qualificação dos funcionários públicos, o Governo, em cumprimento do Programa da Reforma da Administração Pública, irá rever as normas sobre as responsabilidades e deveres dos quadros médios e superiores, definindo regras mais exigentes. A reforma do regime das carreiras irá contribuir para providenciar um desenvolvimento profissional mais promissor aos trabalhadores da função pública. O Governo irá continuar a colaborar com a Assembleia Legislativa, para efeitos da revisão, no próximo ano, do regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos e do regime das carreiras especiais. Iremos também melhorar o diálogo dos funcionários públicos e criar um quadro harmonioso de valores deontológicos de serviço público, no sentido de garantir a justiça e a justeza dos regimes no âmbito da função pública.

No domínio dos trabalhos jurídicos, fazemos questão de levar a bom porto as consultas inerentes à produção legislativa, bem como a apresentação das respectivas propostas de lei junto da Assembleia Legislativa. Iremos auscultar com maior amplitude as opiniões da sociedade. Não deixaremos de ter em consideração tanto o interesse público como o interesse

dos principais destinatários a que as leis se aplicam. Procuraremos conciliar opiniões diferentes na fase da consulta, esforçando-nos para reunir um maior consenso no seio da comunidade em relação às soluções. Iremos esclarecer pormenorizadamente o teor das propostas de lei, bem como os objectivos e experiências a que estão subjacentes. Iremos assegurar um diálogo aberto com a Assembleia Legislativa, no sentido de aperfeiçoar a produção legislativa de Macau. Reforçaremos acções de divulgação jurídica conducentes a resultados práticos, designadamente, as advertências sobre as consequências de violação à lei, elevando assim a consciência do cidadão para o cumprimento das normas jurídicas.

Em cumprimento da superior responsabilidade constitucional e para efeitos de preenchimento do vazio legal do sistema jurídico de Macau, o Governo da RAEM, em obediência às disposições da Lei Básica e no respeito do espírito e da letra do ordenamento jurídico de Macau, deu, por iniciativa própria, início ao processo de produção legislativa da Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado.

Neste momento, os trabalhos de auscultação pública estão a decorrer com normalidade e a população tem participado activamente nestas acções de consulta. O Governo irá continuar a divulgar o significado relevante subjacente a esta iniciativa e dar a conhecer à população o conteúdo deste projecto. Iremos realizar acções de consulta com grande profundidade e atenção ao pormenor. Após reunidos e analisados os contributos úteis dos nossos cidadãos, iremos aperfeiçoar a redacção do seu articulado. Iremos colaborar activamente com a Assembleia Legislativa para garantir o sucesso do processo de aprovação da Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado, em prol da segurança do nosso País e da estabilidade da RAEM.

O Governo irá continuar a elevar a capacidade das entidades responsáveis pela segurança pública e reforçar as acções de prevenção e combate aos crimes ligados à droga, fraude, jogo e delinquência juvenil, erradicando o fenómeno de trabalho ilegal. Através de um sistema de reconhecimento de mérito e punição e do aproveitamento total das suas capacidades, iremos elevar a motivação dos agentes policiais, incentivando-os a cumprir, com tenacidade, a sua missão de proteger o cidadão.

No plano de auditoria, o Governo irá continuar a aprofundar os trabalhos de auditoria de contas, auditoria específica e auditoria de resultados, modelos de intervenção que têm mostrado a sua eficácia, reforçando a fiscalização das finanças dos serviços públicos. No plano das acções de promoção da integridade, reforçaremos a fiscalização da integridade dos responsáveis de diversos níveis. Iremos continuar a aperfeiçoar o regime de empreitadas de obras públicas, aumentando a transparência dos processos de aprovação dos projectos de obras públicas. Comprometemo-nos a observar com rigor uma conduta ética exemplar, cumprindo estritamente as regras de impedimento, em prol da justiça nos assuntos públicos. Iremos estender a fiscalização ao sector privado e para este efeito, o Comissariado Contra a Corrupção procedeu à elaboração preliminar de um projecto de proposta de lei. Após a sua discussão no seio do Conselho Executivo, iremos trabalhar para apresentar este documento à Assembleia Legislativa ainda durante o primeiro trimestre do próximo ano.

O Governo, em cumprimento da Lei Básica, irá continuar a sujeitar a sua acção à fiscalização da Assembleia Legislativa. O Governo também irá assegurar com todo o rigor a liberdade de imprensa, garantindo o pleno exercício da função fiscalizadora da opinião pública. O Governo irá continuar a fortalecer o diálogo e o intercâmbio com as associações, os organismos e os cidadãos, alargar as plataformas de consulta e promover a participação do público, com vista à construção de uma sociedade civil de excelência.

Terceira Parte

Consolidar a confiança para vencer as dificuldades

Senhora Presidente, Senhores Deputados,

A economia mundial está a sofrer os efeitos graves da actual crise financeira e a conjuntura não é animadora. A crise financeira mundial está a evoluir com alguma previsibilidade para um cenário de crise e recessão económica mundial. Estimamos que a recessão económica possa ainda durar por algum tempo. Macau tem a sua economia assente no sector de prestação de serviços, razão da sua dependência a factores exógenos, por isso, não será imune aos efeitos desta crise. Para além destas circunstâncias, acresce que o sector dominante da nossa indústria se encontra em fase de ajustamento, razões pelas quais prevemos um período de dificuldades para a RAEM. Neste contexto, devemos manter um elevado sentido de alerta em relação às transformações conjunturais e estar psicologicamente preparados para qualquer contingência. Face às incertezas do futuro, devemos manter uma atitude de confiança, solidariedade e vontade de auto-valorização.

Devemos manter sempre a confiança e encarar com coragem os desafios que se vislumbram. As experiências resultantes de nove anos de desenvolvimento económico e progresso social da RAEM constituem fundamentos importantes para nos ajudar a enfrentar as crises. Prevemos que no próximo ano alguns ramos de actividade se irão debater com níveis diferentes de dificuldade, mas o curso do nosso desenvolvimento económico ainda se mantém estável. Com o progressivo aprofundamento do CEPA e a concretização dos seus projectos, acreditamos que os factores positivos originários do Interior da China irão oferecer novas oportunidades de crescimento para a RAEM. Com o apoio do Governo Central e contando com os esforços da população de Macau, estamos seguros que teremos a coragem, a confiança e a capacidade para ultrapassar as dificuldades e vencer os desafios.

Devemo-nos manter unidos e estender a nossa solidariedade ao próximo para ultrapassar as provações. Num contexto de abrandamento do crescimento económico, prevemos a agudização de situações conflituosas e a radicalização de posições nos principais acontecimentos políticos do próximo ano. Face a esta realidade, é preciso ter em consideração não só os interesses individuais mas também os interesses colectivos e procurar colocar de lado as divergências para nos concentrarmos naquilo que nos une. Devemos reforçar o espírito de solidariedade e a união de propósitos por forma a congregar as forças vivas, com vista a ultrapassar as dificuldades e percorrer sem grandes prejuízos o processo de reajustamento.

Não nos devemos deixar levar pelo desânimo. Muito pelo contrário, devemos estar preparados para nos valorizar ainda mais, a fim de podermos explorar novas oportunidades. Se olharmos as coisas sob outro prisma, podemos até concluir que o reajustamento económico nos oferece oportunidades para aperfeiçoamento e qualificação. O Governo, as empresas e os cidadãos não devem deixar escapar estas oportunidades. Todos nós devemos fazer um exame sobre as nossas insuficiências, no sentido de encontrar soluções certas para os nossos problemas. Devemo-nos apetrechar com instrumentos úteis para valorizar o nosso desempenho, por forma a garantir a nossa capacidade para vencer a crise. Assim, passada a tempestade, teremos a capacidade para agarrar as oportunidades trazidas pela bonança. Assim,

poderemos continuar a caminhar com passos seguros, rumo a um futuro de progresso e desenvolvimento.

No próximo ano, iremos reforçar as nossas capacidades de gestão e reajustamento, proceder à avaliação objectiva das rápidas transformações conjunturais internas e externas e adoptar oportunamente medidas eficazes para resolver os problemas. Comprometemo-nos a mobilizar todas as nossas forças para promover o crescimento económico e a manutenção da qualidade de vida da população. Iremos colocar-nos ao lado dos nossos cidadãos para enfrentarmos, em conjunto, os dias difíceis que se estão a aproximar. Devemos conservar as nossas energias para poder tirar partido dos primeiros sinais de recuperação económica.

O Governo não irá, de forma alguma, abrandar as obras essenciais no domínio da qualidade de vida da população. Pelo contrário, iremos investir mais esforços para promover atempadamente medidas económicas e políticas indispensáveis no âmbito da qualidade de vida da população:

1. Aumento adequado do investimento público

O Governo irá aumentar de forma adequada o investimento público. Para este efeito, irá lançar um conjunto de projectos de obras públicas com impacto na economia, designadamente, a construção da primeira fase do metro ligeiro, o aceleramento da construção de habitações públicas, o embelezamento dos arruamentos circunscritos à zona de protecção do Património Mundial e alguns projectos de reordenamento dos bairros antigos, por forma a estimular o crescimento económico e revitalizar as pequenas e médias empresas do sector de obras de remodelação. Para o próximo ano, o valor do investimento público será de 10 200 milhões de patacas. Iremos trabalhar com todo o afinco para assegurar um elevado nível de execução destas políticas.

Para incentivar os proprietários de edifícios privados a realizar obras de restauro dos condomínios, o Governo irá implementar um conjunto de medidas de apoio, no sentido de motivar mais proprietários a aderir a este esquema de financiamento.

Em relação às obras públicas e projectos de restauro de edifícios privados acima referidos, o Governo decidiu adoptar procedimentos especiais para casos especiais. As entidades com competências na área de obras públicas já realizaram estudos sobre esta matéria e definiram soluções para a simplificação dos procedimentos administrativos, no estrito cumprimento da lei, com vista a elevar a eficiência no tratamento dos processos.

2. Reforço do apoio às pequenas e médias empresas

O Governo irá reforçar as acções de intervenção neste domínio, consolidar a cooperação entre os sectores e as associações e assegurar um apoio eficaz às pequenas e médias empresas no âmbito da prestação de serviços, formação, publicidade, troca de informações, cooperação regional, recursos humanos, bolsa de contactos comerciais e reconversão e desenvolvimento.

Iremos rever os regimes de incentivos fiscais e bonificação de juros e aperfeiçoar os programas de crédito e financiamento, como forma de atenuar as dificuldades das pequenas e médias empresas.

Face à evolução da conjuntura, o Governo irá reforçar as medidas de apoio ao exercício e desenvolvimento das pequenas e médias empresas, no âmbito da obtenção de financiamento.

- (1) Aumento do financiamento do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização: no orçamento do próximo ano, o Governo irá atribuir mais 1 500 milhões de patacas a este Fundo, por forma a dotá-lo de meios suficientes para apoiar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, designadamente, para as ajudar a enfrentar as transformações conjunturais e superar as dificuldades;
- (2) Alteração do Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas: o Governo irá apresentar à Assembleia Legislativa uma proposta no sentido de aumentar o limite máximo de garantia para o crédito concedido pelas instituições bancárias às pequenas e médias empresas, passando de 300 milhões de patacas para 3 500 milhões de patacas. Iremos também alterar a percentagem definida para cada tipo de garantia, alargando o seu âmbito de aplicação para incluir também custos correntes de exploração. Iremos simplificar os procedimentos de aprovação dos pedidos e acelerar o seu tratamento. O nosso objectivo consiste em providenciar um apoio mais flexível, mais acessível e mais eficaz às pequenas e médias empresas, no sentido de as ajudar a enfrentar a turbulência económica que se avizinha.

3. O Governo irá adoptar as seguintes medidas de subvenção ou subsídio

Para atenuar a pressão sentida pela população imposta pelo abrandamento do crescimento económico e incentivar os jovens a dedicar mais esforços na aprendizagem e nos estudos, o Governo da RAEM irá adoptar um conjunto de medidas de redução e isenção fiscais e aplicar medidas de subvenção ou subsídio aos cidadãos e empresas de Macau:

- (1) O Governo irá dar continuidade à redução em 25% do imposto profissional a toda a população activa, mantendo o limite de isenção deste imposto em 120 000 patacas (anteriormente era de 95 000 patacas); dar continuidade à política de isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, do imposto do selo sobre os seguros, incluindo o seguro de vida, e do imposto do selo sobre os trâmites bancários; dar continuidade à política de isenção da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais (à excepção da publicidade ao tabaco) e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; dar continuidade à política de isenção da contribuição predial até 3 500 patacas; manutenção do valor de 200 000 patacas de matéria colectável a beneficiar de isenção do imposto complementar sobre rendimentos (anteriormente era de 32 000 patacas); e os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a comprar a primeira habitação continuarão a beneficiar da

isenção do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel até 3 milhões de patacas do valor da propriedade (aplicável apenas a unidades habitacionais). Com a aplicação destas medidas, o Governo deixará de receber receitas fiscais no valor aproximado de 1 100 milhões de patacas.

- (2) O Governo irá dar continuidade ao plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social que preencham os requisitos.
- (3) O Governo irá dar continuidade à política de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais até Março de 2010 – cada unidade habitacional continuará a obter mensalmente uma subvenção de 150 patacas no pagamento das tarifas de electricidade. As unidades que gastam menos de 150 patacas por mês estão isentas do pagamento das tarifas e podem transferir a quota remanescente para o mês seguinte ou para período a definir. Com a aplicação desta medida de subvenção, o Governo prevê gastos na ordem dos 320 milhões de patacas.
- (4) O Governo irá dar continuidade à política de subvenção aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, de baixos rendimentos. Os trabalhadores a tempo inteiro, de idade igual ou superior a 40 anos que sejam residentes permanentes de Macau, que tenham contribuído para o Fundo de Segurança Social e que reúnam as condições respeitantes à carga mensal de trabalho em relação a cada trimestre, podem continuar a requerer a subvenção de rendimentos. Os candidatos a esta subvenção não podem auferir um rendimento médio mensal superior a 4 000 patacas no trimestre a que diz respeito o pedido (incluindo o rendimento resultante do pagamento de salários por diferentes empregadores). Prevê-se que a aplicação desta medida de subvenção implique despesas na ordem dos 250 milhões de patacas.
- (5) Com vista à optimização do sistema educativo de Macau e ao aperfeiçoamento das medidas de subsídio das propinas dos estudantes que integram o programa de escolaridade gratuita de 15 anos e o sistema de ensino não-gratuito, à redução dos encargos dos pais e à garantia de condições para a prevenção do abandono escolar por razões económicas, o Governo irá aplicar um novo regime de subvenção para a aquisição de livros a partir do ano lectivo de 2009/2010. Todos os estudantes titulares de bilhete de identidade de residente de Macau válido inscritos na Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, que estejam a frequentar estabelecimentos de ensino regulares, podem obter, em cada ano lectivo, um subsídio de 1 500 patacas para a aquisição de material didáctico. Prevê-se que a aplicação desta medida represente encargos para o Governo na ordem dos 126 milhões de patacas.
- (6) O Governo, através do Instituto de Acção Social, irá continuar a conceder uma pensão pecuniária às famílias necessitadas, atribuindo apoios financeiros e subsídios às três categorias de famílias em situação vulnerável. O Governo irá continuar a conceder o

Subsídio para Idosos. Comprometemo-nos a rever e aumentar o valor deste subsídio com a maior brevidade. Os valores das pensões pecuniárias serão actualizados de acordo com a evolução dos índices de subsistência.

- (7) A fim de atenuar os encargos da população, melhorar as condições ambientais dos bairros comunitários e elevar a qualidade de vida da população, o Governo está a estudar a viabilidade de reduzir o Imposto sobre Veículos Motorizados às viaturas que preencham as exigências de protecção ecológica.

4. Apoiar os cidadãos na aquisição de habitação própria e atenuar os seus encargos

Para apoiar os cidadãos na aquisição de habitação própria, incluindo os jovens que necessitam de uma casa por terem contraído casamento, o Governo irá adoptar medidas adequadas para reduzir os encargos resultantes da compra da primeira habitação. Para além da aplicação da isenção no imposto do selo sobre transmissão de imóveis, até ao limite de 3 milhões de patacas do valor da propriedade, o Governo irá propor à Assembleia Legislativa a redução do imposto do selo sobre a transmissão de imóveis dos 3% em vigor para 1% e consagrar esta redução como uma medida fiscal permanente.

Em relação aos residentes permanentes que pretendam adquirir, pela primeira vez, uma habitação própria cujo valor não seja superior a 3 milhões de patacas, iremos conceder uma bonificação de juros de 4%.

Os residentes permanentes que ainda não possuam habitação própria e que pretendam adquirir uma cujo valor não exceda 3 milhões de patacas, serão beneficiários de um programa de garantia do pagamento da entrada. Na celebração do contrato de hipoteca com as instituições bancárias, o Governo irá garantir parte do crédito da entrada, na condição do adquirente assumir responsabilidade de, pelo menos, 10% dela. A parte garantida pelo Governo não deve exceder 20% do valor do imóvel. Esta garantia pode ser usufruída em simultâneo com a bonificação de juros a 4%. O Governo, ao lançar estas medidas, pretende atenuar os encargos resultantes do pagamento da entrada com capitais próprios com a aquisição de habitação própria e dos juros das prestações.

5. Criação de um sistema de segurança social assente em duas vertentes

Para garantir à população de Macau uma cobertura mais ampla no âmbito da segurança social e assegurar que ela seja beneficiária de uma partilha justa dos frutos da prosperidade social, de modo a que ganhem capacidades para superar os desafios do futuro, o Governo irá investir esforços para aperfeiçoar e produzir legislação da área de segurança social. O nosso objectivo é a criação de um sistema de segurança social assente em duas vertentes – a segurança social propriamente dita e a segurança social dos idosos. Para o próximo ano, o Governo irá envidar esforços para obter o apoio da Assembleia Legislativa no âmbito da política de abertura de contas bancárias individuais para os cidadãos que preencherem os requisitos, a ser concretizada ainda no primeiro semestre do próximo ano. O Governo irá aplicar parte das

receitas deste ano na abertura das contas acima mencionadas. Iremos aprofundar e acelerar outros estudos respeitantes às formas de contribuição.

6. Análise e implementação experimental do projecto de criação de “empresas sociais” com características locais

O Governo irá disponibilizar meios suficientes para desenvolver a cooperação com as associações de fins não lucrativos, no sentido de criar “empresas sociais” de grandes dimensões. Estas empresas têm por fim o auxílio aos grupos sociais fragilizados e o controlo eficaz dos recursos humanos. O nosso objectivo é ajudar a maior parte dos cidadãos que perdeu o seu posto de trabalho devido à crise económica, a encontrar um emprego e manter a competitividade.

7. Aprofundamento da cooperação entre Macau e a Província de Guangdong e lançamento de novos projectos favoráveis ao crescimento económico

Apoiados nos resultados de cooperação regional alcançados nos últimos anos, iremos intensificar a cooperação com a Província de Guangdong, para efeitos de realização dos princípios de complementaridade e benefício mútuo. Iremos explorar vias de cooperação no âmbito da indústria, comércio, infra-estruturas de transportes, serviços relacionados com a qualidade de vida e outras vertentes e lançar experimentalmente projectos pioneiros na Província de Guangdong e Macau. Iremos acelerar a concretização do projecto de desenvolvimento conjunto da Ilha da Montanha, por forma a superar as dificuldades resultantes da fraca diversificação da nossa economia, lançando novas bases para o futuro crescimento económico.

8. Implementação do Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico para o próximo ano

O Governo irá, mais uma vez, implementar o plano de participação pecuniária no desenvolvimento económico no primeiro semestre do próximo ano. O valor da compensação, em princípio, não será inferior ao do presente ano.

9. Implementação do Programa de “Vouchers” para serviços médicos

O Governo pretende distribuir, a partir do próximo ano, “vouchers” para serviços médicos aos residentes de Macau. Estamos ainda a analisar o valor e a finalidade destes “vouchers” que serão oportunamente anunciados.

10. Manutenção adequada do desenvolvimento saudável da indústria do jogo

Atendendo a que a indústria do jogo constitui o pilar da economia de Macau, o Governo irá proceder a consultas com os representantes deste sector, com vista a analisar, em conjunto, soluções adequadas para os problemas desta área. O nosso principal objectivo é, por um lado, exigir às concessionárias e seus organismos dependentes a garantia dos postos de trabalho dos residentes locais, e por outro, manter a qualidade de prestação de serviços e a competitividade deste sector.

Conclusão

Senhora Presidente e Senhores Deputados,

Entraremos em breve no último ano do 2º mandato do Governo da RAEM. Durante o período de tempo que nos resta, iremos continuar a cumprir com rigor a missão que nos foi incumbida nos termos da Lei Básica, lutando com todas as nossas energias para consolidar bases que garantam o desenvolvimento sustentável e estabilidade contínua da RAEM. Não nos deixaremos permear por sentimentos pessimistas que conduzem as pessoas a atitudes passivas. Comprometemo-nos a continuar a servir a nossa população com todo o entusiasmo, acompanhando as suas expectativas e preocupações. Iremos fazer tudo o que é preciso e é possível ser feito da melhor forma até ao termo do nosso mandato.

Face às previsões que apontam para um ano de dificuldades para a nossa economia, o Governo preparou um conjunto de medidas políticas e reuniu os recursos administrativos e financeiros necessários para, com confiança, apoiar aqueles que precisam de auxílio. Iremos assumir integralmente as nossas responsabilidades para, em conjunto com a população de Macau, travarmos o combate para ultrapassar este período difícil, porque almejamos a vitória de progresso e desenvolvimento para esta terra. Nunca iremos desvalorizar o grau das dificuldades, mas também não subestimamos a força de vontade e a determinação da nossa população para vencer. Neste contexto de condições adversas, iremos tirar partido das vantagens existentes, no sentido de encontrar soluções para problemas que têm surgido no processo do nosso desenvolvimento. O nosso objectivo é consolidar as bases favoráveis à vitalidade e a capacidade de resistência da RAEM, a fim de podermos dar passos seguros rumo ao progresso e crescimento desta terra.

Iremos prosseguir com firmeza a política de diversificação adequada da nossa economia, a reforma da Administração e do sistema jurídico e o aperfeiçoamento do nosso ensino e cultura, por forma a garantir à nossa população e aos grupos sociais fragilizados uma vida material e espiritual de qualidade. Iremos garantir a continuidade, a eficácia e a transição suave de todos os projectos de desenvolvimento económico, de construção de infra-estruturas urbanas e de programas no âmbito da qualidade de vida da população fundamentais para o interesse colectivo da RAEM. Iremos continuar a desenvolver uma relação estreita de diálogo e cooperação com a Assembleia Legislativa, todos os sectores sociais e as associações. Para além de continuar a cumprir as responsabilidades normais decorrentes da governação, iremos assegurar que as eleições para o 3o. Chefe do Executivo e a 4a. Assembleia Legislativa decorram em condições de justiça e transparência. Iremos realizar todos os trabalhos preparatórios necessários à transição suave do Governo, garantindo que a assunção de funções pelo terceiro Governo corra da melhor forma, de modo a constituir um começo auspicioso para uma nova era da RAEM.

Por último, quero deixar aqui expresso o meu sincero agradecimento à Assembleia Legislativa, aos trabalhadores dos serviços públicos e à população. No decurso deste ano, todos eles têm prestado um grande apoio às acções do Governo da RAEM. Quero agradecer

Conclusão

também o Governo Popular Central e aos seus organismos sediados em Macau que em todos os momentos têm dispensado um sólido apoio à RAEM e contribuído para o seu desenvolvimento.

Dou por terminada a minha intervenção. Os meus agradecimentos à Senhora Presidente e aos Senhores Deputados.

**Linhas de Acção Governativa
para o ano financeiro de 2009
do Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
— Síntese —**

Área da Administração e Justiça

Iremos assumir uma posição mais activa no próximo ano para dar resposta às necessidades prementes da sociedade e dos cidadãos. A concretização das acções constantes do Programa da Reforma da Administração Pública constituirá a prioridade e objectivo da acção governativa para o próximo ano. Iremos reforçar a optimização dos mecanismos centrais de coordenação e avaliação da reforma da Administração Pública, bem como intensificar a coordenação e articulação das funções dos serviços envolvidos, concretizando, de forma ordenada e eficaz, as actividades programadas, com vista à actualização e melhoria de todo o sistema da Administração Pública e ao aperfeiçoamento dos respectivos diplomas legais e regimes para assegurar a qualidade da acção governativa.

A nossa prioridade será: aumentar o desenvolvimento do actual modelo de serviço *One Stop*, estabelecendo na zona norte um edifício de serviços públicos gerais e concentrando num mesmo local todos os serviços prestados ao público; acelerar a implementação das acções de consulta comunitária, por zonas, tomando a iniciativa no contacto directo e no conhecimento das necessidades das comunidades, intensificando a divulgação de informações e o envio de resposta; prestar atenção às solicitações dos trabalhadores da Administração Pública; aperfeiçoar o mecanismo de gestão relativamente aos titulares de cargos públicos; proceder à inovação do regime das carreiras; promover a gestão centralizada dos recursos humanos; incrementar as funções do mecanismo de coordenação da reforma jurídica e a formação de quadros qualificados; reforçar a produção jurídica, a consulta de opiniões, bem como a execução, avaliação, divulgação e educação no âmbito do Direito, alargando assim a participação dos diversos sectores da sociedade na acção legislativa.

Iremos proceder à optimização do recenseamento eleitoral electrónico, preparando e planeando adequadamente os recursos humanos e equipamentos, para fazer face aos trabalhos eleitorais relativos à Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo e às eleições para o terceiro mandato do Chefe do Executivo e para a quarta legislatura da Assembleia Legislativa. Também iremos proceder à coordenação dos serviços envolvidos e estreitar a cooperação interdepartamental, nomeadamente a cooperação com o Comissariado Contra a Corrupção, com vista a assegurar a realização das eleições com sucesso e de forma imparcial, justa e íntegra.

I. No domínio da Administração Pública

1. Serviços públicos

Iremos instalar na zona norte um edifício de prestação de serviços públicos gerais, concentrando num local a prestação de todos os serviços externos ligados ao público. Tal edifício terá como funções, nomeadamente: (1) a concentração dos serviços externos a prestar por parte de mais de 30 serviços públicos, com vista ao tratamento rápido das formalidades administrativas, consultas, pedidos, levantamento de documentos e licenças; (2) a intensificação da interacção entre o Governo e os cidadãos; (3) a disponibilização de instalações multifuncionais para a realização de leituras, actividades culturais e recreativas, reuniões e conferências.

No âmbito da prestação de serviços por zonas, o terceiro centro será inaugurado no próximo ano, na zona central da cidade. Iremos alargar e aprofundar o âmbito e o nível dos serviços a prestar. Simultaneamente, iremos proceder à revisão e optimização contínua do modo de prestação dos serviços. Iremos desenvolver o modelo de cooperação interactiva entre os centros de prestação de serviços ao público e os conselhos consultivos para os serviços comunitários, por zonas, transformando-os num núcleo de recolha da opinião pública e de aperfeiçoamento da cooperação interdepartamental, por forma a resolver eficientemente as questões prementes que preocupam a vida dos cidadãos.

No tocante ao Centro de Informações ao Público, a prioridade será o aperfeiçoamento da prestação de informações uniformizadas e dos serviços de consultas e reclamações. Iremos reforçar o mecanismo interdepartamental de tratamento das reclamações, recorrendo a meios electrónicos na transferência dos processos para simplificar os procedimentos e reduzir o tempo necessário ao seu tratamento, com vista à resolução acelerada dos problemas dos cidadãos. Além disso, iremos proceder ao estudo da viabilidade da prestação de consulta jurídica e de compra de livros *online*.

No domínio dos serviços públicos electrónicos, iremos continuar a otimizar o Portal do Governo, promovendo a sistematização dos *websites* dos diversos serviços públicos e o aperfeiçoamento do seu conteúdo. Assim, iremos concentrar e reforçar a divulgação dos serviços mais solicitados pelos cidadãos, bem como consolidar as funções de pesquisa e de tratamento de informações. Iremos elevar a celeridade e a segurança dos meios electrónicos, melhorar a organização das informações e o formato das informações relativas às formalidades administrativas, bem como implementar novos *websites*.

Iremos avançar com os serviços "*One Stop Electrónico ePass*" que consistem na atribuição gratuita a cada residente de uma identidade de acesso personalizada para assegurar a respectiva identificação no acesso à *internet* para tratamento de formalidades administrativas. Paralelamente, iremos proceder à integração das medidas relativas aos certificados electrónicos, bilhetes de identidade do tipo "cartão inteligente", formulários electrónicos interactivos e aos serviços de pagamento *online*, com o objectivo de elevar a eficácia dos serviços a prestar.

Iremos estudar a introdução de balcões de atendimento à distância, eliminando as limitações em termos de local, espaço e recursos humanos dos centros de prestação de serviços ao público. Os cidadãos poderão, mediante o sistema de conferência à distância, entrar imediatamente em contacto com os balcões de atendimento dos serviços públicos que prestam os serviços necessários, que, por seu turno, responderão imediatamente às suas necessidades quanto ao tratamento de formalidades ou consultas.

Os impressos relativos aos serviços cívicos e municipais tomarão todos a forma electrónica, ao mesmo tempo que serão introduzidos novos serviços electrónicos, incluindo o tratamento *online* de vários serviços cívicos e municipais nos domínios de requerimento, registo e pagamento. Impulsionaremos os serviços electrónicos financeiros, designadamente no âmbito

dos impostos, assim como continuaremos a desenvolver o sistema de declaração electrónica e o sistema de certificação dos utilizadores inter-serviços.

Iremos proceder à intensificação das funções do Centro de Prestação de Serviços Telefónicos Inteligentes do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, aumentando a respectiva capacidade de atendimento e alargando o seu âmbito à promoção de actividades e à divulgação de informações. Iremos otimizar o sistema de gestão das reclamações, bem como proceder ao estudo sobre a criação do serviço *online* de reclamação e divulgação de casos para referência.

2. Consulta e avaliação sobre políticas

Aperfeiçoaremos o planeamento geral do sistema de consulta sobre políticas, procedendo à regulamentação do âmbito de consulta, tema, forma, procedimentos, entre outros. Procederemos, gradualmente, à reestruturação das funções e da composição dos organismos consultivos de políticas existentes, apresentaremos propostas de regulamentação e elevaremos a eficácia de consulta.

No âmbito da criação de uma rede completa de consulta sobre as políticas ligadas à vida dos cidadãos:

(1) Incentivaremos os cidadãos a manifestar o seu interesse em participar na consulta sobre políticas, através da “página electrónica alusiva à participação do público na consulta sobre políticas”;

(2) Aceleraremos a implementação das acções de consulta comunitária, por zonas, através da criação de um mecanismo de consulta sobre políticas que permita dar a conhecer a situação da população, transmitir a opinião pública e recolher a sabedoria dos cidadãos;

(3) Prosseguiremos o alargamento do âmbito do projecto de “diálogo com os moradores do bairro”, aumentaremos a participação de dirigentes e chefias dos organismos públicos das várias áreas e criaremos um modelo de comunicação regular entre as associações e os organismos comunitários;

(4) Continuaremos a divulgação específica dos planos a desenvolver e dos temas ligados ao público, a fim de lhe dar a conhecer esses planos e temas, bem como lhe permitir apresentar as suas opiniões, o que contribuirá para que os serviços públicos possam proceder ao ajustamento adequado dos seus planos para ir ao encontro das necessidades da sociedade.

No âmbito da avaliação da execução das políticas, iremos conjugar os mecanismos centrais de coordenação e avaliação da reforma da Administração Pública com as redes de consulta sobre políticas e de prestação de serviços públicos, reforçando a avaliação da execução. Iremos aprofundar o Regime de Reconhecimento da Carta de Qualidade e alargar o âmbito dos serviços reconhecidos. Em conjugação com o Regime de Reconhecimento, a Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos concluiu o diploma legal e os critérios de avaliação relativos ao “prémio

de serviços públicos de qualidade”. Iremos aprofundar a realização de inquéritos sobre o grau de satisfação dos cidadãos, formando um mecanismo de auto-aperfeiçoamento e reflexão que permita a correcção e progresso contínuo.

3. Funcionamento administrativo

No domínio das formalidades relativas a autorizações administrativas, iremos apresentar propostas de optimização geral, tendo em conta os procedimentos em si próprios, em conjugação com o melhoramento das medidas relativas ao sistema jurídico e aos recursos humanos, com vista à constituição de uma boa base de aperfeiçoamento permanente dos procedimentos administrativos.

Após a realização de investigações, iremos otimizar os serviços relativos à habitação pública que preocupam mais os cidadãos. Por outro lado, iremos apresentar medidas de aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos no âmbito das contas e da gestão patrimonial, procedendo à revisão e melhoria dos regimes relativos à gestão financeira e dos bens. Além disso, está previsto que a Direcção dos Serviços de Identificação conclua os trabalhos relativos à obtenção dos certificados para sistemas de gestão de qualidade (ISO 9001:2000) e para sistemas de gestão de reclamações (ISO 10002:2004).

Através da criação de um centro de dados do Governo e de reserva e recuperação de dados, bem como da fiscalização da segurança da rede a 24 horas, iremos envidar esforços para garantir a intimidade das pessoas e a segurança da informação. Iremos reforçar as instruções e política de segurança relativas ao acesso à *internet*, definindo regras para os utentes. Iremos pôr em funcionamento o Centro de Dados do Governo, com vista à promoção da comparticipação dos recursos do Governo e ao aumento da segurança da informação. A Imprensa Oficial irá proceder aos preparativos para a introdução da norma internacional de “Sistema de Gestão de Segurança da Informação”, estabelecendo um mecanismo de gestão internacionalmente reconhecido de prevenção do uso incorrecto, furto, abuso e destruição de informações publicadas e de impressos oficiais.

Avançaremos na concretização de procedimentos administrativos sem recurso ao papel, na melhoria do processo de entrada, saída e integração de ofícios electrónicos, na divulgação do sistema de participação e autorização de férias *online*, na promoção do uso electrónico para os documentos, impressos e procedimentos de gestão de pessoal e de gestão interna dos serviços públicos. Iremos aprofundar a aplicação da assinatura electrónica nos serviços públicos. Assim, em relação aos requerimentos interdepartamentais, iremos elevar a eficiência administrativa mediante o recurso a meios electrónicos, o que contribuirá também para aumentar os efeitos de protecção ambiental. Tendo o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e a Imprensa Oficial obtido o certificado ISO 14001 para sistemas de gestão ambiental, iremos prosseguir com o seu aprofundamento e divulgação junto de outros serviços públicos, com vista a promover a cultura e sensibilização para a protecção ambiental no respectivo funcionamento e gestão, cumprindo o nosso dever social.

Em princípios do próximo ano, iremos emitir documentos de viagem electrónicos da Região Administrativa Especial de Macau. Iremos alargar o âmbito de uso dos bilhetes de identidade do tipo “cartão inteligente”, disponibilizar serviços de verificação da veracidade e leitura dos dados constantes do *chip* aos bancos e outras instituições, bem como ligar essas funções ao sistema informático dos bancos e outras instituições, a fim de assegurar a exactidão dos dados.

O aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de divulgação de informações e de respostas do Governo irá contribuir para uma melhor divulgação das políticas e a elevação da respectiva transparência. Paralelamente, iremos proceder a esclarecimentos sobre as políticas que interessem mais a sociedade, aumentando o conhecimento do público sobre as actividades do Governo e a comunicação interactiva com o público. Em relação à ocorrência de incidentes imprevistos, iremos accionar atempadamente o mecanismo de resolução urgente e acelerada, intensificando a coordenação e articulação interdepartamental. Através do planeamento necessário, iremos proceder à divulgação de informações uniformizadas, a fim de permitir ao público o conhecimento atempado da actualidade.

Iremos proceder à avaliação da estrutura do Governo, com vista a apresentar princípios e planos sistemáticos de melhoramento. Iremos promover a conversão das funções dos serviços públicos dos diversos domínios, nomeadamente de empreendimento urbanístico, acção social e desenvolvimento comunitário. Iremos proceder à reestruturação do Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional e da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, bem como à criação da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental. Também iremos proceder ao estudo sobre a reorganização parcial das funções da Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro e da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, a criação de organismos especializados de planeamento urbano e gestão de solos e a criação de uma Comissão de Planeamento Urbano. Incluiremos, nas propostas de estudo, a estrutura dos organismos públicos que efectuarão a coordenação geral das ciências tecnológicas de Macau no futuro.

4. Aperfeiçoamento da gestão integrada dos funcionários públicos

As Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, que alteram o mecanismo de gestão dos titulares de cargos públicos, dando realce à supervisão, sanção, incentivos e prémios, definem normas mais claras, específicas e inovadoras relativas às competências, responsabilidades e deveres do pessoal de direcção e chefia, incluindo a criação de melhores condições de recrutamento, a resolução da questão da substituição que se arrasta desde há longo tempo, o estabelecimento do mecanismo de impedimento do exercício de actividades privadas por parte dos ex-titulares de cargos de direcção após a cessação de funções (“período de inibição”), bem como a introdução da apreciação do desempenho e do mecanismo de mobilidade dos mesmos.

Após estudos aprofundados das normas sobre responsabilização política dos titulares dos cargos principais do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, prosseguimos agora com a continuação do seu acompanhamento. Em conjugação com os trabalhos inerentes

à responsabilização dos titulares de cargos públicos, o Governo irá ponderar a criação de uma comissão especializada para ajudar o Chefe do Executivo no acompanhamento da execução das normas sobre o exercício de actividades privadas por parte dos ex-titulares de cargos públicos, com vista a assegurar a imagem de incorruptibilidade e imparcialidade da Administração.

O novo Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, após uma revisão geral, procedeu a inovações e aperfeiçoamento do regime das carreiras, o que proporcionará aos funcionários públicos melhores perspectivas e planeamento da respectiva carreira profissional, contribuindo para manter um espírito estável. Iremos avançar com uma série de actividades, incluindo sessões de esclarecimento, concepção de uma página electrónica alusiva à matéria, emissão de instruções uniformizadas e prestação de serviços de consulta jurídica, a fim de dar a conhecer correctamente o novo regime aos funcionários públicos em geral e às subunidades responsáveis pela gestão de pessoal e lhes permitir a habituação ao novo regime bem como executá-lo em conformidade com a lei. Igualmente, iremos acompanhar de perto a execução do novo regime, procedendo à respectiva avaliação e revisão, inteirando-nos das necessidades dos funcionários públicos e intensificando a comunicação com os mesmos, de modo a resolver atempadamente as questões levantadas, com vista à aplicação e execução com sucesso do novo regime.

Daremos grande importância e atenção às solicitações razoáveis dos trabalhadores da Administração Pública, pelo que iremos proceder ordenadamente ao melhoramento dos diversos regimes, nomeadamente o de regalias e benefícios, de acordo com os planos traçados. Após a introdução de uma série de medidas reformadoras da Função Pública, estão já reunidas as condições fundamentais para a uniformização gradual dos direitos e deveres dos funcionários públicos. Iremos, nomeadamente, propor a revisão dos regimes de subsídios, regalias e de contratos, de modo a fornecer condições e regalias de trabalho razoáveis.

No âmbito da gestão centralizada de pessoal, a prioridade será avançar com o mecanismo de recrutamento e promoção centralizado. Iremos apresentar medidas e modos de funcionamento relativos à regulamentação do recrutamento centralizado. Iremos acelerar a criação do sistema de gestão centralizada de pessoal, bem como alargar o âmbito de recolha de dados e as funções de análise da base de dados dos recursos humanos. Em conjugação com a ampliação do Centro de Avaliação dos Quadros Qualificados da Função Pública, iremos aprofundar os estudos e análises sobre as funções do pessoal, a fim de fortalecer as funções do Centro em termos de recrutamento, promoção e mobilidade dos recursos humanos.

O Centro de Formação dos Trabalhadores da Função Pública entrará formalmente em funcionamento no próximo ano. Iremos favorecer o planeamento sistemático e permanente das acções de formação, bem como intensificar a promoção de uma cultura dos funcionários públicos saudável e correcta, promovendo o sentido de responsabilidade e de missão, a fim de disponibilizar oportunidades mais regularizadas de promoção do pessoal com desempenho excelente e potencial. Iremos promover o novo sistema de gestão da formação (TAS), promover

curso de formação *online* e dar continuidade aos projectos de formação prioritários, para efeitos de elevação da capacidade de gestão de crise, de definição de políticas e de execução, elevando, de forma geral, o nível de governação. Também iremos reforçar a cooperação com os organismos competentes do Interior da China e estrangeiros, com vista a que os funcionários públicos possam alargar a sua visão e aumentem as suas capacidades.

Iremos promover a administração humanizada, a fim de melhorar o relacionamento entre a direcção e o pessoal em geral e aperfeiçoar as técnicas de comunicação do pessoal de direcção. Optimizaremos os mecanismos de apresentação de opiniões e respostas, assim como apresentaremos propostas sobre mecanismos de conciliação e comunicação, a fim de suavizar as contradições e os conflitos através de medidas variadas, criando uma cultura de tolerância e harmonia. Aperfeiçoaremos as condições de trabalho dos funcionários públicos, intensificando os mecanismos de comunicação no âmbito do regime de avaliação do desempenho. Iremos aprofundar o Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos no Trabalho, aperfeiçoar o *website* para os funcionários públicos e prosseguir a intensificação do intercâmbio e comunicação, através de actividades de formação, sessões de intercâmbio e actividades interdepartamentais.

A integridade física e psicológica e a segurança no trabalho dos funcionários públicos serão, igualmente, tomadas em consideração. Assim, iremos proceder ao acompanhamento da definição do local para as futuras instalações do Centro de Exame Médico para Funcionários Públicos, a partir do seu actual modo de funcionamento nas instalações do Centro de Saúde da Areia Preta. Iremos dar continuidade ao curso sobre combate ao *stress* e aos cursos e actividades de divulgação da segurança e saúde no trabalho. Organizaremos os funcionários públicos de forma a participarem em concursos e actividades culturais e recreativas, a fim de promover a amizade entre si.

Em colaboração com o Comissariado Contra a Corrupção e o Comissariado da Auditoria, iremos dar continuidade à formação, divulgação e moralização para a prevenção da corrupção. Nesse sentido, serão realizadas conferências alusivas à integridade destinadas aos novos funcionários públicos, com a participação como oradores de representantes do Comissariado Contra a Corrupção. Por outro lado, iremos intensificar a implementação de um sistema de governação íntegra e da respectiva fiscalização e sanção, bem como melhorar os regimes de gestão administrativa e financeira, aumentando a respectiva transparência. Relativamente ao funcionamento administrativo, iremos executar rigorosamente as instruções relativas à integridade, com o objectivo de prevenir e combater actos de ilegalidade administrativa.

Iremos promover o novo regime de aquisição de bens e serviços, assim como iremos dar esclarecimentos, instruções e formação necessários à execução do novo regime, de modo a proporcionar aos executores o conhecimento suficiente do regime, o que contribuirá para a aplicação racional dos recursos públicos, evitando situações de corrupção e de abuso de poder. Para efeitos de preparação de um conjunto de diplomas necessários para a aplicação em Macau da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, iremos continuar a colaborar com o Comissariado Contra a Corrupção e demais serviços públicos envolvidos. Nesse conjunto

de diplomas, as Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia reforçam a fiscalização sobre o pessoal de direcção e chefia quanto à sua integridade na execução da acção governativa, bem como estabelecem patamares mais exigentes em relação ao respectivo moral, conduta e responsabilidades.

II. No domínio da Justiça

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá intensificar, no próximo ano, o impulso das acções no domínio da Justiça de acordo com as seguintes orientações:

- Implementar de forma rigorosa as disposições do artigo 23.º da Lei Básica e proceder, com base numa ampla auscultação de opiniões, ao aperfeiçoamento do projecto da proposta de lei relativa à defesa da segurança do Estado, dando início ao respectivo processo legislativo;
- Aprofundar a interacção entre a reforma jurídica e a reforma administrativa, assim como lutar pela resolução das questões decorrentes do rápido desenvolvimento social, através de uma articulação estreita das medidas administrativas com o aperfeiçoamento do sistema jurídico;
- Prosseguir a adopção do método de acção cooperativa que abrange múltiplos organismos públicos e mecanismos, a fim de impulsionar com vigor a coordenação dos projectos de reforma jurídica;
- Aumentar a participação dos diversos sectores da sociedade na acção legislativa, criar gradualmente um mecanismo de legislação tridimensional e interactivo e promover, através do reforço dos estudos jurídicos, a capacidade de previsão na reforma jurídica, bem como proporcionar um espaço maior para o desenvolvimento social;
- Intensificar as acções de formação do pessoal da área do Direito e proceder à constituição de um corpo desses trabalhadores, com o intuito de lançar as bases para o seu desenvolvimento sustentável.

1. Implementação dos projectos de reforma jurídica

Iremos intensificar a coordenação. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau incrementará, com base nos alicerces lançados, a coordenação das funções dos organismos públicos envolvidos e dos peritos e académicos, assegurando a concretização dos diversos projectos jurídicos de acordo com os planos traçados.

Proporcionaremos apoio atempado aos organismos especializados com vista à melhoria de qualidade da produção e tradução jurídicas. Através dos mecanismos de coordenação, iremos facultar científica e razoavelmente a partilha de recursos, assim como iremos proceder à revisão atempada e ao aumento da eficiência e qualidade mediante a cooperação mútua entre os organismos.

Prosseguiremos a promoção e o estímulo aos diversos sectores para a participação activa nas acções de consulta referentes aos diplomas jurídicos. Continuaremos a efectuar a sùmula das experiências colhidas e a recolha de opiniões, de maneira a que os diplomas elaborados correspondam efectivamente às necessidades do desenvolvimento social através da articulação entre a produção jurídica e a consulta de opiniões.

Todos os cidadãos têm actualmente à sua disposição vários meios para a veiculação de opiniões e a participação na reforma jurídica promovida pelo Governo. Por outro lado, o Governo continuará a envidar esforços para aperfeiçoar os mecanismos de consulta jurídica e seu funcionamento, melhorar as redes consultivas, alargar os meios de consulta da opinião pública e impulsionar a participação da população em geral.

2. Acções de Formação Jurídica

As actividades de formação serão desenvolvidas em colaboração com diversas associações e instituições de ensino. Em 2009 realizaremos uma série de actividades cujo conteúdo de formação incide sobre os novos diplomas jurídicos publicados, com o objectivo de fortalecer a interpretação e o conhecimento dos novos diplomas, quer pelo pessoal que aplica a lei, quer pela população em geral, colaborando na implementação eficiente dos mesmos e alcançando o objectivo visado com a legislação.

Iremos promover a produção legislativa por grupos de trabalho para determinados projectos em função da situação real, de maneira a proporcionar a formação prática sobre técnicas legislativas ao pessoal da área do Direito neles envolvido, através de medidas de aprendizagem sob orientação e acompanhamento de juristas experientes, tendo como pressuposto a garantia da qualidade legislativa.

Iremos aumentar cada vez mais a aplicação da Base de Dados dos Juristas, com o objectivo de se implementar a flexibilidade na mobilização e a sistematização na gestão e formação do pessoal da área do Direito pelo Governo.

Realizaremos, de forma prioritária, as actividades de formação em determinadas áreas com particular interesse e relevância para o desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau, entre as quais a colaboração com entidades competentes locais ou estrangeiras para organizar conjuntamente as acções de formação sobre produção jurídica, bem como para realizar aquelas na vertente do Direito Internacional Público, da arbitragem, da intermediação, da reconciliação, da formação para o ingresso na Função Pública, da formação contínua, entre outros.

3. Divulgação Jurídica

Iremos aprofundar as acções de promoção educativa e divulgação da Lei Básica. Iremos intensificar a cooperação entre os organismos públicos e as associações, bem como organizar diversas actividades, cursos e seminários, com vista a que os cidadãos dos vários grupos etários conheçam a Lei Básica por diversos meios.

Procederemos à generalização do Direito junto dos jovens que frequentam a escola. Iremos promover a generalização do Direito e a educação necessária junto dos estudantes do ensino primário e secundário, no sentido de organizar jovens com conhecimentos mais profundos da lei que sejam cumpridores escrupulosos do Direito, para influenciarem positivamente os seus pares.

Iremos desenvolver a divulgação de legislação temática. No decurso do processo legislativo sobre o projecto da proposta de lei relativa à defesa da segurança do Estado, iremos proceder com persistência, em colaboração com os diversos sectores sociais e estabelecimentos de ensino, à promoção das acções de divulgação e educação nas diversas vertentes através de diferentes meios, de maneira a implementar concreta e plenamente as disposições do artigo 23.º da Lei Básica, permitindo, por um lado, aos cidadãos o conhecimento dessa lei e, por outro, proporcionando-lhes a educação sobre o amor à Pátria a nível geral.

Concentraremos os nossos esforços na divulgação das leis mais importantes sob a forma de legislação temática, nomeadamente das leis eleitorais, da lei laboral, das leis sobre o combate ao tráfico de pessoas e ao tráfico de drogas, Código Comercial, entre outros. Realizaremos, ao longo do próximo ano, *workshops* e palestras sobre outros temas relacionados com a vida quotidiana dos cidadãos, a fim de aumentar o seu conhecimento quanto a essa legislação. Por outro lado, iremos organizar e realizar palestras ou cursos de formação temática a respeito das leis e dos diplomas recentemente promulgados.

4. Estudos Jurídicos e sua Organização

Com base nas experiências recolhidas nos projectos de reforma jurídica, iremos proceder gradualmente, a propósito das publicações com valor de referência para a elaboração e publicação dos diplomas jurídicos, à compilação de diversa documentação sobre o contexto da revisão dos diplomas, o processo da revisão, os princípios e as linhas de raciocínio da revisão, a investigação jurídica, entre outros, de acordo com a situação concreta dos diplomas e suas especificidades, para além de proceder ao esclarecimento das principais questões e normas encontradas nesses diplomas.

Para elevar e promover os estudos jurídicos em Macau, iniciaremos não só a investigação em algumas áreas importantes no domínio da Justiça e Administração Pública, como também publicaremos a tradução em língua chinesa dos materiais didácticos concernentes.

5. Registos e Notariado

No próximo ano serão iniciados os processos legislativos relativos à alteração do Código do Registo Civil, do Código do Registo Comercial, do Código do Registo Predial e do Código do Notariado. Iremos propor a introdução de uma série de medidas reformadoras em relação ao aperfeiçoamento do regime de registo de compra e venda de fracções autónomas de edifícios em construção, do regime de registo do pagamento do sinal na compra e venda de imóveis, da informatização dos serviços do notariado, da simplificação dos procedimentos do acto matrimonial, entre outros.

Melhoraremos também o método de prestação de serviço ao público e a distribuição do pessoal relativamente aos serviços dos registos e do notariado, com vista a criar de forma unificada um Centro de Serviços dos Registos e do Notariado. A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça irá disponibilizar o serviço de emissão de informações escritas sobre os imóveis ("busca") após a prevista criação dos Centros de Prestação de Serviços ao Público, por zonas.

6. Acções de Reinserção Social e do Instituto de Menores

Iremos criar um mecanismo de cooperação para auxiliar os jovens sujeitos a apoio e que apresentam tendência para uso abusivo de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas a afastarem-se do mundo da droga, bem como para iniciar a divulgação da lei relativa às drogas. No próximo ano, o Instituto de Menores destacará as acções de apoio à família desenvolvendo-as cabalmente a partir dos resultados obtidos no projecto-piloto "Agregado Familiar com Carácter" anteriormente implementado.

No âmbito das matérias de reabilitação, iremos não só estabelecer uma cooperação estreita com os organismos populares, como também iremos planear com prontidão a disponibilização de equipamentos de *hardware* complementar e a gestão e prestação de serviços nas novas instalações, com o objectivo de proporcionar aos reabilitados um apoio mais adequado no respectivo período transitório. Concluiremos os estudos sobre a inclusão da medida de serviço comunitário nas penas aplicáveis em Macau. Iremos apresentar propostas para se adaptar à revisão do regime relativo à idade de imputação da responsabilidade criminal em Macau, assim como iremos criar condições mais favoráveis para a reintegração dos respectivos jovens, e daí aumentar a eficiência da reinserção social.

7. Incremento da Cooperação Internacional e Regional

Com a autorização e o apoio do Governo Central, daremos continuidade ao aumento da cooperação judiciária e dos assuntos de Direito Internacional, nomeadamente no que respeita à cooperação judiciária com a União Europeia e a República Federativa do Brasil.

Aprofundaremos o acompanhamento dos assuntos relativos ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal com o Interior da China, bem como relativamente ao Acordo sobre os Pedidos Mútuos de Citação e Notificação de Actos Judiciais em Matéria Civil e Comercial e ao Acordo relativo ao Auxílio Mútuo em Matéria Penal com a Região Administrativa Especial de Hong Kong.

8. Maior articulação com as acções desenvolvidas pelo órgão legislativo e pelos órgãos judiciais

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá adoptar, de acordo com a Lei Básica, uma atitude plenamente activa e colaboradora para com a Assembleia Legislativa, com vista a assegurar um melhor aperfeiçoamento das propostas de lei, e daí impulsionar a reforma jurídica da Região Administrativa Especial de Macau. Continuaremos a empenhar-nos com

forte sentido de responsabilidade para responder às interpelações escritas apresentadas pelos deputados à Assembleia Legislativa, procedendo ao estudo sobre o aumento da coordenação do mecanismo de resposta, bem como para responder nas sessões legislativas às interpelações orais e fornecer, a pedido do órgão legislativo, as informações necessárias ou acompanhar os processos dos cidadãos por ele encaminhados.

No âmbito da articulação e cooperação com os órgãos judiciais, iremos proceder, no próximo ano, à conclusão do Segundo Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, prosseguindo, ainda, com a realização da sua terceira edição. Continuaremos a organizar, a pedido dos órgãos judiciais, o curso de formação para acesso na carreira de oficial de justiça. Em simultâneo, iremos realizar actividades de formação contínua e de reciclagem destinadas aos magistrados, em colaboração com os organismos competentes do Interior da China, Portugal, França, entre outros.

III. Assuntos Cívicos e Municipais

1. Melhoramento dos Equipamentos Urbanos e Comunitários bem como Elevação da Qualidade de Vida dos Cidadãos

Iremos conceber e aperfeiçoar o processo de gestão de ocorrências imprevistas, nomeadamente no que respeita ao mecanismo de resposta às situações de emergência causadas por calamidades naturais, assegurando da melhor forma o apoio recíproco e a comunicação entre os diversos organismos públicos.

Em 2009 as obras de transformação do sistema de drenagem para a resolução dos problemas das inundações incidirão sobre o bairro de San Kio, a zona situada entre a Avenida do Almirante Lacerda e a Avenida Marginal de Lam Mau, bem como as zonas adjacentes, com o objectivo de melhorar a rede de esgotos nas zonas baixas da Península de Macau, para elevar a capacidade de drenagem. Através da repavimentação, embelezamento e modificação condicionada de determinadas vias públicas e passeios em Macau, iremos continuar a desenvolver acções de melhoramento do ambiente urbano e comunitário, abrangendo as zonas onde se encontra localizado o Património Mundial em Macau, fazendo unir as ruas e realçar as características dessas zonas antigas. Iremos não só instalar nos locais adequados mais placas sinalizadoras e plantas da cidade em painéis iluminados para os turistas, como também iremos desenvolver o *website* do Mini-Guia da Cidade.

Proseguiremos, por um lado, as obras de construção do Edifício para os Vendilhões do Mercado de Iao Hon e, por outro, iniciaremos as obras de construção do Mercado Provisório da Ribeira do Patane, bem como dos procedimentos de reconstrução do Mercado da Ribeira do Patane e do Mercado da Taipa. Paralelamente, continuaremos a realizar uma ampla audição de opiniões com vista ao aprofundamento do estudo sobre a construção do Mercado do Nordeste. O edifício técnico do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, cuja construção está em curso, permitirá não só a concentração dos recursos utilizados pelos

diversos departamentos técnicos, mas também aumentará essencialmente o espaço disponível para a organização de actividades variadas pelos residentes.

Através do desenvolvimento das funções do Grupo de Coordenação para a Segurança Alimentar, envidaremos esforços para garantir a higiene e segurança alimentar e evitar a ocorrência e propagação de doenças transmissíveis. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais irá reforçar a cooperação com os Serviços de Saúde, a Direcção dos Serviços de Economia e os Serviços de Alfândega, no sentido de intensificar a inspecção sanitária dos diversos estabelecimentos e as acções de sensibilização e educação. Além disso, iremos aumentar a comunicação e coordenação com os Serviços de Alfândega com vista ao impedimento da importação ilegal dos géneros alimentícios. Reforçaremos a análise laboratorial e inspecção sanitária dos produtos alimentares frescos e vivos. Continuaremos a manter elevada a precisão e sensibilidade relativamente às técnicas de inspecção, enquanto preservamos as relações estreitas com as entidades de controlo sanitário do Interior da China, de Macau e outras regiões, para além de desenvolver intercâmbio de técnicos e planos de cooperação.

Aperfeiçoaremos os diplomas jurídicos relacionados com as funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais. Iremos estudar de forma atempada a optimização do serviço *One Stop* para os procedimentos de licenciamento, procedendo à revisão e aperfeiçoamento dos equipamentos de *hardware* e das acções de formação do pessoal, para além da adopção de diferentes meios de divulgação para o esclarecimento dos cidadãos sobre os pormenores a ter em conta no pedido de emissão de licenças.

Envidaremos esforços para impulsionar uma maior correspondência da distribuição das zonas de lazer e da disponibilização das instalações com as necessidades dos cidadãos. Além disso, iremos melhorar e manter os equipamentos de musculação que se encontram instalados nos vários parques públicos e zonas de lazer por toda a cidade de Macau, com vista a estimular a população para a prática de desporto com mais frequência e corresponder à imagem de cidade saudável. Iremos dar continuidade ao aperfeiçoamento dos aspectos paisagísticos da cidade e ao melhoramento ambiental, incidindo essencialmente sobre o estudo das espécies de árvores plantadas nas vias públicas de Macau, a renovação dessas espécies, bem como o reforço da prevenção e tratamento das árvores atacadas por espécies biológicas daninhas.

2. Apresentação de Actividades Culturais e Recreativas Variadas e Enriquecimento dos Tempos de Lazer na Vida dos Cidadãos

Continuaremos a realizar actividades culturais com características específicas nas festividades tradicionais. Para a comemoração do 10.º aniversário do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, iremos organizar a construção de um parque de esculturas representativas das 56 minorias étnicas chinesas, em colaboração com os organismos competentes do Interior da China.

O Museu de Arte de Macau continuará a promover o desenvolvimento artístico-cultural e a criatividade local, o intercâmbio de culturas e a generalização das artes.

Prosseguiremos com a organização de uma pluralidade de espectáculos culturais e artísticos de alta qualidade, trazendo aos cidadãos eventos de projecção internacional. Envidará esforços para proporcionar uma plataforma e mais espaço para o desenvolvimento e a formação artística dos jovens de Macau e para promover a criatividade dos actores e artistas locais e das respectivas actuações, para além de elevar na íntegra a capacidade de apreciação artística local. Paralelamente, serão organizadas acções de formação, palestras, *workshops* e actividades recreativas com o intuito de enriquecer a vida dos cidadãos pelas mais variadas formas e meios de divulgação, e daí impulsionar o desenvolvimento e intercâmbio cultural em Macau.

3. Aprofundamento da Educação Cívica e Impulso das Boas Relações de Vizinhança

A educação cívica terá como eixo principal a temática “Cortesias em Macau”, com o intuito de divulgar e salientar a ética social, a boa educação, o respeito mútuo, o convívio harmonioso, entre outros. Assim sendo, iremos aprofundar, através da cooperação com várias associações locais e mediante diferentes meios, as acções de promoção e divulgação nos vários bairros comunitários e nos estabelecimentos de ensino. Além disso, o aprofundamento e desenvolvimento da educação cívica também serão direccionados para os turistas, a mão-de-obra não residente e os novos imigrantes recentemente fixados em Macau, a fim de elevar, dum modo geral, a consciência cívica.

Com o objectivo de construir uma cidade harmoniosa, bem como de incrementar o afecto, a cooperação e a harmonia entre as pessoas, iremos começar por prestar uma atenção especial às relações de vizinhança e à qualidade de vida comunitária, passando, em seguida, para a integração dos conceitos de civismo e ética, saúde e higiene, protecção ambiental, entre outros. Iremos não só promover uma ligação mais estreita e harmoniosa entre os elementos constituintes desta cadeia “Indivíduo–Família–Associação–Bairro Comunitário–Cidade”, como também iremos fomentar a construção de uma sociedade em harmonia através dos efeitos do apoio e da união.

Área da Economia e Finanças

Ponto de situação sobre a execução das linhas de acção governativa do ano de 2008

Em 2008, afectada pela conjuntura externa, a economia de Macau abrandou significativamente, prevendo, no entanto, a manutenção do seu nível positivo de crescimento durante o ano em análise.

Promoção da diversificação adequada da economia. Foram desencadeadas acções no sentido de promover o desenvolvimento do sector das convenções e exposições, dentro das quais se destacam o seguinte: realização de cursos para a formação de profissionais do sector; prestação de apoio aos operadores do sector na participação nas actividades de intercâmbio regional, prestando-lhes serviços de informações e apoios na criação de marcas de qualidade do sector de convenções e exposições locais; empenho na dinamização das instituições de convenções e exposições do exterior para a realização em Macau de eventos da mesma natureza; elaboração do projecto do diploma legal que vise regulamentar o sistema de importação provisória de artigos, ou seja, o sistema de alfandegamento ATA, permitindo que os artigos exibidos na exposição possam entrar e sair de Macau, de forma facilitada. Foram, ainda, envidados esforços na promoção do desenvolvimento do sector logístico, através da prestação de apoio às empresas do sector na exploração dos mercados das zonas adjacentes; no fomento da reconversão das indústrias, ajudando as empresas a elevarem a sua capacidade de resposta rápida e de criação de designs e marcas próprias; na prestação de auxílio às empresas de exportação para ultrapassarem o problema das barreiras alfandegárias de *trading*; no ajustamento da dimensão e no controlo do ritmo de desenvolvimento do sector do jogo, restringindo o aumento do número dos novos casinos e das mesas e máquinas de jogo, proporcionando, assim, condições para a diversificação adequada da estrutura económica local.

Prestação de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs). Além de reforçadas as funções do Centro de Apoio Empresarial de Macau e do Núcleo de Serviços às Pequenas e Médias Empresas como plataforma de intercâmbio de informações para as ditas empresas, foram ainda consolidados os três planos de apoio financeiro às PMEs, tendo registado um número notório de empresas candidatas ao “Plano de Apoio às PMEs”. Prestou-se apoio às empresas afectadas por tufões, concedendo-lhes empréstimos, com isenção de juros, com vista a ajudá-las a fazer face às dificuldades encontradas. Foram encetados esforços para ajudar as PMEs a elevarem os seus níveis de gestão e técnico de exploração das suas actividades, como por exemplo, prestar apoio às empresas na obtenção de certificações internacionais, disponibilizando cursos de formação relativos à exploração e gestão de negócios, concedendo ajuda no aperfeiçoamento da gestão financeira e proporcionando serviços de informações comerciais e de bolsas de contactos. Além disso, tem-se empenhado, de forma contínua, na implementação e melhoramento do regime de incentivos fiscais no âmbito das políticas industriais e do regime de bonificação de juros de créditos para o desenvolvimento de actividades económicas .

Participação na cooperação económica regional. Graças à consolidação do CEPA, o valor total das exportações de Macau ao Interior da China, com benefício de isenção de tarifas aduaneiras e o número de tipos de mercadorias exportadas têm vindo a aumentar gradualmente, bem como as empresas locais que exploram actividades de serviços no Interior da China. Na sequência da assinatura do Suplemento V ao CEPA, o conteúdo deste Acordo foi enriquecido e aperfeiçoado, tendo o Interior da China continuado a alargar o âmbito da liberalização concedida a Macau, particularmente no que diz respeito ao sector do comércio de serviços. Foram desencadeadas acções no sentido de promover uma maior cooperação económica e comercial com o Interior da China, nas áreas de convenções e exposições, logística e pequenas e médias empresas, entre outras, empenhando-se ainda na intensificação gradual da cooperação com a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, tendo sido convidadas as províncias e zonas da Região para participarem no evento intitulado “2008 Macao International Environmental Co-operation Forum & Exhibition (MIECF)”. Concentraram-se esforços no fomento da cooperação de Macau com Guangdong, Fujian e Hong Kong, na perspectiva de aperfeiçoar, de forma gradual, os mecanismos de cooperação entretanto definidos. Tendo em conta a valorização do papel da plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP), foram envidados todos os esforços no estreitamento das relações com esses países, promovendo activamente o papel de Macau como plataforma e incentivando o intercâmbio e a cooperação entre a China e os PLP na área económica e comercial. Empenhou-se na prestação de ajuda às federações dos empresários chineses para a realização em Macau de uma série de actividades da “International Chinese Entrepreneurs Trade Convention”, providenciando ainda apoio às organizações locais dos chineses do ultramar para a realização de actividades de intercâmbio empresarial em Macau. Houve participação nos trabalhos relacionados com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e foram desenvolvidos, de forma activa, trabalhos preparatórios para a participação na próxima Exposição Mundial que terá lugar em Shanghai, no ano 2010.

Tratamento do problema da oferta e procura de recursos humanos. Neste contexto, os trabalhos desencadeados foram o seguinte: (1) promoção do emprego, com esforços centrados no aumento da eficácia da colocação profissional e da conjugação do emprego; (2) intensificação da formação vocacional e da formação profissional e organização de cursos de formação profissional com alvos definidos, tendo-se privilegiado, neste sentido, acções tendentes ao reforço da formação em áreas profissionais mais solicitadas do mercado, à realização de cursos de reconversão destinados a indivíduos de meia idade, bem como à implementação das “Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional”, na perspectiva de proporcionar aos trabalhadores efectivos oportunidades de aprendizagem; realização de trabalhos preparatórios para a definição dos padrões de testes de técnicas profissionais de “croupiers”; promoção da certificação da qualificação vocacional e da qualificação profissional e implementação de acções de sensibilização e de orientação da segurança e saúde ocupacional; (3) importação de mão-de-obra de acordo com as necessidades decorrentes do desenvolvimento sócio-económico, com vista a, por um lado, superar o problema da insuficiência de recursos humanos locais, e por outro, atenuar as dificuldades das PME's relativas

à falta de mão-de-obra. Sob o princípio de apreciação rigorosa dos pedidos de importação de trabalhadores não residentes, foram desencadeados trabalhos de revisão e melhoramento dos procedimentos administrativos relacionados, simplificando as respectivas formalidades no sentido da elevação da produtividade de trabalho; (4) conciliação de conflitos laborais, esforçando-se por assegurar uma relação harmoniosa entre os empregadores e os empregados.

Aperfeiçoamento do sistema de segurança social. Com base nas opiniões recolhidas junto do público, foram introduzidos melhoramentos à “Proposta de Consulta Pública sobre a Reforma do Sistema de Segurança Social e Protecção na Terceira Idade”, tendo sido iniciadas acções tendentes à elaboração e revisão dos diplomas legais e regulamentos relacionados. Além disso, procedeu-se ainda à alteração de algumas disposições legais no âmbito do Fundo de Segurança Social, determinando a possibilidade de percepção antecipada da pensão de velhice por beneficiários com condições, devendo a sua idade estar compreendida entre os 60 e menos de 65 anos, cujo montante será calculado com base numa percentagem de 75% a 99.4% sobre o montante da pensão, aumentando progressivamente conforme a idade do beneficiário na data do pedido. Foram ainda elevados os montantes das pensões de velhice, de invalidez e social.

Manutenção da estabilidade e solidez das finanças públicas e da situação financeira. No domínio da administração das finanças públicas, foram desencadeados os seguintes trabalhos: consolidação do novo Regime de Administração Pública Financeira; optimização da aplicação do sistema informático de contabilidade; reforço dos trabalhos de fiscalização da cobrança dos impostos provenientes do exclusivo de exploração e do sector do jogo; consolidação dos trabalhos da alteração ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos; promoção da regulamentação das operações de Tesouraria, etc. No âmbito da supervisão financeira: ao longo deste ano, perante a instabilidade vivida nos mercados financeiros internacionais, a AMCM tem empenhado no reforço da fiscalização das instituições financeiras locais, acompanhando, de perto, a evolução do tsunami financeiro internacional para que possa adoptar atempadamente medidas para fazer face aos eventuais incidentes ocorridos, tendo reforçado ainda as acções de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, no intuito de assegurar a estabilidade e a segurança do sistema financeiro local. Além disso, foram aperfeiçoadas as regras de supervisão financeira, tendo sido lançadas as “Directivas sobre Gestão do Risco Territorial” e instruções respeitantes à gestão de riscos das actividades bancárias electrónicas, a par de terem sido iniciados os trabalhos da revisão dos requisitos quanto à supervisão da comercialização dos produtos de investimento financeiro, por entidades financeiras agenciadoras.

Revisão e melhoramento de diplomas e regulamentos legais. Neste ano, os diplomas legais desta área, cujos processos de revisão ou de elaboração já foram concluídos ou se encontram a desenrolar-se incluem essencialmente os seguintes: “Lei das Relações de Trabalho”; “Regime Geral da Segurança de Produtos”; Regulamento do Imposto de Consumo”; regulamento administrativo relativo ao Fundo de Segurança Social, etc.

Atenuação da pressão inflacionista sentida pelos residentes. Efectuaram-se negociações com os serviços competentes do Interior da China sobre o problema de fornecimento a Macau de arroz, tendo sido obtida garantia por parte das mesmas entidades do aumento de fornecimento do bem alimentar em questão, no sentido de assegurar a estabilidade da respectiva oferta. Foram lançadas medidas provisórias extraordinárias que incluíam os planos de participação nas despesas de consumo de energia eléctrica e de atribuição de um subsídio complementar aos trabalhadores residentes a tempo completo, com rendimentos de trabalho reduzidos, por forma a aliviar a pressão sentida pela população local e pelos trabalhadores empregados, provocada pela subida da taxa de inflação. Implementou-se também o plano de participação pecuniária no desenvolvimento económico para que a população local pudesse partilhar os frutos derivados do crescimento económico do Território, aumentando a sua capacidade para combater a inflação. Foram implementadas as medidas de isenção do pagamento do imposto de selo sobre os primeiros tres milhões de patacas pagos para a aquisição de habitação própria por residentes permanentes da RAEM não detentores de imóvel e do imposto específico de consumo dos combustíveis e lubrificantes.

Intensificação da protecção dos direitos e interesses dos consumidores. Foram desenvolvidos trabalhos de tratamento atempado das queixas, consultas e pedidos de informações apresentadas. Desenvolveram-se ainda acções para a promoção, alargamento e fiscalização das “Lojas Aderentes” e das “Lojas Certificadas”, tendo sido registado um aumento crescente do número de estabelecimentos comerciais aderentes a estes dois planos. Foram realizadas campanhas de divulgação e sensibilização sobre a protecção dos direitos e interesses dos consumidores com vista a elevar o sentido e capacidade de autodefesa dos mesmos.

Aperfeiçoamento do sistema de indicadores estatísticos. Foram elaboradas as projecções da população residente de Macau entre 2007 e 2031. Procedeu-se, a partir do corrente ano, à divulgação trimestral dos principais indicadores de emprego da população residente local e dos índices de salários dos trabalhadores do sector da construção civil, com o novo período base 2005/06. Foram alargado o âmbito estatístico do inquérito ao sector dos serviços, passando a incluir as entidades que realizam, por conta de outrem, exposições e feiras e aperfeiçoadas as estimativas do Rendimento Nacional Bruto (GNI) dos residentes locais.

Linhas de Acção Governativa para o ano de 2009

Em 2009, a economia de Macau deverá entrar numa nova fase de ajustamento, prevendo-se o surgimento de um maior número de dificuldades e desafios e o abrandamento significativo do seu ritmo de desenvolvimento face ao verificado nos últimos anos, com possibilidade de aparecimento de um eventual crescimento de nível reduzido ou mesmo negativo. **As linhas gerais da governação definidas para o domínio da economia e finanças consistem em:** empenho na manutenção da estabilidade da situação económica e financeira; melhoria contínua dos ambientes de negócios e de trabalho; promoção activa da diversificação adequada das indústrias; intensificação de esforços para apoiar o desenvolvimento das pequenas e médias

empresas; participação, com uma postura pragmática, nas actividades de cooperação económica regional e empenho na melhoria eficaz da qualidade da vida da população, com vista à concretização das metas pré-definidas quanto à manutenção da estabilidade da economia local, à melhoria progressiva da qualidade da vida dos cidadãos e à criação de um ambiente harmonioso e próspero na sociedade de Macau. **Os objectivos delineados são:** manutenção da estabilidade da economia global; manutenção da baixa taxa de desemprego; manutenção da estabilidade e solidez das finanças públicas e da situação financeira; aperfeiçoamento gradual da estrutura sectorial e aperfeiçoamento do ambiente de negócios.

Manutenção da estabilidade da situação económica e financeira. Serão aumentada, de forma adequada, a dimensão dos investimentos públicos, com vista a garantir a estabilidade do desenvolvimento da economia, e adoptadas medidas eficazes no sentido de encorajar a aplicação de investimentos, por parte de particulares, procurando ainda empenhar-se na realização de acções tendentes à atracção de investimentos estrangeiros no Território. Proceder-se-ão estudos sobre o lançamento de planos e medidas de apoio ao desenvolvimento das empresas por forma a ajudá-las a ultrapassar as dificuldades de carácter económico. Será empenhado na consolidação e melhoramento dos alicerces do sistema financeiro, elevando a transparência das políticas adoptadas, prestando elevada atenção em relação à evolução da situação financeira internacional, reforçando ainda a capacidade de reacção rápida para encontrar soluções para fazer frente aos eventuais factores de instabilidade financeira, intensificando ainda os trabalhos de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, a fim de assegurar a estabilidade e a segurança do sistema financeiro local. Irá ser reforçada a realização de estudos da situação da conjuntura económica e da respectiva situação política, procurando acompanhar a evolução da situação da crise financeira internacional e do desenvolvimento económico mundial, a fim de poder responder, de uma forma rápida e apropriada, à evolução de acontecimentos.

Melhoria contínua das condições do ambiente de negócios. Em articulação com o ritmo de andamento do processo da reforma do ordenamento jurídico global da RAEM, irá proceder, de forma adequada e segundo a ordem de prioridade previamente definida, à revisão e alteração dos diplomas e regulamentos legais da área da economia e finanças, conforme os princípios entretanto delineados, nomeadamente em prol da população, maior eficácia, elevado grau de liberdade e com visão estratégica. Neste sentido, irá prosseguir os trabalhos de revisão, alteração ou elaboração de vários diplomas e regulamentos legais relacionados com as seguintes áreas: comércio externo, indústria, investimento, propriedade intelectual, actividades financeiras, finanças públicas, tributação, sistema contabilístico, trabalho, recursos humanos, segurança social, protecção dos direitos e interesses dos consumidores, entre outras, com vista a proporcionar um ambiente jurídico mais rigoroso e aperfeiçoado, capaz de assegurar o desenvolvimento da economia local. Além disso, será empenhado na promoção da modernização administrativa, para efeitos de facilitação da população; na concretização dos objectivos delineados no programa da reforma da Administração Pública com vista a elevar a eficiência dos serviços administrativos prestados; na elevação da transparência das acções

governativas e na promoção da electrónica dos serviços governamentais, a fim de criar condições para a prestação de serviços administrativos numa forma justa, imparcial e incorrupta.

Promoção da diversificação adequada da economia. Irá aproveitar, em pleno, o CEPA para dinamizar o desenvolvimento dos sectores relacionados. Empenhar-se-á na promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições através da realização de acções de encorajamento e de encaminhamento, reforçando, em particular, as acções no sentido de formar e atrair do exterior de quadros profissionais para o dito sector e procedendo à implementação do sistema de alfandegamento ATA e à revisão das legislações relacionadas, por foma a dotar este sector das condições propícias para a exploração das suas actividades. Irá concentrar os esforços no fomento do desenvolvimento das indústrias adequadas a Macau, nomeadamente as actividades com nível tecnológico e valor acrescentado relativamente elevado, bem como na promoção da reconversão e elevação do nível das indústrias tradicionais. A par de efectuar acções no sentido de valorização do papel de motor dinamizador assumido pelo sector do jogo para implusionar o desenvolvimento do turismo e das actividades conexas, irá continuar a estudar e adoptar políticas e medidas tendentes ao fomento da diversificação do tecido económico local.

Apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Neste contexto, serão prestada maior atenção e efectuadas análises sobre as dificuldades sentidas pelas pequenas e médias empresas, proporcionando-lhes apoios para que possam ultrapassar as dificuldades encontradas na exploração dos seus negócios. Empenhar-se-á na valorização das funções do Centro de Apoio Empresarial de Macau e do Núcleo de Serviços às PME para lhes prestarem serviços mais apropriados. Serão dadas assistências às PME no aproveitamento das vantagens do CEPA para reforçar a cooperação com o Interior da China, prestando-lhes apoio e incentivos no lançamento e promoção das marcas de qualidade de Macau, para a conquista de espaços de expansão nos mercados da China e do exterior, e esforçando-se por intensificar e aperfeiçoar os serviços de bolsas de contacto empresarial com vista a promover a cooperação entre as empresas. Envidar-se-ão esforços para valorizar o papel dos planos de apoio financeiro a PME, ajudando-as a atenuar as dificuldades encontradas na exploração dos seus negócios, dando-lhes ainda auxílios na melhoria e elevação do nível de gestão e do nível técnico operacional, bem como no aperfeiçoamento do sistema de gestão e na obtenção de certificações internacionais de gestão. Serão envidados esforços para, na medida possível, ajudar a atenuar, eficaz e atempadamente, os problemas de falta de recursos humanos encontrados pelas PME, apoiando e encorajando as associações cívicas para a organização de acções de apoio às empresas em causa.

Reforço da cooperação regional. Sob os mecanismos do CEPAs, da cooperação da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas e da cooperação bilateral estabelecida com as províncias e regiões do Interior da China, irão ser promovido o fortalecimento da cooperação económica e comercial com o Interior da China e criadas relações mais estreitas nos mesmos domínios, com especial atenção prestada na intensificação da cooperação com Guangdong,

Fujian e Chongqin. À medida que forem valorizadas as funções dos Gabinetes de Ligação do IPIM nas Cidades de Hangzhou, Jieyang e Chengdu, para efeitos de promoção do intercâmbio e da cooperação com as regiões da sua vizinhança, será participado activamente na cooperação da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, procurando ainda reforçar os mecanismos de cooperação estabelecidos, obtendo, assim, resultados eficazes. Tendo em conta a consolidação do papel de plataforma para a promoção da cooperação económica e comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa, será articulado e concedido apoio activo ao Secretariado Permanente na execução dos seus trabalhos, prestando, em primeiro lugar, ajuda para a realização da 3ª Conferência Ministerial do Fórum. Serão reforçados o intercâmbio e a cooperação com os países e regiões membros da União Europeia e da ASEAN, nos domínios económica e comercial, prosseguindo, por outro lado, a participação nas actividades realizadas por organizações regionais e internacionais, dando cumprimento aos compromissos assumidos, bem como a realização de trabalhos preparatórios para a participação na Exposição Mundial de Shanghai.

Empenho na melhoria eficaz da qualidade da vida da população. As acções a promover incidem no seguinte: (1) Promoção do emprego dos residentes locais. Serão empenhados na manutenção da estabilidade da economia, assegurando as oportunidades de emprego; no prosseguimento dos trabalhos tendentes ao reforço e aperfeiçoamento das acções de colocação e de aconselhamento profissional, impulsionando activamente o plano relativo à auto-conjugação do emprego e elevando a eficácia e o resultado da colocação profissional; na prestação de um maior acompanhamento e apoio aos indivíduos de meia idade e com baixa escolaridade quanto à sua integração ou reintegração no mercado de trabalho, reforçando ainda o auxílio oferecido aos indivíduos com deficiências mentais e/ou motoras na procura de emprego. (2) Reforço e melhoria da formação profissional no sentido de elevação das qualificações dos recursos humanos locais. Assim, será aumentado adequadamente o investimento de recursos na área de formação profissional, alargando a sua dimensão, reforçando os fins e a eficiência dos cursos realizados, a par de se empenhar no desenvolvimento das “Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional”, a fim de proporcionar cursos de formação diversificados. Dar-se-á continuidade ao implusamento da criação do regime de certificação da qualificação profissional; promovendo a certificação para a qualidade vocacional e a qualidade profissional; realizando cursos de formação contínua, vocacionais e profissionais; desencadeando os planos de formação destinados a indivíduos de meia idade; promovendo o planeamento da carreira profissional e continuando a realizar acções de divulgação, sensibilização e orientação da segurança e saúde ocupacional, no sentido de criação de um ambiente de trabalho seguro e saudável. (3) Garantia dos direitos e interesses dos residentes. Continuar-se-á a aperfeiçoar os procedimentos da examinação dos pedidos de importação de mão-de-obra não residente, procedendo ajustamentos ao número da mesma, reforçando a sua fiscalização para evitar o abuso na sua contratação, assegurando, deste modo, os direitos e interesses dos residentes locais. (4) Aperfeiçoamento do sistema de segurança social. Com base no consenso social alcançado em relação à “Proposta para a Reforma do Sistema de Segurança Social e Protecção na Terceira Idade”, procurar-se-á ultimar os trabalhos de

elaboração e de revisão de diplomas legais e regulamentos relacionados para lançamento de trabalhos preparatórios para a sua implementação. (5) Adopção de medidas efectivas para aliviar a pressão da vida sentida pela população, para que seja assegurada a manutenção da qualidade de vida da mesma.

Melhoria e reforço da fiscalização das actividades do sector do jogo. De acordo com as exigências de controlar adequadamente a dimensão do sector do jogo, de regulamentar a sua gestão e de fomentar o seu desenvolvimento saudável, irá empenhar-se na elevação e reforço constantes da qualidade e competitividade do sector, impulsionando-o para um desenvolvimento regulamentar, profissional, internacional e sustentado. Realizar-se-ão estudos de medidas para a prevenção dos problemas derivados do desenvolvimento da indústria do jogo, promovendo ainda o jogo responsável. Irá controlar convenientemente a dimensão e o ritmo de desenvolvimento do sector do jogo. Proceder-se-á ao acompanhamento da situação quanto ao cumprimento das normas relativas aos “Requisitos Minimos de Controlo Interno” por parte das concessionárias do jogo, assegurando a operação das respectivas actividades de acordo com a lei. Continuar-se-á a estudar, de forma aprofundada, a política da qualificação dos *croupiers* para o exercício das suas funções, de modo a elevar o profissionalismo e a qualidade dos serviços prestados pelos trabalhadores do sector do jogo.

Aperfeiçoamento da administração das finanças públicas. Aplicar-se-á o princípio de “favorecimento do desenvolvimento de forma diversificada e adequada da economia, do pleno progresso da sociedade, e da racionalização eficiente dos recursos financeiros públicos” para administrar as finanças públicas, intensificar e regulamentar a cobrança e a administração de impostos, bem como controlar as despesas financeiras. Proceder-se-á à revisão e ao melhoramento do Sistema de Contabilidade Pública, reforçando a administração do património público, regulamentando os concursos publicos dos bens imóveis, a sua reparação e utilização. Serão dados prosseguimentos aos trabalhos de aperfeiçoamento dos Estatutos dos Auditores e dos Contabilistas no sentido de regulamentar o desenvolvimento das respectivas actividades, promovendo a articulação dos padrões aplicados nos referidos sectores com os internacionais.

Reforço da protecção dos direitos e interesses dos consumidores. Intensificar-se-ão as acções da fiscalização do mercado de venda de produtos de consumo, criando um ambiente de consumo credível e seguro. Além de melhorar os diplomas e regulamentos relacionados com o consumo, empenhar-se-á no combate às actividades comerciais ilegais, nos termos da lei, incluindo o combate à produção e venda de produtos falsificados e de qualidade precária, assegurando o normal funcionamento concorrencial do mercado de venda de produtos de consumo. Em melhor cumprimento das tarefas quanto à inspecção e fiscalização da segurança dos produtos alimentares, os serviços competentes irão aplicar, de forma eficaz, o Regime Geral de Segurança de Produtos, de modo a proteger a saúde dos cidadãos. Além de alargar e melhorar o sistema e a rede das “Lojas Aderentes” e das “Lojas Certificadas”, irá ainda promover acções de educação e de sensibilização, reforçando o espírito e a capacidade de autodefesa dos consumidores e, assim, assegurando os direitos legítimos dos mesmos.

Aperfeiçoamento do Sistema de Indicadores Estatísticos. Serão disponibilizados dados estatísticos atempados, de grande rigor e adequados às necessidades do Território e divulgados os resultados globais do “Inquérito aos Orçamentos Familiares 2007/2008”. Proceder-se-ão à revisão e à divulgação do Índice de Preços no Consumidor com o novo período base 2008 e realizar-se-ão os diferentes trabalhos preparatórios dos Censos 2011, além de lançar uma consulta sobre o conteúdo da versão preliminar da “Classificação das Actividades Económicas de Macau, Rev.2”.

Área da Segurança

Ao longo dos nove anos de Governo da Região Administrativa Especial de Macau, temo-nos empenhado na implementação das políticas definidas para a área de segurança pública interna. Do desempenho das missões próprias de cada uma das corporações e serviços, bem como da colaboração mútua e de uma boa coordenação dos meios e recursos disponíveis alcançámos resultados positivos. Após vários anos de esforço no aperfeiçoamento, a estrutura da segurança interna não só se tornou mais sólida, como também melhorou a sua eficácia, designadamente quanto à capacidade de protecção e de segurança, bem como quanto às acções de fiscalização. É com esta atitude que contribuímos para o desenvolvimento sustentável.

Foi, tendo como pano de fundo este cenário de desenvolvimento que traçamos as linhas gerais de acção governativa para o ano 2008 que aqui recordamos em resumo e que tiveram como pressuposto o cumprimento sério do programa do Governo da RAEM. Esse objectivo e propósito concretizámo-lo sobre um lastro de integridade porque esta virtude é essencial à qualidade do serviço público, particularmente, a segurança. No plano prático, são estes os trabalhos que realizamos.

Em primeiro lugar, consolidámos um conceito de segurança voltado para a prevenção e o combate ao crime. Estudámos, planeámos e procedemos à adaptação do dispositivo policial sempre que se mostrou necessário para responder às novas tipologias de crime, no sentido de as combater. Simultaneamente, reforçámos a troca de informações e a cooperação e a ligação a nível do pessoal, da técnica e das operações com as polícias das zonas vizinhas e do estrangeiro. Paralelamente, a polícia optimizou a cooperação com os media, aperfeiçoando o mecanismo de sensibilização de combate ao crime e de consciencialização para a segurança. Os SPU incrementaram as suas atribuições de comando e de direcção das operações policiais, de acordo com modelos cientificamente estudados. Ao mesmo tempo, fizemos operações policiais conjuntas de dimensão transfronteiriça participando nos trabalhos contra o terrorismo internacional. Foi desencadeada a acção conjunta anti-crime “Trovão 2008” em que participaram as autoridades policiais de Cantão, Hong Kong e Macau, a qual se integra numa nova cultura policial, ligada aos modelos avançados de reforma da administração, ritmada pela elevação da qualidade do serviço prestado.

A polícia ajustou e adequou contra-medidas. Sem prejuízo da especial atenção à criminalidade mais grave, quer a transfronteiriça quer a relacionada com o jogo, não se descuidou o combate à criminalidade mais ligeira. Ao mesmo tempo, promovemos a recolha de informações junto dos cidadãos, bem como os sensibilizamos para a divulgação de mensagens tendentes à prevenção da criminalidade. O CPSP reforçou a cobertura da força policial, mobilizando os recursos disponíveis para o patrulhamento de proximidade. Colocámos equipas de intervenção contra furto, combatendo os crimes que mais afectam a tranquilidade pública, como seja o furto em residência e o fogo posto. Tendo em conta as características das zonas de habitação e da rede rodoviária, foram redistribuídos os itinerários de patrulhamento, sendo incrementados novos patrulhamentos bem como os meios do respectivo controlo nos novos aterros e nas instalações importantes. Com a implementação da “advertência policial”, foram tomadas várias medidas de apoio aos jovens, das quais se tem tido um “feedback”

satisfatório quanto à integração do seu público-alvo nos valores da sociedade. Ao mesmo tempo, esforçámo-nos no combate cerrado às pessoas que entram ilegalmente em Macau, à mão de obra ilegal, à ilícita exploração de estabelecimentos tais como as lojas negras e as pousadas ilegais. Foi assegurada sem incidentes e com notório êxito a passagem da Tocha Olímpica, assim como decorreram com normalidade e segurança os treinos dos atletas estrangeiros que escolheram Macau como o local de estágio para a sua participação nos Jogos Olímpicos.

Para reforçar a prevenção e investigação da criminalidade, promovemos activamente o desenvolvimento da técnica criminalística. A PJ tomou medidas activas de controlo, prevenção e combate aos crimes relacionados com o jogo, aos crimes económicos, de droga e de fogo posto. Neste ano, foi resolvido um crime grave relacionado com a morte de um taxista, sendo detido o respectivo, autor material. Foi interceptado um traficante transportando, por ingestão, heroína em grande quantidade. Foi resolvido um caso de levantamento de dinheiro em caixa automática através do cartão de débito falsificado. Ao mesmo tempo, alargamos a cooperação regional e internacional, melhorando e promovendo a cooperação entre a polícia e os cidadãos, aumentando o recurso à tecnologia científica avançada nos trabalhos de investigação criminal, no sentido de reduzir a taxa de criminalidade grave e elevar a taxa de resolução de casos.

Foi criada a Comissão de Acompanhamento das Medidas Dissuasoras do Tráfico de Pessoas, a qual ficará alojada sob tutela da área de governação da segurança, não obstante se assumir como um órgão de natureza interdepartamental e multidisciplinar, sendo instalada a linha telefónica aberta, realizada a conferência de imprensa e publicados desdobráveis de alerta. A iniciativa de criação da Comissão radica no propósito do governo manter em permanente controlo qualquer acto ilícito e de promover todos os esforços no sentido de demonstrar aos seus residentes e, bem assim, à comunidade internacional, que Macau, pese embora as vulnerabilidades em que o seu cosmopolitismo a constitui, jamais deixará de ser um local onde o respeito pelos direitos cívicos e humanos são paradigma de todas as dinâmicas sociais.

Não se descuidou o aperfeiçoamento da gestão e reforço da qualificação das forças policiais. Aperfeiçoamos a disciplina interna por forma a poder oferecer um serviço de qualidade, consolidando a relação entre a polícia e os cidadãos. Prosseguimos a nossa aposta na formação e na troca de conhecimentos com o exterior, do que em muito depende o bom desempenho dos serviços, para além de lançar mão de mecanismos de controlo que assegurem a “sinalização” imediata de qualquer desvio, do que muito beneficiará a qualidade do serviço prestado. Foi aperfeiçoada a função de gestão interna das corporações, reforçando-se a fiscalização da disciplina, ao mesmo tempo foi reforçada a comunicação interna, facultando-se ao pessoal medidas adequadas para atenuar o stress laboral, com o objectivo de criar uma atmosfera harmoniosa de trabalho. Vimos serem elevados os níveis de probidade dos agentes policiais, aumentando o grau de transparência da sua prestação. Mantivemos a estabilidade dos quadros do pessoal, o que se alcança através do recrutamento.

No ano passado, promovemos um serviço de qualidade e consolidámos a relação de

polícia com o cidadão, alargando o policiamento comunitário. Continuámos, assim, o nosso trabalho em clara devoção à causa pública, sendo por ela que vamos reforçar as operações policiais, a prevenção e o combate ao crime, intensificando a comunicação com os cidadãos, transmitindo mensagens de prevenção. Implementámos junto de todo o pessoal, uma cultura de actualização das mentalidades e da criação da ideia de boas práticas policiais. No Departamento de Migração do CPSP, no Corpo de Bombeiros(CB), no Estabelecimento Prisional de Macau(EPM) houve um acentuado esforço de adaptação às mais modernas técnicas de relação com o público. Para implementar as medidas de facilitação aos cidadãos, o Departamento de Trânsito instalou uma secção de informações na sala de piquete. A PJ planeou a elevação do sistema de participação de crime pela linha aberta 993. Através de homepage e outras publicações procurámos transmitir a mensagem de prevenção de crimes, reforçando a fiscalização nos pontos de contacto com o exterior.

Para assegurar a suficiência dos recursos humanos das corporações e organismos das FSM, no processo de recrutamento e selecção do pessoal, a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau(DSFSM) acelerou e aperfeiçoou o procedimento de recrutamento do pessoal, tirando o máximo rendimento dos estabelecimentos de ensino, concretamente das funcionalidades da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau(ESFSM), da Escola da Polícia do CPSP, da Escola da Polícia da PJ e da Escola de Bombeiros para elevar a capacidade do pessoal. Para além de cursos de formação dos oficiais e cursos de instrunendos, a ESFSM organizou em conjunto com as instituições locais vários cursos profissionais, intensificando a formação técnica dos agentes da linha frente para fazer frente aos diversos tipos de crimes e às perturbações da ordem pública, destacando pessoal para fazer intercâmbio académico e frequentar cursos.

Para manter a fluidez do trânsito e reduzir a ocorrência de acidentes, as autoridades mantiveram uma permanente actuação em prol do cumprimento de lei, educando e sensibilizando os cidadãos no sentido de saberem articular-se com o desenvolvimento da sociedade e ouvir as suas opiniões, tudo no sentido de, assim, manter a segurança rodoviária, reduzindo a ocorrência de acidentes de trânsito. A nível de gestão rodoviária, foram convocados os esforços de vários serviços públicos e dos utentes rodoviários e tomámos como ponto nuclear do reordenamento rodoviário a prevenção da sinistralidade. Acompanhamos a entrada em vigor da lei do trânsito rodoviário, adaptando a nossa actividade à sua execução e implementando os seus princípios na fiscalização específica. A autuação de infracções e cobrança electrónica de multas vem sendo usada a título experimental, o que contribui para uma melhor interacção com o sector dos transportes no sentido de incrementar a educação e a sensibilização.

Investimos na optimização e melhoramento dos serviços de migração (saída e entrada), tomando medidas que permitam racionalizar os recursos humanos, melhorámos o equipamento do sistema de passagem automática sem prejuízo do rigor do controlo de movimentos, nesse sentido 18 novas vias foram dotadas do equipamento do sistema de passagem automática já em funcionamento. A segunda fase das obras de ampliação do edifício

das Portas do Cerco tiveram início. Tomámos uma série de medidas no período de feriados longos em que se regista o pico do fluxo de visitantes para assegurar a fluidez dos postos fronteiriços, a boa ordem e a segurança. Retirámos o melhor proveito da cooperação policial entre os postos fronteiriços de Zhuhai e de Macau, incrementando a cooperação policial. Os Serviços de Migração do CPSP implementaram um programa “Carta de Qualidade” tendo-lhe acrescentado, durante o ano, 13 novos itens com vista à certificação.

Os SA criaram o novo modelo de fiscalização no sentido de promover a facilidade de comércio. Nesse sentido e em articulação com o desenvolvimento económico da RAEM reforçaram as medidas alfandegárias, melhorando o processo de desalfandegamento e os seus equipamentos hardware o que foi acompanhado pelo reforço dos recursos humanos e pela exploração das virtualidades que lhe proporcionam a ciência e a tecnologia, prevenindo e contendo actos de burla alfandegária e actividades de tráfico ilícito, designadamente, protegendo a propriedade intelectual. Inovou-se o regime de fiscalização dos SA visando a facilitação do tráfego aduaneiro. Foi reforçada a troca de informações com a polícia de Macau, os serviços de alfândega e policiais das regiões vizinhas, no sentido de reprimir os tráficos ilícitos e o transporte ilegal, combatendo os crimes transfronteiriços como o relacionado com os estupecíficos.

Quanto ao combate ao incêndio e ao socorro, o CB procedeu à elaboração de programas concretos de dispositivos nas áreas de operação de prevenção contra incêndio, de gestão do pessoal, de formação e, bem assim, de infra-estruturas e equipamentos. O CB elaborou os planos de contingência em diversas áreas, procedendo a estudos desenvolvidos sobre o risco. Quanto às medidas de prevenção de incêndios e estratégias de sensibilização, promovemos amplamente a sensibilização de prevenção do fogo em função das realidades da sociedade de Macau, realizando palestras sobre prevenção do fogo. Através do melhoramento da estrutura do Centro de Protecção Civil, foi elevada a capacidade de comando e de coordenação, garantindo a segurança pública, prevenindo as calamidades e desenvolvendo rapidamente os trabalhos de comando e salvamento no sentido de dar resposta em situação de crise, bem como à reposição dos equipamentos afectados pelas ocorrências no seu estado normal de funcionamento. O Gabinete Coordenador de Segurança definiu projectos de prevenção e trabalhos preparativos conforme às necessidades da sociedade. Na situação de calamidade como o tufão e chuvas torrenciais que ocorreram este ano, activou-se de imediato o Centro de Protecção Civil, adoptaram-se medidas adequadas para facilitar a população.

O EPM vem melhorando em permanência a assistência prestada aos reclusos nas vertentes da inserção sócio-familiar e da formação profissional, bem como o respectivo apoio psicológico. O EPM paralelamente ao trabalho de reinserção social dos reclusos, acompanha os esforços da prevenção da criminalidade, designadamente contribuindo para a diminuição da taxa de reincidência. A direcção do EPM exige do seu pessoal um serviço qualificado e atento à evolução da sociedade. Nesse sentido promoveu uma série de palestras e cursos, preparando os reclusos para a vida em sociedade, uma vez alcançada a liberdade. Para atenuar a tensão dos recursos humanos, além de reforçar a formação do pessoal, foi recrutado um grupo de guarda prisional

da nacionalidade vietnamita. O EPM tem acompanhado o andamento da construção da nova cadeia, preparando a sua mudança.

Reforçamos a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros das corporações e organismos das Forças de Segurança. A simplificação dos procedimentos administrativos através da informática contribuirá também para a melhor distribuição do dispositivo das forças policiais, melhor concretização das diversas infra-estruturas e aperfeiçoamento dos equipamentos pessoais. Em articulação com as diversas obras de ampliação, preparámos, acompanhámos e aperfeiçoámos o sistema de passagem automática, aplicando progressivamente o novo sistema informático. Implementou-se, ainda, a consulta de autos por transgressão na Internet, o sistema de facturação electrónica, actualizou-se o sistema de socorro 999/110/112, optimizando os trabalhos de recrutamento de instrunedos.

O êxito da execução de Linhas de Acção Governativa para o ano de 2008 só foi possível graças ao empenho e espírito de corpo do pessoal de todas as corporações e organismos, adquirindo experiências e conhecimentos muito ricos, sendo verdade que sem a sua entrega à causa pública jamais seria possível consolidar um tão elevado grau de satisfação dos nossos objectivos, conferindo-nos o direito de encararmos a próxima etapa com grande optimismo.

2009 é o ano em que se celebra 10.º aniversário do estabelecimento da RAEM. Com o incremento das necessidades de segurança por parte de cidadãos e a globalização da crise financeira dos Estados Unidos da América, há que considerar alguns reflexos na segurança designadamente algum aumento de crimes bem como a evolução da sua tipologia. As autoridades de segurança comprometem-se com a antecipação e a avaliação da situação, bem como com a programação e o planeamento dos meios de contenção e de preservação da boa ordem. Ao mesmo tempo, preocupa-se com a adopção de medidas de prevenção de compartamentos criminosos.

As linhas de acção governativa para 2009 baseiam-se nas suas precedentes, sendo que na sua preparação acompanhamos as linhas mestras do programa do governo da RAEM, designadamente aquela que determina seriedade na missão de “combater e prevenir o crime, garantir a segurança da vida e bens dos cidadãos, manter a paz e a estabilidade social” e implementar “a prossecução do interesse do cidadão, segundo critérios de responsabilidade”. No âmbito da reforma administrativa, seguiremos os planos gerais de reforma da Administração Pública, aplicados à gestão das corporações e serviços para se atingir bons níveis de modernização e melhoria da imagem de dedicação ao serviço público, por forma a que elevamos a capacidade profissional. Levaremos em conta a integridade essencial à boa execução das Linhas de Acção Governativa, até porque sem uma atitude íntegra jamais se pode garantir a qualidade de serviço e a segurança da sociedade.

Com base nestes pressupostos, os planos de programação e execução de acção, pelas corporações e organismos das FSM durante próximo ano são essencialmente os seguintes:

1. Consolidar o sistema de segurança no combate à criminalidade. Nas actividades de manutenção da segurança da sociedade e de prevenção da criminalidade, ajustaremos as estratégias à mudança, prestando especial atenção à criminalidade mais grave, mas não se descuidando o combate à criminalidade mais ligeira. Vamos continuar a dar atenção ao policiamento de proximidade e criar equipas especializadas que mantenham em vigilância permanentes os locais mais sensíveis, combater as ocorrências desviantes, recorrendo por exemplo e designadamente à cobertura da cidade por sistemas de gravação de imagem. A polícia irá dedicar especial atenção à garantia de sucesso das actividades comemorativas do 10.º aniversário da transição da soberania e das eleições do Chefe do Executivo e da Assembleia Legislativa. Portanto, a polícia adoptará planos adequados à formação do pessoal, ao treino profissional e à avaliação e implementação de medidas de segurança, realizando os respectivos trabalhos, a fim de satisfazer as necessidades incrementadas em relação à segurança. No próximo ano, iremos reforçar a prevenção e investigação de crimes, através da introdução de equipamentos de apoio à investigação criminal. Serão actualizadas constantemente as novas técnicas de investigação criminal, tratando imediatamente os crimes que prejudicam gravemente a sociedade ou os crimes de nova tipologia ou de índole especial no sentido de se elevar a taxa de resolução de casos. Iremos, com eficácia, rapidez, e em tempo oportuno, tratar dos crimes relacionados com o jogo. Reforçaremos o combate aos crimes económicos e de droga, bem como a prevenção de diversos crimes de burla, prestando também atenção à investigação do crime de branqueamento de capitais. Reforçaremos o comando unificado das operações policiais, concentrando o estudo e análise da informação recolhida. Levaremos a cabo operações policiais conjuntas de dimensão transfronteiriça participando nos trabalhos contra o terrorismo internacional.

2. Aperfeiçoar a gestão, reforçar a qualificação das forças policiais. Mostra-se necessário aperfeiçoar a gestão interna das corporações, reforçando-a, bem como a fiscalização, o que será sempre acompanhado do fomento da comunicação interna, facultando-se ao pessoal medidas adequadas para atenuar a pressão de trabalho, com o objectivo de estimular o moral, e criar uma atmosfera harmoniosa de trabalho. Estudaremos a questão de recursos humanos a curto, médio e longo prazo no sentido de assegurar a sua suficiência, investindo na formação dos agentes de posto superior, médio e de base e revendo o mecanismo de classificação de serviço. De acordo com o Programa da Reforma da Administração Pública, iremos elevar os níveis de probidade dos agentes policiais, aumentando o grau de transparência da sua prestação, simplificando os procedimentos administrativos. Para manter a estabilidade dos quadros do pessoal, iremos simplificar e acelerar o processo de recrutamento do pessoal. Através do mecanismo de formação em exercício, será formado pessoal qualificado. Por meio de promoção de serviços de qualidade, consolidaremos a relação polícia/cidadão e aprofundaremos o policiamento comunitário.

3. Manter a ordem e a segurança rodoviárias. No próximo ano, os trabalhos de prevenção manterão uma permanente actuação em prol do cumprimento de lei, educando e sensibilizando os cidadãos para a segurança rodoviária, promovendo a redução da sinistralidade. Iremos

articular-nos activamente com os serviços que se ocupam dos assuntos rodoviários para reforçar a fiscalização nos locais mais vulneráveis a ocorrências. Articulando-se com os sistemas de dados e informações, procederemos, de forma mais extensiva e eficaz, as operações de intercepção de irregularidades, recorrendo aos sistemas electrónicos de controle de velocidade, para assim combater as manobras ilegais e outras condutas perigosas que põem em risco a vida e integridade física dos demais utentes rodoviários. Planearemos a criação de equipas especiais para acidentes rodoviários no sentido de recolher e preservar provas e proceder à investigação “in loco”. Através do melhoramento do procedimento administrativo e da estrutura informática, agilizaremos a implementação da lei do trânsito.

4. Prestar um serviço de migração (saída e entrada) de qualidade e eficaz. O Serviço de Migração continuará a implementar várias medidas para acelerar a passagem pelos postos fronteiriços e atenuar a pressão resultante do fluxo crescente. Quanto às infra-estruturas e equipamentos, estão a decorrer as obras de ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e os canais do sistema de auto-passagem, bem como os balcões de verificação de documentos serão aumentados consideravelmente após a remodelação, intensificando a sua capacidade de funcionamento e poupando os recursos humanos. Para além de tomarmos uma série de medidas destinadas a assegurar a fluidez da passagem pelos postos fronteiriços serão implementados novos programas informáticos. De entre elas destaca-se a divulgação do resultado dos requerimentos através de vários canais, a disponibilidade para download de requerimentos através da internet, etc. Propomo-nos unificar os carimbos utilizados nos postos fronteiriços, medida que como as demais pretende facilitar a vida a quem nos visita. Aproveitaremos cabalmente o mecanismo de cooperação policial entre os postos fronteiriços entre Zhuhai e Macau, reforçando a cooperação policial.

5. Promover a facilidade de comércio, criar o novo modelo de fiscalização dos SA. Os SA em articulação com o desenvolvimento económico da RAEM reforçarão as medidas alfandegárias, melhorando o processo de desalfandegamento e os seus equipamentos de hardware. Continuamos a acompanhar a programação das obras de construção da nova sede dos SA na Taipa. Os SA continuam a negociar e a realizar com Direcção Regional de Guangdong da Administração Geral dos Serviços da Alfândega da RPC as medidas que facilitem a passagem alfandegária, reforçando a troca de informações com a polícia de Macau, os serviços de alfândega e policiais das regiões vizinhas, no sentido de reprimir os tráficos ilícitos e o transporte ilegal, combatendo os crimes transfronteiriços. Os SA, em parceria com os serviços de posto fronteiriço do interior da China, empenhar-se-ão na fiscalização das embarcações clandestinas. Serão combatidos todos actos de violação, como a pirataria das fotocópias e de outros bens de consumo, protegendo a propriedade intelectual e inovando, sempre, o regime de fiscalização dos SA. Os SA prosseguirão o seu esforço de modernização em articulação com as praxes internacionais, criando modelos de fiscalização céleres e eficazes de processamento aduaneiro.

6. O Corpo de Bombeiros acompanha o desenvolvimento da cidade, intensificando a capacidade de socorro e salvamento. O CB aperfeiçoará o planeamento dos diversos actos

operacionais, actualizando os planos de contingência no sentido de conceder flexibilidade na acção e rapidez no combate a incêndio. Reforçaremos as medidas de prevenção de incêndios, planeando a realização de inspecções periódicas, fazendo uma avaliação de forma concentrada. O CB definiu para o próximo ano, programas concretos nas áreas de sensibilização, de reforma administrativa, de formação do pessoal, e, bem assim, de infra-estruturas e equipamentos. Por outro lado, elevar a qualidade e eficiência de trabalho de protecção civil e reforçar a capacidade de prevenção e combate às catástrofes e aos incidentes imprevistos, inspiram-nos a forte consciência de prevenção e a elaboração dos planos de contingência, consolidando o mecanismo de prevenção, no sentido de elevar as capacidades de prestação de socorros e de salvamento.

7. Inovar o modelo de gestão do Estabelecimento Prisional de Macau, aperfeiçoar as suas funções de vigilância e de reinserção. É necessário um aperfeiçoamento contínuo quer no plano da vigilância e da reintegração social, quer das medidas de facilitação e de administração interna. Por isso, o EPM irá consolidar a sua política de gestão, dando rigor à organização dos recursos humanos, estimulando a auto-valorização do pessoal, promovendo o compromisso de serviço, simplificando o processo de trabalho, recorrendo às tecnologias avançadas, criando Grupo de Gestão e Acompanhamento de Zona de Celular, aumentando o equipamento e algumas medidas que visem facilitar a vida aos cidadãos, melhorando as condições de estudo, estimulando os reclusos a participarem nas actividades de reintegração social e nos cursos de formação profissional. Serão reforçadas as acções de ligação com o exterior e de promoção de imagem, a fim de elevar a sensibilização e apelar à sociedade que aceite e apoie a reinserção social dos reclusos. Para articulação com o futuro desenvolvimento das obras de construção do novo Estabelecimento Prisional, o EPM irá realizar uma série de trabalhos preparatórios.

8. Gerir bem os recursos em proveito da prosperidade dos trabalhos de segurança. Para garantir uma distribuição e utilização racional dos recursos, no próximo ano, implementaremos a simplificação dos procedimentos administrativos através da informática, aumentaremos para 147, os sistemas de passagem automática, optimizaremos o sistema informático dos postos fronteiriços, dotando-os de monitores de maior dimensão e melhoraremos o website das FSM, o que contribuirá para a elevação da eficácia de execução das tarefas, e para a melhoria do dispositivo das forças policiais. Optimizaremos as caixas de marcação electrónica, melhoraremos o sistema de rádio electrónico para garantir a segurança das informações. Observaremos de perto as obras das infraestruturas de grande envergadura a construir ou a planear nas Forças de Segurança e concretizando as outras e acompanharemos os projectos técnicos no sentido do seu melhoramento, sem esquecer a optimização dos procedimentos de recrutamento dos instruendos e do pessoal civil, a fim de garantir o próspero funcionamento dos organismos e uma execução eficaz da missão.

9. Desenvolver amplamente o intercâmbio e cooperação policial. Para combater crimes transfronteiriços, irá alargar-se o espaço de cooperação policial internacional e regional, participando activamente em actividades e conferências de cooperação policial a realizar na China e no estrangeiro, trocando informações criminais, aprendendo técnicas policial e

experiência avançadas, desenvolvendo o intercâmbio académico, destacando o pessoal para receber formação profissional, desenvolvendo mecanismos de cooperação policial no sentido de combater crimes organizados e transfronteiriços. Melhoraremos a troca de informações e a capacidade de resposta na luta contra o terrorismo e quaisquer acontecimentos ilícitos emergentes. Como o objectivo primeiro é combater o crime transfronteiriço iremos intensificar a cooperação entre as polícias da Província de Guangdong, Hong Kong e Macau, alargando-a não só a outras regiões vizinhas como a outros pontos do globo. Continuaremos a manter cooperação estreita com os serviços públicos e os órgãos judiciais, realizando conjuntamente a prevenção dos crimes e as acções de formação jurídica.

Face ao exposto, os programas e medidas preconizadas pela área da segurança para densificar as Linhas de Acção Governativa do Governo da RAEM para o ano 2009, foram gizadas em função dos variáveis presentes na actual situação sócio-económica de Macau e têm por objectivo prestar à população um serviço cada vez mais qualificado e devotado aos seus interesses. Convocámos para o detalhe da definição das políticas públicas todos os organismos e corporações com intervenção na área de segurança pública interna, os quais se revelaram atentos, quer à evolução da sociedade de Macau, quer à necessidades de se moldarem a esse desenvolvimento no sentido de fazerem crescer a sua performance, constituindo essa ponderação, a premissa maior do esboço da nossa actividade para o ano que se aproxima.

Com base na actualidade e na perspectiva do futuro do desenvolvimento sustentável de Macau, consideramos que o ambiente social e a situação de segurança se podem tornar naturalmente complexos. Portanto, as autoridades de segurança irão antecipar a avaliação, a elaboração de planos de contingências e a tomada de medidas destinadas à prevenção e repressão dos factores instáveis que influenciam a vida de cidade Macau. Ao mesmo tempo, iremos reforçar a gestão de cooperação no sentido de cumprir com eficácia as próprias missões. O pessoal empenhado nas atribuições cometidas à área de segurança irá prosseguir no ano 2009 a implementação das suas competências e obrigações funcionais em observância do princípio da legalidade, socorrendo-se do espírito de equipa para retirar todo o rendimento dos seus esforços no sentido de garantir o desejável ambiente de paz e tranquilidade social, seguindo as linhas de acção gerais do Governo da RAEM, convocando o seu melhor em prol da estabilidade, harmonia e prosperidade constantes da sociedade de Macau.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

No âmbito dos assuntos sociais e cultura, apesar dos grandes desafios colocados aos trabalhos delineados nas Linhas de Acção Governativa do ano de 2008, conseguiram-se uns resultados faseados notáveis. No mesmo ano, todos os Serviços empenharam-se no acompanhamento de perto do desenvolvimento da conjuntura dentro e fora de Macau, no sentido de responder às solicitações da sociedade. Com a maximização dos pontos fortes e a programação detalhada, foram aumentados e reajustados os recursos, tendo as Autoridades Administrativas, com a sua perspicácia e motivação, envidado esforços na adopção atempada de medidas destinadas à melhoria das condições de vida da população e ao desenvolvimento sustentável da sociedade. No próximo ano, como resultado da abundante experiência obtida na execução de políticas nestes vários anos, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau vai manter uma afectação equilibrada de recursos, designadamente, nas actividades desenvolvidas no âmbito de cultura e educação, de saúde e de protecção social; elevar, ainda mais, a eficiência dos serviços, esforçar-se por satisfazer plenamente as necessidades principais da sociedade e, através da elaboração de diplomas e de diversos tipos de reforma administrativa, abrir caminho a um desenvolvimento saudável, abundante, harmonioso e de longo prazo para a sociedade de Macau.

A instabilidade económica mundial provocada pela recente crise dos mercados financeiros, irá, inevitavelmente, arrefecer o ritmo do desenvolvimento económico no Mundo, resultando em impactos negativos que podem emergir gradualmente. Para enfrentar esta prova difícil, o Governo terá que estar bem preparado, prestar a maior atenção à situação, efectuando a avaliação de eventuais impactos na sociedade, por forma a adoptar, oportunamente, medidas de resposta, a fim de desempenhar efectivamente o seu papel na garantia da qualidade da vida da população e da estabilidade e segurança sociais.

No domínio da Saúde

No ano de 2008, o Governo da RAEM assegurou o conceito de “tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção”, introduziu ininterruptamente melhorias no sistema, procedeu a ajustamentos de políticas, à distribuição e gestão científica de recursos e desenvolveu, dinâmica e qualitativamente, o sistema de saúde, garantindo a prestação de cuidados de saúde completos, esforçando-se por assegurar a qualidade de saúde da população em geral. No que concerne à prevenção e tratamento de doenças transmissíveis graves, o Governo da RAEM fortaleceu a estrutura e competência dos serviços de saúde pública, definiu um diploma legal de prevenção e tratamento de doenças transmissíveis para fazer face às ameaças da Gripe das Aves, Febre de Dengue e Síndrome Respiratória Aguda Severa, e, através da definição e estabelecimento de estratégias e mecanismos de contingência relativos aos surtos de novos tipos de gripe, reforçou a capacidade geral de prevenção e controlo de doenças. Com o intuito de elevar o nível de saúde geral de Macau, aperfeiçoou ininterruptamente os Projectos de Cidade Saudável, nomeadamente os de Escola Saudável e de Edifício Saudável, intensificou a legislação para a limitação do tabagismo e a protecção de não fumadores e a educação para a saúde, bem como aumentou o novo programa de vacinação, protegeu verdadeiramente a saúde física e

psicológica da população e melhorou o ambiente de vida dos mesmos. O Governo da RAEM prestou especial atenção à elevação do nível dos cuidados de saúde em geral, por um lado, através de operações reais, simulacros e formação profissional, aumentou a capacidade de resposta dos profissionais de saúde durante a ocorrência de catástrofes, e enviou, no corrente ano, equipas médicas a Sichuan para prestar socorro; por outro lado, através da importação de novos tipos de equipamentos médicos, aperfeiçoou os procedimentos administrativos de assistência médica, introduziu a certificação de qualidade e o sistema de controlo, desenvolveu planos de formação profissional, estreitou o contacto e o mecanismo de colaboração com o Ministério da Saúde da República Popular da China, a Organização Mundial de Saúde e os países e regiões vizinhas, entre outras medidas, e promoveu continuamente a actualização dos cuidados de saúde. A elevação e a melhoria sustentada das metas de saúde comunitária, designadamente, a baixa da taxa de mortalidade dos bebés e o aumento da esperança de vida, foram uma demonstração do resultado do empenho conjunto do Governo da RAEM e dos residentes e também da concretização das políticas de saúde e do funcionamento eficaz do sistema. No sentido de reforçar o estabelecimento de sistematização na área de saúde, o Governo da RAEM elaborou e actualizou alguns diplomas relacionados, e, na sequência das mudanças sociais e da alteração de procura dos serviços, incentivou, em tempo adequado, a ampliação, reconstrução das instalações de saúde e a planificação de desenvolvimento no seu conjunto. Para além disso, intensificou ininterruptamente a colaboração com as instituições médicas não-lucrativas e privadas, por forma a elevar a eficiência e qualidade da assistência médica em geral.

Em 2009, o Governo da RAEM continuará a adequar-se de forma activa à mudança da situação de saúde pública a nível mundial e, tendo em atenção a tendência de evolução da estrutura populacional da RAEM, consolidará o mecanismo de cooperação com o exterior, reforçando as diversas infra-estruturas de saúde, prosseguindo de modo aprofundado os trabalhos construtivos de cidade saudável e esforçando-se pela elevação do nível geral de saúde de Macau. Acompanhando o desenvolvimento do serviço de cuidados de saúde no sentido da informatização e, na base do sistema de arquivamento e comunicação de imagens digitais já estabelecido, promover-se-á a digitalização de processos clínicos e receitas e planear-se-á a criação de uma base central de dados médicos e o alargamento da área de aplicação da tecnologia informática a nível clínico. Tendo por objectivo melhorar a qualidade da assistência médica e satisfazer as necessidades da população em relação à saúde, o Governo da RAEM avançará prioritariamente com os projectos de ampliação dos edifícios e serviços prestadores de cuidados diferenciados do Centro Hospitalar, bem como do edifício de Urgência, apoiando os trabalhos de ampliação do Centro de Reabilitação e de construção e remodelação das instalações comunitárias destinadas a cuidados de saúde, estudando o estabelecimento de um centro de coordenação face à emergência e a consolidação dos grupos com funções específicas de cuidados de saúde. Em simultâneo, acelerar-se-á o estudo sobre a viabilidade de construção dum hospital de urgência nas Ilhas e dominar-se-á, duma forma geral, a situação de distribuição geográfica das instalações de cuidados de saúde no território de Macau, com o intuito de aperfeiçoar a planificação e otimizar o sistema de prestação de serviços. Com

base nas actividades já desenvolvidas com vista à prevenção e controlo das doenças transmissíveis, reforçar-se-ão os trabalhos destinados à prevenção e tratamento das principais doenças mortais, designadamente tumores, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias. Com base no estabelecimento de mecanismos de vigilância das principais doenças transmissíveis e no aperfeiçoamento da reserva de fármacos contra a Gripe, estudar-se-á a introdução de vacinas contra as demais doenças transmissíveis, criar-se-á uma reserva da vacina contra o vírus H5NI para uso humano e alargar-se-á a cobertura da vacinação contra a gripe sazonal. Para além disso, manter-se-ão a ligação e a cooperação estreita com a Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde da China, Hong Kong e Singapura, promover-se-ão ordenadamente os trabalhos legislativos de diplomas legais e complementares e incentivar-se-á e orientar-se-á a participação activa das forças sociais, explorando ao máximo os recursos das instituições médicas privadas sem fins lucrativos e desenvolvendo as actividades de cuidados de saúde de forma diversificada. Acompanhar-se-á, com atenção, o desenvolvimento do sector privado da medicina e reforçar-se-ão os trabalhos necessários à divulgação e promoção da medicina e medicamentos tradicionais chineses e à revisão dos respectivos diplomas, de maneira a aperfeiçoar de uma forma aprofundada o Sistema de Saúde.

No domínio da Educação

Em 2008, o Governo da RAEM, promoveu a diversificação do ensino superior, apoiou as várias instituições de ensino superior de forma a elevar as suas qualidades e aproximá-las do nível internacional. Estas instituições de ensino superior alteraram e organizaram diversos cursos, segundo o seu papel e tipo de ensino que ministram. As áreas profissionais englobam Ciências de Educação, História, Direito, Filologia, Enfermagem, Saúde Pública, etc. A equipa docente destas instituições, formada por professores de proveniência local e de outras diversas partes do mundo, continua a ser optimizada e a proporção de professores doutorados cresce em cada ano que passa ao mesmo tempo que os requisitos exigidos para a candidatura aos cursos. No ano lectivo 2007/2008, cerca de vinte e sete mil alunos frequentaram o ensino superior. As instituições de ensino superior procuraram reforçar os seus recursos, com vista ao fomento de projectos na área da investigação científica que consideraram de maior importância e efectuaram não só desenvolvimentos tecnológicos como até estudos de âmbito político por conta de entidades públicas e privadas. Com efeito, o Governo dá a maior importância à evolução plena da qualidade humana dos estudantes do ensino superior e apoia as instituições de ensino superior em tudo quanto permita reforçar gradualmente a educação geral e a educação do espírito humano, já que é importante proporcionar aos jovens das novas gerações conhecimentos profundos e variados, que lhes permitam fomentar e incrementar a capacidade de raciocínio individual e promover a qualidade intelectual.

Com o desenvolvimento que se tem vindo a registar, o ensino superior de Macau tem uma base e dimensão digna de nota. Perspectivando um desenvolvimento futuro, algumas instituições de ensino superior definiram de forma assentada a sua missão e visão de intervenção, isto é delinearam e criaram projectos, cujo percurso de desenvolvimento se

prolongará por cinco a dez anos, nomeadamente, na área da ampliação de novas instalações, desenvolvimento das áreas académicas e optimização dos procedimentos administrativos. Em 2009, o Governo da RAEM continuará a apoiar as instituições de ensino superior interessadas em diversificar os projectos que julguem úteis expandir, tendo como finalidade aumentar a qualidade académica e, deste modo, atingir os objectivos do desenvolvimento por todos desejado. Para que o ensino superior de Macau progrida de forma saudável, o Governo continuará a incentivar a reforma do ensino superior e a assegurar, através de legislação, a qualidade desse ensino. Irá implementar, por um lado, o regime de avaliação das instituições de ensino superior, de modo a reforçar a autonomia de funcionamento das instituições de ensino superior e a sua capacidade de auto-avaliação e controlo e, por outro lado, promoverá a revisão da lei do “Regime do Ensino Superior” e outros regulamentos complementares. Ao mesmo tempo, o Governo, atento às necessidades das instituições de ensino superior, prestará apoio no reforço da capacidade dos docentes, desenvolvendo a investigação científica, para que esta possa servir a sociedade e contribuir para a formação de pessoal qualificado e o desenvolvimento sustentável da RAEM.

Seguindo o pensamento orientador “Progresso contínuo e desenvolvimento apropriado” e “tendo por base o Homem como sujeito principal, promover a igualdade educativa” e com base nos planos fixados e nos respectivos estudos, o Governo da RAEM promoveu, em 2008, a revisão ou a elaboração dos diplomas relacionados com o sistema educativo não superior. Através do aumento do investimento dos recursos e do alargamento do alcance de implementação do plano de financiamento de optimização dos rácios turma/professor e professor/aluno, foi melhorado, continuamente, o regime da escolaridade gratuita de 15 anos e o ambiente educativo das escolas, bem como as escolas foram apoiadas especificamente na melhoria das instalações escolares e das condições de trabalho do pessoal docente. Foi implementado, continuamente, o planeamento global da reforma e desenvolvimento curricular e iniciados, de forma ordenada, os trabalhos de elaboração da estrutura curricular dos ensinos primário, secundário geral e complementar da educação regular e das exigências das competências académicas básicas das disciplinas do ensino primário. Foi reforçada a criação do mecanismo de garantia da qualidade educativa, incluindo a avaliação escolar global e a avaliação específica. Continuou-se a subsidiar as escolas na contratação dos diversos trabalhadores especializados, bem como foram introduzidos especialistas de educação e de ensino para apoiar as escolas a melhorar os currículos e o ensino. Foram aumentados, ainda mais, os montantes do “Plano de Financiamento da Educação Contínua” e do subsídio do ensino recorrente. As empresas dos sectores do jogo e do turismo foram incentivadas a criarem condições aos seus agentes para que possam participar na educação contínua, dando uma garantia sustentada ao desenvolvimento da educação contínua e do ensino técnico-profissional. Ao mesmo tempo, foram simplificadas as condições de requerimento e aumentados os montantes dos diversos subsídios aos alunos, por forma a assegurar o seu direito à educação, promovendo, assim, o seu sucesso escolar. Em simultâneo, com a análise aprofundada da tendência de alteração dos indicadores dos jovens de Macau, foram aperfeiçoadas as instalações e condições para os serviços juvenis, bem como através de definição das políticas de Educação

Moral com perspectivas futuras, foram elaborados e publicados os respectivos materiais didácticos. Com vista a fomentar o desenvolvimento integral dos jovens, definiu-se e realizou-se, de forma ordenada, a “Estratégia do desenvolvimento integral dos jovens de Macau” e estabeleceram-se as linhas orientadoras dos serviços juvenis. Foi criada uma colaboração ainda mais estreita com as associações juvenis, elevando activamente a qualidade das respectivas actividades e serviços.

Baseando-se na atenção a dar à construção da sociedade e ao aceleração do desenvolvimento educativo, em 2009, o Governo da RAEM tem como objectivo fundamental aumentar a qualidade educativa e promover o desenvolvimento integral, continuando a implementar o pensamento orientador: “Melhorar as condições de vida mediante uma educação de elevada qualidade”, reforçando, ainda mais, a garantia do financiamento da escolaridade gratuita de 15 anos, desenvolvendo completamente a orientação das políticas e apoios financeiros do “Fundo de Desenvolvimento Educativo” e fiscalizando a utilização eficaz do investimento educativo. Irá disponibilizar subsídios aos alunos para aquisição de material escolar, optimizando, em maior grau, os rácios turma/professor e professor/aluno, reforçando a criação do grupo docente e da equipa de administração da escola, incentivando, eficazmente, a criação do quadro geral do regime do pessoal docente e melhorando o seu desenvolvimento profissional e a sua garantia de trabalho. Aumentará, globalmente, a eficiência da reforma pedagógica, fomentando a reforma curricular e a constituição do regime de reconhecimento de materiais didácticos, concluindo a investigação e a elaboração do quadro da organização curricular dos vários níveis de ensino, definindo ordenadamente as “exigências das competências académicas básicas” dos ensinos primário e secundário geral, bem como através da introdução dos especialistas de educação e ensino, entre outras medidas, orientará e apoiará, continuamente, as escolas a aperfeiçoarem as formas e a eficácia pedagógica nas aulas. Reforçar-se-á a educação sobre a protecção do património cultural mundial. Ao mesmo tempo, continuará a fortalecer-se a criação do mecanismo de garantia de qualidade educativa, implementando, continuamente, a avaliação escolar global, participando nos novos testes do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), bem como regulamentar-se-ão os espaços e instalações educativas das escolas, a fim de se apoiarem as escolas na criação de um ambiente favorável ao crescimento saudável e de boa qualidade dos alunos. De acordo com as necessidades do desenvolvimento da sociedade, será assegurado, em maior grau, o desenvolvimento dos cursos do ensino técnico-profissional e do ensino recorrente, optimizando diversos subsídios e apoios financeiros destinados aos alunos, incentivando os residentes, incluindo os agentes dedicados aos sectores do jogo e turismo, a participarem na educação contínua, no sentido de melhorar, continuamente, a qualidade global da população de Macau. Para promover o desenvolvimento integral dos jovens, o Governo da RAEM vai desenvolver plenamente as funções da escola, da família e da sociedade, fortalecendo a educação moral dos jovens, publicando materiais didácticos sobre “A Educação Moral e Cívica”, promovendo a educação orientada pela tradição cultural do nosso país. Melhorará o regime e a forma dos trabalhos da Educação Moral nas escolas por forma a criar um bom ambiente social e cultural para o crescimento saudável dos alunos. Continuar-se-á a pôr em prática o plano de execução

da “Estratégia do desenvolvimento integral dos jovens de Macau”, através da cooperação interdepartamental e com o apoio da sociedade e a participação activa da população, fazendo com que as potencialidades e as capacidades dos jovens possam ser desenvolvidas plenamente para que estes consigam um crescimento saudável. Ao mesmo tempo, será criada, na Internet, uma base de dados dos indicadores dos jovens e uma plataforma de intercâmbio do desenvolvimento dos trabalhos juvenis, otimizando o ambiente de crescimento dos jovens, apoiando as associações juvenis na organização de diversas actividades e de serviços favoráveis ao desenvolvimento e participação social dos jovens formando uma nova geração responsável e com sentido de missão.

No domínio da Acção Social

Envidar esforços para apoiar os grupos sociais mais carenciados e promover a harmonia familiar e a coesão social constituem importantes metas de trabalho do Governo da RAEM no âmbito de acção social do corrente ano. Para assegurar o melhoramento da qualidade de vida da população mais carenciada, foi actualizado, por duas vezes, o valor do risco social. Em simultâneo, foi concedido um apoio extra, equivalente a 3 meses do subsídio, aos indivíduos e famílias subsidiados. Do mesmo modo, foram tomadas providências eficazes como a concessão do Subsídio Especial para a Manutenção de Vida, a implementação do Plano de Apoio Comunitário ao Emprego e a promoção dos serviços familiares de desenvolvimento sustentável, preventivos e curativos, de modo a atenuar, em tempo oportuno, a pressão económica das famílias carenciadas e a elevar a sua capacidade de adaptação social, permitindo, assim, alcançar o objectivo de criar condições para o desenvolvimento individual e a harmonia familiar.

Em paralelo, para fazer face às vicissitudes decorrentes da problemática do jogo, ao risco com que os jovens se deparam na sua fase de crescimento, à problemática de uma sociedade envelhecida, às necessidades de serviços das pessoas portadoras de deficiência, foram envidados esforços para reforçar o planeamento tendo por base os serviços já existentes, bem como para adoptar medidas úteis para os referidos problemas, tais como promover a educação de vida sadia e a educação sobre a vida, desenvolver activamente o trabalho de prevenção e tratamento do jogo problemático, concretizar o serviço de apoio comunitário aos jovens em risco ou com problemas de adaptação social e otimizar plenamente os serviços prestados pelos lares de crianças e jovens. Foi intensificado o serviço de cuidados aos cidadãos seniores, através da disponibilização dos cuidados personalizados, do serviço de reabilitação e do apoio psicológico. De igual modo, foi promovido o serviço de apoio aos cidadãos seniores, tendo-se dado início ao projecto de criação do serviço de tele-assistência para os que vivem isolados. Foram realizados trabalhos preparativos para a criação do sistema de indicadores do envelhecimento populacional e da base de dados da população sénior isolada. Foram desenvolvidos e otimizados os equipamentos e serviços de reabilitação para pessoas portadoras de deficiência, nomeadamente através da actualização da lotação, do aumento dos serviços de cuidados prestados durante o dia, assim como da introdução das novas

modalidades de treinos. Brevemente, deverá ficar concluído o projecto sobre a definição do conceito de deficiência e a criação do sistema de avaliação de deficiências. Foram diversificadas as acções preventivas da toxicodependência e disponibilizados serviços externos para jovens toxicodependentes. Através da elaboração dos instrumentos de avaliação do consumo de drogas e do mecanismo de cooperação intersectorial, foi reforçado o apoio dirigido aos jovens. Entretanto, foram desenvolvidos equipamentos de reabilitação da toxicodependência e prestados serviços de redução de danos destinados à população toxicodependente. No corrente ano, com o apoio e a participação das instituições particulares, conseguiu-se a elevação contínua da profissionalização dos serviços, potencializando a eficácia de servir a população.

Sob a política de reforçar o desenvolvimento dos serviços sociais, criar melhores condições de vida para a população e construir uma sociedade harmoniosa, a acção social em 2009 terá como meta primordial melhorar a legislação destinada a assegurar o apoio aos grupos sociais desfavorecidos, elevar e reforçar a qualidade dos serviços sociais, criar uma rede de serviços altamente eficaz e reforçar a participação social dos grupos sociais carenciados. O Governo, além de se empenhar no apoio às famílias em situação vulnerável no sentido de diminuir a pressão económica, diversificará os serviços familiares e comunitários, com a finalidade de reforçar as funções da família e a capacidade dos indivíduos e famílias para resolver os problemas com que se deparam na vida. Será acelerado o processo de criação de uma lei para a prevenção e tratamento da violência doméstica. Dar-se-á continuidade ao desenvolvimento dos serviços comunitários destinados aos novos imigrantes e aos trabalhadores não residentes, com vista à sua integração e participação social e, conseqüentemente, à congregação de esforços para a construção, na comunidade, de uma cultura de inter-ajuda e de amor. Para ajudar a população jovem que se encontra em situação de adversidade, criar-se-á, o serviço de apoio aos jovens que vagueiam na rua a altas horas da noite e, em simultâneo, uma equipa de intervenção comunitária nas ilhas. A fim de que as crianças apoiadas possam crescer num ambiente saudável, desenvolver-se-á o serviço de acolhimento familiar e adoptar-se-á o modo de funcionamento de pequena residência. Empregar-se-ão esforços no sentido de zelar pela aplicação, em Macau, da Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, com vista à protecção dos direitos das crianças. Sob a égide de "Prestação de cuidados pela família e manutenção dos idosos no domicílio", promover-se-á o desenvolvimento das diversas actividades e serviços favoráveis à situação física e psicológica dos cidadãos seniores. Em simultâneo, proceder-se-á à afectação do pessoal de enfermagem e de reabilitação às equipas de cuidados domiciliários e de cuidados prestados durante o dia, assim como à criação de uma melhor rede de apoio aos cidadãos seniores isolados. Em resposta às solicitações da sociedade, será realizada uma consulta pública sobre a protecção dos direitos dos cidadãos seniores através da elaboração de diplomas legislativos. Colocando em prática o conceito de reabilitação comunitária, serão prestados apoios mais ajustados às necessidades das pessoas portadoras de deficiência e dos seus familiares. De igual modo, serão implementados mais projectos de reabilitação que visam promover as actividades sócio-recreativas, as competências artísticas e a integração social das pessoas portadoras de deficiência. Com vista ao reforço da sua protecção, proceder-se-á à atribuição do subsídio de invalidez, à prestação de serviços

médicos gratuitos e à revisão dos diplomas sobre a reabilitação. Sob o objectivo de trabalho “Comunidade sem droga”, procurar-se-á mobilizar a escola, a família e os diversos sectores da sociedade para incrementar a consciência dos diversos grupos sociais sobre as acções preventivas da toxicoddependência, desenvolvendo os serviços de aconselhamento e tratamento para os consumidores de droga e, em especial, para os jovens em alto risco. Serão desenvolvidos equipamentos de tratamento e reabilitação e, em simultâneo, ampliada a aplicação do “Projecto de Manutenção com Metadona”. No próximo ano, entrará em fase experimental o Mecanismo de Aperfeiçoamento da Qualidade e serão tomadas medidas como o aumento do apoio no desenvolvimento do serviço de orientação e na organização de acções formativas para os trabalhadores de serviço social, a realização de estudos sobre a protecção social dos trabalhadores do mesmo sector, etc., a fim de consolidar a prestação de serviços, potencializando a eficácia do serviço à população.

No domínio do Turismo

Em 2008 o Turismo de Macau conseguiu atingir os objectivos previstos, incluindo o Interior da China e vários países do Sueste Asiático; América e Europa continuam a registar um acréscimo estável em termos do número de visitantes, tendo a proporção dos internacionais ultrapassado em 10% o total dos chegados a Macau. No âmbito das Linhas de Acção relativas ao incremento da diversificação e do desenvolvimento sustentável do sector e, em paralelo com o melhoramento contínuo da oferta de produtos (em especial das suas instalações, estruturas e equipamentos complementares), reorganizaram-se os nossos valiosos recursos no sentido de se criarem mais itinerários e circuitos originais, tendo-se, sobretudo, em atenção o desenvolvimento dos que põem em relevo o Património Histórico e os valores culturais de Macau, o que não só enriquece as características das próprias actividades turísticas, como reforça a promoção do nosso Turismo Cultural. Além disso, os “slogans” Macau, num Mundo de Diferenças a Diferença é Macau e “Sentir Macau”, animam os turistas a melhor sentirem e experimentarem (com os seus cinco sentidos – “Ver, Saborear, Sentir, Ouvir e Viver”) – as diferenças e encantos únicos do Território. Por outro lado, através do uso de novos e mais criativos instrumentos, intensificaram-se as actividades promocionais junto dos diversos mercados-alvo o que, além de consolidar os nossos principais mercados emissores e de impulsionar o crescimento sustentado dos mercados internacionais, concretizou com eficácia a reorganização da composição diversificada da economia do nosso Turismo e a melhoria da imagem de Macau como destino turístico. A “colorida” campanha “Sentir Macau” foi premiada este ano como a “Melhor Campanha Promocional de Turismo de Cidade na Região Ásia-Pacífico” (na primeira edição dos “Prémios de Turismo de Seoul 2008”) e incluída na categoria de “Marketing Media – Travel Advertisement Print Media” na edição de 2008 dos Gold Awards da Associação de Turismo da Ásia Pacífico (PATA), comprovando, novamente, o sucesso da estratégia de propaganda multifacetada adoptada por Macau. Para incentivar o forte desenvolvimento da indústria de Convenções e Exposições, além da contratação de especialistas internacionalmente respeitados para colaborarem no seu estudo e planeamento, organizaram-se diversas acções de formação e Seminários para o aprofundamento da formação

dos operadores, incrementando, assim, a competitividade conjunta do Sector. Por outro lado, deu-se assistência e apoio à organização, em Macau, de grandes convenções e eventos internacionais e, com a nossa participação em Feiras de Turismo de Negócio de diversas regiões, divulgou-se junto dos mercados-alvo, com informações actualizadas, a nossa imagem como destino privilegiado para o Turismo de Convenções e Exposições. Quanto à cooperação na promoção do Turismo Inter-regional e Internacional, além de se intensificar a colaboração com as zonas do Grande Delta do Rio das Pérolas, assim como entre a Província de Guangdong e Macau e entre Hong Kong e Macau e Zhongshan, Zhuhai e Macau, reforçou-se a cooperação com a Austrália, SanYá e o Vietname no sentido do desenvolvimento de viagens para diversos destinos. Além disso, conseguiram-se informações sobre a situação e as tendências dos diversos mercados e ampliou-se o mercado internacional mediante a intervenção das nossas Representações no Exterior. Finalmente, com a introdução dum conjunto de medidas - como a revisão dos diplomas relacionados com o Turismo, a optimização dos procedimentos de licenciamento, o aperfeiçoamento da regulamentação e gestão do mercados e o reforço dos mecanismos de contingência e dos direitos do turista - foi igualmente elevada a qualidade dos nossos Serviços.

Para impulsionar o aumento do desenvolvimento diversificado das actividades turísticas e a concretização da diversificação económica, o Governo irá destacar como principal objectivo de trabalho, em 2009, a diversificação dos produtos e do mercado, bem como o fortalecimento da nossa imagem como destino único na Ásia para o Turismo de lazer e diversões e para a organização de convenções e exposições nos quais irão desenvolver-se intensamente as vantagens dos produtos relativos aos nossos recursos culturais.

Como a área do Turismo atravessa, actualmente, uma fase de crescente desenvolvimento, há que impulsionar a diversificação dos seus produtos e programar utilização mais racional dos valiosos recursos do nosso Turismo Cultural, o que levará, por um lado, ao reforço do desenvolvimento das acções turísticas, aproveitando o Turismo Cultural para o progresso económico e do desenvolvimento da comunidade e enriquecendo, por outro lado, o conteúdo do nosso Turismo Cultural. Além disso, através da melhoria da cooperação regional, irão conseguir-se melhores condições para a interligação dos diversos recursos turísticos no sentido da criação de uma marca turística própria da Região.

No próximo ano, a DST continuará a desenvolver intensamente as suas diversas actividades promocionais, recorrendo à diversificação dos produtos turísticos à nova estratégia promocional, a mostrar aos mercados-alvo as nossas atracções e a reforçar a nossa imagem de cidade qualificada para "Turismo Cultural". Simultaneamente, irão acompanhar-se, activamente, as comemorações do 10º Aniversário da implantação da Região Administrativa Especial de Macau, efectuando-se uma série de actividades promocionais, por ocasião desse evento tão importante para Macau, dirigidas aos nossos principais mercados.

Continuará a cooperar-se com as companhias aéreas sediadas em Macau, para a exploração

dos mercados internacionais com ligações aéreas directas a Macau, e para o estudo das possibilidades de exploração de novos mercados geradores de turistas; o que, por um lado, irá contribuir para consolidar os que já são as principais fontes e, por outro, enriquecer o conjunto dos nossos mercados turísticos. Ao mesmo tempo, irão manter-se estreitas relações com as entidades e associações turísticas locais e internacionais no sentido de se reforçar a imagem de Macau como parte da indústria turística internacional. Reforçar-se-á, por fim, o desenvolvimento do sector de MICE, bem como se implementarão mecanismos de intercâmbio de informações, através de programas de formação, apoio e assistência, elevando a qualidade profissional e a competitividade do sector. Além disso, para seu apoio, deverão conseguir-se todos os dados possíveis na área dos negócios, a fim de consolidar a rede de contactos e desenvolver as nossas oportunidades nessa área.

Através de variadas actividades promocionais nos nossos mercados prioritários, procurar-se-á afirmar Macau como destino de qualidade único na Ásia para a organização de grandes reuniões. Acompanhando o desenvolvimento acelerado das actividades turísticas, será acelerado o aperfeiçoamento dos seus diplomas e aperfeiçoada a capacidade de fiscalização na área do Turismo, assim se contribuindo para o desenvolvimento apropriado do mercado; simultaneamente, terá de se cooperar abertamente com os diversos agentes da defesa dos direitos dos turistas, promovendo serviços qualificados e a criação de um ambiente de confiança. Por meio dos resultados dos inquéritos e análises a realizar sobre a actividade dos guias turísticos, irá aperfeiçoar-se e ajustar-se a sua formação, bem como a do regime da sua fiscalização. Atendendo à necessidade do desenvolvimento do Turismo, e sempre por meio da integração de todos os recursos, deverão aperfeiçoar-se os circuitos do trabalho interno por meio da implementação de novos sistemas na área administrativa, simplificar-se os procedimentos da emissão de licenças, impulsionar-se a formação dos recursos humanos e de orientação dos turistas para a racionalização do seu consumo, no sentido de ser criado um ambiente favorável à prestação de Serviços Públicos de qualidade.

No domínio da Cultura

Em 2008, ao empenhar-se na concretização dos objectivos estratégicos gerais de “incrementar o nível cultural e de vida da população e construir uma sociedade em harmonia”, o Governo da RAEM esteve determinado a reforçar, de diversas formas, as infra-estruturas da área cultural e a enriquecer culturalmente a sociedade. Intensificou-se a protecção do Património Mundial e do património cultural; iniciou-se a consulta pública sobre a “Lei de Salvaguarda do Património Cultural” e concluiu-se a elaboração do projecto da mesma Lei. Com a inscrição da “Escultura de Ídolos Sagrados” no segundo lote da Lista do Património Cultural Intangível da China, atribuiu-se uma maior importância ao património cultural intangível de Macau. Foram realizadas várias exposições para destacar a posição histórica e a riqueza cultural de Macau, bem como para fomentar a investigação histórica local. Procedeu-se ao estudo sistemático sobre a conservação patrimonial e a planificação urbana; concluíram-se as obras de restauro, em geral, da Casa do Mandarim e estudou-se a utilização de alta tecnologia para monitorizar

os imóveis classificados de Macau. Na Casa de Lou Kau, foram sucessivamente demonstradas as variadas formas de arte chinesa com vista a promover as artes populares tradicionais chinesas e a potenciar o ambiente cultural deste imóvel classificado como Património Mundial. O Festival Internacional de Música de Macau e o Festival de Artes de Macau apresentaram, com sucesso, grupos artísticos de renome mundial, profissionais e amadores, que enriqueceram a vida cultural da população. A Orquestra de Macau e a Orquestra Chinesa de Macau visitaram, na qualidade de embaixadores culturais, diversas províncias e cidades do Interior da China, demonstrando com sucesso a imagem cultural da RAEM, para além de se terem dedicado continuamente ao ensino musical em Macau. Várias bibliotecas prolongaram o horário de abertura ao público, com vista a promover o hábito de leitura e a educação permanente. Disponibilizou-se uma verba especial para a participação de associações profissionais locais na Expo das Indústrias Culturais com vista a fomentar o desenvolvimento local daquelas indústrias. Para acompanhar a realização dos Jogos Olímpicos de Pequim 2008 foi organizada a participação dos artistas e orquestras locais nos eventos culturais em Pequim, com vista a alargar a influência de Macau na área artístico-cultural.

Em 2009, na área cultural, os recursos culturais serão reorganizados e utilizados de forma mais racional; as instalações culturais e a respectiva disposição espacial serão melhoradas e o ambiente para o desenvolvimento cultural será otimizado. Com o estabelecimento do Conselho Consultivo das Indústrias Culturais, serão definidas as estratégias relativas a estas indústrias, aproveitando as vantagens regionais únicas de Macau para apoiar grupos e projectos promissores e fomentar o desenvolvimento das indústrias culturais. Organizar-se-ão acções de formação e visitas de familiarização com as indústrias culturais no exterior, promover-se-ão cursos relativos às indústrias culturais nos estabelecimentos de ensino superior locais com vista a preparar profissionais com conhecimentos teóricos e capacidade de pôr em prática esses mesmos conhecimentos das indústrias culturais. Através da elaboração da “Lei de Salvaguarda do Património Cultural”, proteger-se-ão e divulgar-se-ão com maior eficácia a história, a cultura e os imóveis classificados únicos de Macau. Estabelecer-se-ão, gradualmente, grupos profissionais de dança, de música e de teatro, com instalações adequadas, para desempenhar o papel de base na formação dos talentos artísticos locais. Organizar-se-ão o Festival Internacional de Música, o Festival de Artes de Macau e demais festivais culturais para desenvolver o prestígio cultural de Macau. Celebrando-se, em 2009, o 60.º Aniversário da Implantação da República Popular da China e o 10.º Aniversário da Transferência da Administração de Macau para a China, o Governo da RAEM apoiará os grupos locais a desenvolver actividades comemorativas artístico-culturais e aproveitará a oportunidade para promover a criação artística local e a apresentação da cultura e arte de Macau na China, no sentido de divulgar a identidade cultural e a realização artística de Macau.

No domínio do Desporto

No quadro da acção governativa, na área do desporto, o Governo tem concentrado esforços no desenvolvimento paralelo do desporto de alta competição e do desporto para todos.

Simultaneamente, têm vindo a ser criadas oportunidades e espaços para a prática do desporto, promovendo-se, assim, o relacionamento social e hábitos de vida saudáveis. Por outro lado, em 2008, foi assegurada a continuidade das medidas de apoio ao desporto local, tendo em vista o desenvolvimento sistemático do desporto de alta competição de Macau. Neste enquadramento serão melhoradas as condições e as instalações de treino e serão disponibilizadas instalações fixas e adequadas a determinadas modalidades desportivas. A assistência às associações será reforçada. Além disso, os planos de formação e apoio à participação em competições e estágios no exterior, bem como do acolhimento dos estágios pré-olímpicos de várias equipas estrangeiras foram contributos determinantes para a aprendizagem de técnicas desenvolvidas no exterior, resultando num aumento do nível competitivo e da qualidade de trabalho dos atletas locais, bem como no alargamento dos seus conhecimentos. No âmbito da promoção e da generalização do desporto para todos e face à expansão dos recursos desportivos disponíveis e considerando a diversificação das actividades do desporto para todos acompanhada do melhoramento da gestão e do funcionamento das instalações, aumentou o número de infra-estruturas desportivas abertas ao público em geral bem como a celeridade e a qualidade dos serviços. A promoção do “Plano de avaliação da condição física dos participantes das classes do desporto para todos”, conjugada com o aumento significativo da participação nas actividades desportivas, permite a difusão de informação, nomeadamente na área científica, potenciando os benefícios da prática desportiva para a saúde pública. No corrente ano, foram organizadas mais de mil classes de recreação e de manutenção adequadas a residentes de diferentes escalões etários. Foram ainda promovidas actividades da mesma natureza, junto dos trabalhadores de diferentes sectores, sensibilizando-os para as vantagens da realização de exercícios simples nos seus locais de trabalho. No âmbito dos Jogos Olímpicos de Pequim, foi organizado um conjunto de actividades intitulado “Macau Apoia os Jogos Olímpicos” tendo em vista a divulgação da mensagem olímpica entre a população e a celebração do sucesso da sua organização. Além disso, o Transporte da Tocha, em Macau, apelou ao sentimento de patriotismo da comunidade local. A organização de várias competições desportivas de nível internacional e a deslocação a Macau de diferentes equipas estrangeiras, para a realização dos seus estágios pré-olímpicos, promoveram activamente o desporto local no exterior.

O sucesso alcançado na organização de eventos multidesportivos de grande envergadura e a reacção aos Jogos Olímpicos de Pequim contribuíram para acelerar o desenvolvimento do desporto de Macau. Em 2009, o desenvolvimento dos trabalhos desportivos tem como objectivos principais, a generalização do desporto para todos, o aperfeiçoamento do mecanismo de formação de talentos desportivos e do sistema de gestão, o desenvolvimento de estudos científicos serão objectivos prioritários no quadro da melhoria da condição física da população e da construção de uma sociedade harmoniosa. Com base na ciência e em conhecimentos objectivos, serão ajustados os recursos desportivos da sociedade, incentivando o desenvolvimento do desporto local através de duas vertentes relevantes, generalização da formação e melhoramento profissional. No quadro da generalização serão prosseguidos os trabalhos de organização e de gestão das actividades com base em conhecimentos existentes,

no sentido de aumentar a diversificação e o aumento da participação nas actividades do desporto para todos, envolvendo os vários sectores sociais e organismos desportivos na motivação de mais residentes locais para a prática do desporto e para a promoção de hábitos e modos de vida saudáveis. No âmbito da medicina desportiva, será dada maior atenção na aplicação do resultado dos estudos científicos do desporto. Serão desenvolvidos activamente os preparativos da “2ª Avaliação da Condição Física da População de Macau”. A formação constitui o ponto-chave para a elevação do nível de competição. Desta forma, no próximo ano, de acordo com a realidade, serão criados incentivos junto das associações para a formação de jovens talentos de diferentes escalões etários. Será elaborado, em conjunto com as associações desportivas, o plano de formação global, com vista à criação de apoios logísticos complementares aos atletas, à formação técnica dos treinadores, ao acompanhamento científico da medicina desportiva, à garantia de instalações desportivas suficientes, à coordenação dos recursos humanos, entre outras. Paralelamente à formação de novos talentos, serão apoiadas as modalidades com potencial de crescimento, sendo concentrados esforços no investimento criterioso, em recursos de formação, procurando alcançar grandes êxitos nas modalidades mais relevantes. Para concretizar o desenvolvimento paralelo do desporto de alta competição e do desporto para todos, o Governo da RAEM continuará a aumentar os espaços e as instalações desportivas. Será aplicado o conceito “facilitar o acesso com qualidade” na gestão das instalações desportivas e a sua manutenção será marcada por uma orientação “profissional e económica”. Proceder-se-á à preparação dos trabalhos de organização da Delegação de Macau aos 5^{os} Jogos da Ásia Oriental que terão lugar em Hong Kong, no próximo ano, promovendo sistematicamente o programa de estágio e o apoio no campo da medicina desportiva para que os atletas alcancem novos sucessos em eventos multidesportivos de nível internacional. Por outro lado, continuará o reforço ao intercâmbio de cooperação multilateral com os organismos desportivos internacionais e a organização de eventos desportivos internacionais, afirmando o nome de Macau a nível internacional.

Área de Transportes e Obras Públicas

Ponto de situação da execução das LAG de 2008

No ano 2008, na área dos Transportes e Obras Públicas, atendendo às necessidades de desenvolvimento de Macau e de acordo com os objectivos gerais definidos nas LAG, iniciou-se, com pragmatismo e de uma forma progressiva, o aperfeiçoamento dos sistemas relativos ao desenvolvimento e planeamento urbano, à gestão de solos e do tráfego, à habitação pública e empreendimentos públicos, com o objectivo de atempadamente responder às necessidades da população.

Aperfeiçoamento do planeamento urbano e de gestão de solos:

Desenvolveram-se, de uma forma activa, os trabalhos relacionados com o planeamento urbano e a construção. Neste ano, concluímos o relatório preliminar sobre a elaboração de um plano urbanístico moderno e científico, tendo sido apresentadas propostas de melhoria focalizadas nos regimes jurídico e administrativo, bem como na sua elaboração e execução. Além disso, foi elaborado um texto, para consulta das propostas de revisão preliminar da Lei de Terras e dos diplomas complementares. Os mencionados documentos já foram submetidos a discussão pública e a auscultação das opiniões da população.

Relativamente ao ambiente paisagístico da zona de património mundial, foi elaborado e publicado o plano de pormenor que fixa as cotas altimétricas máximas permitidas na construção de edifícios nas imediações do Farol da Guia e iniciou-se um conjunto de estudos sobre o planeamento urbanístico e o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a protecção ambiental.

Para elevar o grau de transparência da informação cadastral, foram criados a “Rede de Informação Cadastral” e o “Regime de Audiência Pública para a Concessão, Troca e Modificação do Aproveitamento dos Terrenos”.

Promoção do embelezamento dos Bairros Antigos e de obras públicas:

Concluída a discussão do projecto do “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos”, pelo Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau, procede-se agora ao aperfeiçoamento do seu conteúdo. Em simultâneo, desenvolveram-se os planos de embelezamento das vias públicas, bem como procedeu-se à recuperação do exterior de alguns edifícios antigos, a título experimental, com os objectivos de melhoramento do aspecto paisagístico dos bairros comunitários e de promoção do ambiente comercial.

Por outro lado, foram iniciadas as empreitadas de ampliação do Edifício do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e de construção do Novo Edifício dos Serviços de Migração, bem como o aperfeiçoamento da rede rodoviária de COTA. Foram elaboradas as “Instruções Referentes às Despesas de Aquisição de Bens, Serviços e Obras”, com o objectivo de aperfeiçoar o regime de contratação e reforçar a supervisão das obras públicas. Em estudo, a introdução, a título experimental, de um sistema de sorteio informático nas empreitadas de obras públicas, por meio de consulta, e a viabilidade da criação de uma base de dados central de empreiteiros de obras públicas. Além disso, os Serviços de Obras Públicas começam a implementar, a título

experimental, a exigência de contratação de mão-de-obra local nas empreitadas de obras públicas com orçamento inferior a dez milhões de patacas, tendo em vista assegurar o emprego da mão-de-obra local.

Foi criado um grupo de trabalho específico para observar e analisar os circuitos de trabalho dos Serviços de Obras Públicas, com o objectivo de simplificar os trâmites de apreciação dos projectos de construção, nomeadamente a Planta de Alinhamento Oficial, as obras simples em fracções autónomas habitacionais e não habitacionais.

Promoção da construção de habitação pública:

De acordo com o plano definido, este ano continuámos a execução dos projectos de habitação pública com o objectivo de construir 19 000 habitações até ao ano de 2012.

Iniciou-se a construção da habitação social do Bairro de Fai Chi Kei, da habitação social de Mong Há (1.ª Fase) e dos blocos A, B e C do Complexo de Habitação Social da Ilha Verde.

No âmbito da habitação económica iniciou-se a construção do Lote HR/HS, junto da Rua da Tranquilidade, do Bairro de Hipódromo, do Lote TN27, junto à Estrada Coronel Nicolau de Mesquita, na Ilha da Taipa, e do “Lote 4” na Ilha Verde.

O Governo lançou o Plano Provisório de Atribuição de Abono de Residência a Agregados Familiares da Lista de Candidatos a Habitação Social, com o objectivo de aliviar os encargos habitacionais dos mais necessitados. Ao mesmo tempo foram iniciados os trabalhos de revisão da legislação relativa à habitação pública, prevendo-se que o novo regime possa começar a ser aplicado já a partir do próximo ano.

Aperfeiçoamento da rede rodoviária urbana:

De acordo com as opiniões e sugestões da sociedade sobre o Projecto de Optimização e Ordenamento do Transporte Público – 2008, a recém criada Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego tomou diversas medidas de optimização, nomeadamente.

O plano de reordenamento viário da Avenida de Almeida Ribeiro, a optimização da qualidade dos serviços prestados pelas duas concessionárias de transportes públicos, através da celebração de contratos de concessão provisória com ambas, o plano de tarifas dos transportes públicos mais favorável para as diversas camadas sociais, a optimização dos itinerários e a distribuição das paragens, reduzindo a sobreposição de percursos, bem como a extensão do serviço nocturno de autocarros até a Ilha da Taipa.

No âmbito da construção de infra-estruturas, foi iniciada a Consulta para a Prestação dos Serviços de Gestão de Projecto e Assistência Técnica para a Implementação da 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro de Macau, pretendendo-se realizar a adjudicação ainda no decurso do corrente ano. Iniciou-se a fase de avaliação das propostas da Consulta para o Estudo de Viabilidade da 2.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro, prevendo-se o início dos estudos este ano.

No âmbito do desenvolvimento do transporte marítimo e aéreo, foi introduzido um ajustamento estratégico no projecto do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, com uma configuração mais adequada às necessidades de desenvolvimento. Os serviços de aviação civil têm desempenhado um papel activo na transformação do Aeroporto Internacional de Macau num centro de aviação da Ásia. Assim, foi criado o “Grupo de Trabalho para o Planeamento e Desenvolvimento do Aeroporto”, com a missão de acompanhar o plano de expansão do Aeroporto.

Construção de uma sociedade economizadora de energia e protectora do ambiente:

À luz do “Protocolo de Quioto”, oficialmente aplicado a Macau a partir do início do ano, intensificamos os trabalhos de sensibilização da conservação energética e redução da emissão de poluentes e acompanhamos os estudos prévios sobre as mudanças climáticas. Entrou já em vigor o Regulamento Administrativo relativo à “Fixação dos limites de emissão de gases poluentes a que devem obedecer os motociclos e ciclomotores novos aquando da sua importação”, através do qual se proibiu a importação de veículos com motor de combustão interna a dois tempos. Além disso, neste ano introduziu-se o gás natural em Macau, utilizado para a produção de electricidade. Concluíram-se os projectos de revisão da legislação sobre o ruído ambiental, agora em fase de consulta.

Por outro lado, continuamos a melhorar as infra-estruturas de protecção ambiental. Com a ampliação da Central de Incineração de Resíduos Sólidos expandiu-se a capacidade de tratamento de resíduos sólidos. Também entrou em funcionamento, no terceiro trimestre, a título experimental, o Sistema de Recolha Automática de Resíduos Sólidos.

Com vista a construir uma sociedade economizadora de água e de energia, iniciaram-se os estudos sobre o planeamento de poupança de água em Macau. Incentivaram-se 53 serviços públicos a participar no plano de poupança de energia. Estão a ser realizados o plano de utilização de energia solar e a divulgação e promoção da eficiência energética.

Garantia de fornecimento de energia eléctrica e de abastecimento de água potável:

Continuamos a abordar, com os serviços competentes do Interior da China, os assuntos sobre o estabelecimento de medidas e formas de comunicação sobre o abastecimento de água, em caso de emergência, garantindo a disponibilidade de água potável durante o período das marés salgadas. Um terceiro canal de abastecimento de água a Macau, proveniente do Interior da China, pode entrar em funcionamento antes do fim deste ano. No âmbito do fornecimento de energia eléctrica, entrou em funcionamento a quarta interligação entre Macau e Zhuhai. Como o contrato de concessão de electricidade expira em 2010, iniciaram-se estudos e análises acerca do modelo de mercado de electricidade no futuro, e a auscultação dos diferentes sectores da sociedade.

Desenvolvimento das Telecomunicações, das Ciências e da Tecnologia:

Foi implementada a última fase do plano de aumento de dígitos dos números telefónicos,

prevendo-se que todo o plano fique concluído até ao final do corrente ano. A autoridade de telecomunicações está a proceder à avaliação da emissão da quarta licença da 3G. Chegou-se a um acordo preliminar sobre a revisão do contrato de concessão do serviço público de telecomunicações, no qual se incluí a liberalização de parte do serviço concessionado em exclusivo, prevendo-se a sua concretização e o início dos respectivos trabalhos de revisão até ao fim do corrente ano.

A Direcção dos Serviços de Correios tem vindo a estender o uso do pagamento electrónico, tendo celebrado acordos com os serviços de educação, de trânsito da polícia de segurança pública e das entidades responsáveis pelo desenvolvimento desportivo, entre outros. No âmbito da ciência e tecnologia, continuamos a apoiar os projectos de desenvolvimento científico e tecnológico local e a proceder a consultas sobre a criação de “Prémios de Invenção Científica e Tecnológica”. Intensificou-se o intercâmbio e a cooperação com o Interior da China, no âmbito do “Protocolo do Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica entre Província de Cantão e Macau”, em especial nas áreas de investigação científica e de divulgação da ciência e tecnologia. Neste momento e de modo intensificar a cooperação regional, estão a ser estudados projectos na área da tecnologia da informação electrónica e na área da medicina tradicional chinesa.

Linhas de Acção Governativa para 2009

Os efeitos negativos da crise financeira e da recessão económica mundial afectarão a economia e o mercado de trabalho de Macau, pelo que a Área dos Transportes e Obras Públicas, no ano 2009, irá lançar medidas adequadas para assegurar o emprego de mão-de-obra local, melhorar o ambiente do comércio e incentivar o desenvolvimento da economia, de acordo com os objectivos gerais das LAG, que são os de “melhor servir a população”. Actuar-se-á de uma forma progressiva e pragmática de acordo com a experiência obtida.

Lançamento de empreendimentos em infra-estruturas:

Para suavizar os efeitos da crise económica, o Governo irá investir mais recursos na execução de empreendimentos, bem como lançar um conjunto de empreendimentos de pequena e média dimensão. Para o próximo ano, além da continuação das obras de ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, de construção do Terminal Marítimo da Taipa e de outros empreendimentos. Serão lançados novos projectos de obras de grande envergadura, reforçado o embelezamento das vias públicas, melhorado o ambiente de comércio das pequenas e médias empresas e incentivadas as associações comunitárias a participarem na fase preliminar da elaboração do planeamento urbano.

Os Serviços de Obras Públicas vão criar uma base de dados de empreiteiros para a realização de “empreitadas públicas de média e pequena dimensão”, de modo a permitir uma avaliação preliminar das obras a realizar e criar condições para uma rápida e eficiente apreciação dos projectos de construção de obras públicas e privadas. Elevar-se-á a eficiência da apreciação dos projectos de construção privada através da optimização dos circuitos administrativos e de mais recursos humanos. Ao mesmo tempo, será criado um mecanismo de apreciação

interdepartamental “one-stop”, para acelerar a apreciação dos projectos de obra e os trabalhos de concurso. Será reforçada a cooperação com os serviços competentes de modo a tomar as medidas adequadas para assegurar o emprego dos trabalhadores da construção civil.

Com base na experiência adquirida, procuraremos aperfeiçoar os procedimentos de concurso público e consulta para adjudicação de empreitadas. Além da revisão do regime jurídico das empreitadas, no próximo ano irá ser criado um sistema de sorteio informático no âmbito de concurso e consulta pública, e um regime de avaliação da qualidade de desempenho dos empreiteiros. Serão reforçados os trabalhos de consulta prévia para as empreitadas públicas e estudada a criação de um regime que evite o conflito de interesses entre as empresas de elaboração de projectos de obra e de fiscalização.

Para satisfazer as exigências do desenvolvimento sustentável, procurar-se-á na medida do possível, integrar diversos aspectos de protecção ambiental nos projectos de empreitadas de obras públicas, envidando esforços para edificação de construções públicas e espaços públicos sem barreiras arquitectónicas, a fim de facilitar a livre circulação de pessoas portadoras de deficiência física.

Foi concluído, pelos Serviços de Obras Públicas, o estudo de três projectos relativos à criação do conselho superior de profissionais (arquitectos e engenheiros) e ao regime de qualificação e registo destes profissionais, os quais serão objecto de consulta às associações profissionais, devendo entrar em processo legislativo no próximo ano.

Planeamento urbanístico de Macau:

O Governo da RAEM pretende proceder à beneficiação dos trabalhos do planeamento urbanístico de Macau. Por isso, o Centro de Estudos Estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável (CEEDS) e o Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas convergiram nesta matéria e têm-se apoiado mutuamente. Tomando por referência as sugestões orientadoras do CEEDS, as opiniões de todos os sectores e de especialistas sobre o relatório de criação de um sistema de planeamento urbanístico moderno e científico, iremos iniciar, em 2009, os respectivos trabalhos a nível jurídico, institucional e sistemático.

O Governo irá reforçar o intercâmbio e a cooperação com as regiões vizinhas na área de planeamento urbanístico. Prevê-se a criação de um grupo especializado para o planeamento e desenvolvimento de Guangdong-Macau, sob a Conferência conjunta Guangdong-Macau. Além disso, será promovida a troca de informações entre Hong Kong e Macau, no âmbito do planeamento urbanístico, através de um novo regime de cooperação entre ambos os Governos, e criada uma plataforma de coordenação e cooperação, em matéria de planeamento urbanístico, entre a Guangdong, Hong Kong e Macau, durante a concretização do estudo do planeamento do Grande Delta do Rio das Pérolas.

Promoção do reordenamento e embelezamento das vias públicas:

Para uma melhor articulação do planeamento urbanístico com o reordenamento dos bairros

antigos, no próximo ano, tendo por base a já discutida proposta do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos, iremos iniciar os respectivos processos legislativos e começar a discussão dos regulamentos administrativos complementares.

Para atenuar os efeitos negativos da crise económica, através do embelezamento das vias públicas, iremos otimizar o ambiente comercial para apoio às pequenas e médias empresas e, com a cooperação das associações comunitárias, tornar os bairros antigos mais atractivos.

Por outro lado, no intuito de incentivar os condóminos na reparação e conservação das partes comuns dos edifícios, além do Plano de Subsídio para Reparação de Edifícios já existente, iremos lançar medidas de curto e longo prazo, destinadas à conservação e manutenção dos edifícios antigos e das instalações comuns dos edifícios, com vista a melhorar o ambiente de habitação e criar mais postos de trabalho através da concretização de obras de pequena e média escala.

Aperfeiçoamento dos trabalhos de gestão de solos:

Em resposta à exigência do desenvolvimento social, deu-se início à revisão das políticas de concessão de terrenos. No sentido de aumentar o grau de transparência, será aprofundada a aplicação do “Regime de Audiência Pública para a Concessão, Troca e Modificação do Aproveitamento dos Terrenos” e o “Enquadramento de Partilha de Informação Geográfica Espacial”, de forma a dispor mais dados cadastrais relacionados com o quotidiano da população, será estendida a aplicação da “Rede de Informação Cadastral” aos serviços públicos, para apoio dos trabalhos de planeamento urbanístico, gestão de solos, monitorização do ambiente, etc.

No intuito de reforçar o regime jurídico da gestão de solos, no segundo semestre de 2009, serão oficialmente apresentadas as propostas de revisão da Lei de Terras e dos diplomas complementares, e iniciar-se-ão os respectivos trabalhos de revisão. Ao mesmo tempo, o Governo intensificará o tratamento da ocupação ilegal dos terrenos públicos, bem como a fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão de terrenos, e apreciará, com rigor, os pedidos de alteração de finalidade dos terrenos concedidos e acompanhará o estado dos terrenos à longo tempo concedidos, mas ainda não aproveitados e sem justificação aceitável.

Promoção de habitação pública:

Para atenuar as dificuldades dos residentes na aquisição de habitação, continuaremos a construção de habitação pública, para gradual e faseadamente, atingir, no ano 2012, o objectivo de construir 19 000 fracções habitacionais. Segundo a primeira fase do plano, construção de 7 000 fracções para além das 210 já concluídas, na Ilha Verde, prevê-se a construção, em 2009, de 884 fracções de Habitação Social no Bairro de Fai Chi Kei, 924 fracções do Complexo de Habitação Social na Ilha Verde (blocos B e C), bem como 588 fracções da primeira fase do empreendimento de Habitação Social em Mong Há e 880 fracções de habitação económica no Lote HR/HS junto da Rua da Tranquilidade, no Bairro de Hipódromo. Prevê-se ainda o início da construção, no próximo ano, de 2 703 fracções de habitação económica no Lote TN27, junto à Estrada Coronel Nicolau de Mesquita, na Ilha da Taipa, entre 500 a 600 fracções de

habitação económica no “Lote 4” do Bairro de Ilha Verde e 357 fracções no Complexo de Habitação Social na Ilha Verde (bloco A).

Por outro lado, para a segunda fase do plano de construção de habitação pública iremos aprofundar o estudo sobre o aproveitamento dos doze terrenos, em Seac Pai Van, Coloane, com uma área total de cerca de 42 300 m², e dos três terrenos do Bairro da Ilha Verde. No futuro, também serão reservados, para construção de habitação pública, terrenos nos novos aterros em zonas a conquistar ao mar.

Em momento oportuno no ano de 2009, iniciar-se-á o concurso de habitação social e económica, de acordo com a legislação aplicável e após a sua revisão. O Governo irá continuar, no ano que vem, a promoção do Plano Provisório de Abono de Residência a Agregados Familiares da Lista de Candidatos a Habitação Social e vai elaborar um Plano de Financiamento ao Crédito para Aquisição de Habitação Própria para residentes permanentes de Macau, sempre que o preço do imóvel a adquirir seja igual ou inferior a três milhões patacas, com prestação de garantia ao crédito do montante da primeira prestação que não pode ser superior a 20% do valor da avaliação do banco e uma bonificação de juros de 4%. Relativamente ao Plano de Arrendamento de Habitação para as Famílias de Recém-casados, em virtude da existência de grandes divergências nas opiniões da sociedade é necessário proceder a mais estudos.

Aperfeiçoamento da administração dos edifícios:

Quanto aos problemas de escoamento das redes de drenagem e infiltrações de água nos edifícios privados que, desde há muito tempo, afecta e prejudica os residentes, o Governo decidiu criar um mecanismo de tratamento “one stop”, sendo o Instituto de Habitação a entidade responsável pela coordenação dos respectivos trabalhos. Para incentivar a conservação das partes comuns dos edifícios, para além da concessão de apoio financeiro aos proprietários, através do “Plano de Crédito sem Juros para Reparação de Edifícios” e do “Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios”, será ainda prestado apoio técnico profissional. Através do “Plano de Apoio Financeiro para Administração dos Edifícios” estimulam-se os proprietários a participarem nos assuntos de gestão dos edifícios.

O Governo concluiu a elaboração dos projectos sobre o Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração dos Condomínios e da Profissão de Pessoal Administrativo, já em processo legislativo, com o objectivo de elevar o profissionalismo e a normalização dos sectores de administração de edifícios, prevendo-se o início da sua aplicação no ano de 2009, bem como a criação do “Centro de Arbitragem para os Assuntos de Administração Predial”.

Prioridade ao transporte público:

Elevar a qualidade do serviço do transporte público e resolver os problemas de tráfego são ainda dois pontos fulcrais da acção governativa. Para o ano de 2009, iremos iniciar a empreitada de construção da 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro, lançar o concurso do sistema e material circulante e estabelecer o faseamento, e interligação, das obras de construção civil da 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro e lançar o respectivo concurso. O estudo de

viabilidade da 2.^a Fase do Sistema de Metro Ligeiro estará concluído no primeiro semestre de 2009 e compreende os estudos de impacto ambiental.

Progressivamente proceder-se-á à reforma do serviço de transporte público de autocarros, planeando o Governo lançar, no próximo ano, o concurso público para o respectivo serviço e envidar todos os esforços para adjudicar o serviço antes da revisão dos contratos provisórios. O serviço público responsável pelos assuntos de tráfego está a proceder aos trabalhos preparatórios do concurso público e a criar condições para atrair a participação de outras empresas na exploração do serviço público de transporte colectivo rodoviário de passageiros. Além disso, relativamente aos contratos de concessão provisórios, iremos proceder, com prudência, à sua supervisão, e introduzir um mecanismo de avaliação do desempenho, incentivar a melhoria da qualidade de prestação do serviço, otimizar os itinerários e a localização das paragens, aumentando a eficiência da operação.

Reforço da coordenação e gestão do trânsito:

Para satisfazer as exigências da sociedade em matéria de tráfego e meios de transporte, iremos introduzir mecanismos de reforço da coordenação e da gestão do tráfego, melhorar o planeamento de construção de equipamentos de trânsito. No ano que vem, criar-se-á um mecanismo regular de coordenação, integrado pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, pelo Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, pela Capitania dos Portos, pela Autoridade da Aviação Civil, pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e pelo Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, tendo em vista coordenar de uma forma global a política, planeamento, construção e instalação de equipamentos e gestão do trânsito e dos transportes por via terrestre, marítima e aérea. Ao mesmo tempo, no âmbito do Conselho Superior de Viação, estabelecer-se-á um mecanismo de coordenação das obras de escavação integrando os vários serviços públicos e as concessionárias de serviços públicos, no sentido de suavizar as inconveniências que causam à população.

Além disso, será realizado um estudo sobre o comportamento do tráfego, capacidade de suporte das vias públicas, procura de estacionamento e transporte de passageiros dos postos fronteiriços, assim como a melhoria do planeamento da rede rodoviária e a construção das infra-estruturas de transporte público, aperfeiçoando o sistema pedonal urbano, implementando gradualmente o sistema de transporte inteligente e procedendo à gestão científica de transporte.

Reforço da ligação com o exterior:

Desde a implementação e regularização dos voos *charters* de passageiros e de carga entre o Interior da China e Taiwan, o Governo continuará a liberalização do tráfego aéreo e o fortalecimento das condições de Macau como um destino turístico. O Governo incentiva as companhias aéreas locais a expandirem-se para novos mercados e por outro lado, procura atrair companhias aéreas estrangeiras a abrirem rotas para Macau. Ao mesmo tempo,

reforçar-se-á a comunicação e coordenação com a Administração de Aviação Civil do Interior da China, criando mais condições para o sector de aviação civil na competitividade regional.

No âmbito de transporte marítimo, foi ajustado o projecto da construção do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa para satisfazer as necessidades futuras. No projecto foram ajustadas as instalações para visitantes, quer por via marítima quer por via área, e tido em conta o sistema inter modal nos transportes públicos, bem como a ligação com o sistema de metro ligeiro. Para fazer face ao aumento da procura do serviço de transporte marítimo de passageiros, proceder-se-á a uma avaliação da capacidade de acolhimento dos Terminais existentes, a uma previsão do número de passageiros por via marítima, e, após os resultados obtidos, ajustar as respectivas instalações. Tendo por objectivo regular a actividade de transportes marítimo de passageiros, foram analisados os contratos de exploração do serviço de transporte marítimo e, na sequência disso, vai ser elaborado um projecto de regulamento administrativo que estabelecerá um regime de acesso à exploração de transportes marítimos.

Quanto à construção de postos fronteiriços, a 2.^a fase da Empreitada de Ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco será concluída dentro do próximo ano. Por outro lado, os Governos de Guangdong, de Hong Kong e de Macau já iniciaram os estudos e os trabalhos preparatórios sobre a construção da Ponte Hong Kong, Zhuhai e Macau. O estudo realizado por empresa de consultoria sobre o local de ligação da Ponte com Macau está na fase final, devendo o planeamento urbanístico e a configuração de trânsito articular-se com este projecto.

Aprofundar as tarefas de protecção ambiental e poupança de energia:

Com objectivo de promover os trabalhos de protecção ambiental e reforçar as atribuições do Governo nas áreas da elaboração de legislação e fiscalização, o projecto de lei sobre a criação da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), entrou em processo legislativo. O Governo vai continuar a revisão global da legislação no âmbito de protecção do ambiente, com o objectivo de elaborar um plano de protecção ambiental, a médio e longo prazo, articulado com desenvolvimento da cidade. Por outro lado, iremos iniciar estudos sobre o controlo da poluição luminosa, a introdução do regime de avaliação dos impactos ambientais e o estudo sobre os limites de emissão de óleos e fumos produzidos pelos restaurantes. Continuamos a acompanhar os trabalhos de revisão da legislação sobre o ruído ambiental.

Para o próximo ano, iremos estudar a criação do “Fundo de Protecção Ambiental e Poupança de Energia”, através de dotação de verbas e subsídios destinados às pequenas e médias empresas e às organizações sociais, encorajando-as a optar pela utilização de técnicas e aquisição de equipamentos mais ecológicos. Serão melhoradas as infra-estruturas de protecção do ambiente para responder às necessidades do desenvolvimento social. Iremos ainda realizar estudos e projectos para melhorar os equipamentos de tratamento das águas residuais, de forma a aumentar a capacidade de tratamento das águas domésticas e a qualidade dos efluentes. Iremos iniciar a obra de melhoria dos critérios de emissão para os gases residuais dos incineradores da Central de Incineração de Resíduos.

Com vista a garantir a segurança e a estabilidade da qualidade no abastecimento de água e definitivamente resolver os problemas das marés salgadas, continuamos a negociação com os serviços competentes de Guangdong, através do Grupo Especializado Guangdong-Macau, para adoptar soluções. Em relação à poupança de água, será criado um novo grupo interdepartamental com funções de zelar pela promoção da construção de uma sociedade economizadora de água. O grupo irá promover, junto dos serviços e organismos de interesse público, a aplicação faseada de medidas de poupança de água, fortalecer a sensibilização para poupança de água, no sentido de incentivar os residentes aderirem à poupança de água potável e as empresas privadas a participarem nos respectivos programas.

Na vertente da energia, iremos esforçar a segurança e estabilidade do abastecimento de energia, otimizando a estrutura de energia existente. De modo a aumentar a capacidade de transporte de energia eléctrica entre Zhuhai e Macau, no próximo ano, iremos abrir a quinta interligação da rede eléctrica entre a Ilha da Montanha, em Zhuhai, e Macau. Continuamos a reforçar a rede de distribuição existente e garantir a estabilidade do abastecimento. O gás natural começou a ser importado para Macau desde o início deste ano, sendo primeiramente utilizado na produção de electricidade. Conforme planeado, alargar-se-á gradualmente, à medida da construção da rede de distribuição, a utilização do gás natural, à actividade doméstica e aos transportes públicos. O Governo irá também, através de sensibilização, divulgar a conservação energética, impulsionar os serviços públicos a adoptarem os planos de conservação de energia, incentivar as empresas a escolherem tecnologias de alta eficiência, de forma a progressivamente vulgarizar a utilização de produtos de poupança energética.

Reforço da capacidade de monitorização do ambiente:

Com a Comunidade Internacional a prestar cada vez mais atenção à questão do aquecimento global e com a aplicação a Macau da “Convenção no Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima” e do “Protocolo de Quioto”, o Governo irá desenvolver vários estudos relacionados com as mudanças climáticas, para avaliar as consequências ambientais e elaborar um plano de reacção. Continuaremos a proceder a estudos relacionados com a implementação da “Convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes” em Macau, e reforçaremos a monitorização dos diferentes parâmetros ambientais, os estudos ambientais e a formação técnica.

No sentido de reforçar a divulgação de informações sobre o mau tempo, iremos aperfeiçoar o mecanismo de previsão dos desastres naturais, o modo de reacção e de transmissão da informação, reforçar a cooperação interdepartamental, aperfeiçoar o mecanismo de socorro nas calamidades imprevistas e causadas pelo mau tempo e o mecanismo de coordenação de recuperação dos prejuízos. Relativamente ao fenómeno de inundações durante o mau tempo e nos dias de maré alta, iremos implementar o alarme de três níveis, através da instalação de estações de detecção nas zonas de risco, observar o fenómeno, antecipar a previsão e activar o alarme com antecedência de doze horas, a fim de permitir aos residentes tomarem conhecimento e prestarem atenção. Em simultâneo, iremos fortalecer a divulgação das notícias sobre as tempestades tropicais, fornecendo mais meios de comunicação à população local.

Elevação da qualidade da prestação dos serviços de fornecimento de electricidade e dos serviços de telecomunicações:

Tendo em conta que o prazo do actual contrato de concessão de abastecimento de electricidade vai terminar em 2010, o Governo está a realizar estudos sobre o futuro modelo do mercado de electricidade e vai auscultar a opinião dos sectores da sociedade e consultar a experiência das outras regiões vizinhas, de forma preparar um plano adequado ao desenvolvimento a longo prazo de Macau, ao interesse comum e que assegure a qualidade de vida da sua população.

Na sequência dos resultados da revisão intercalar do “Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações de Macau”, serão antecipadamente liberalizados os actuais serviços telefónico internacional e transmissão de dados. Serão elaborados diplomas, contratos ou licenças adequados à nova situação e será iniciada a consulta e a elaboração de legislação sobre a justa concorrência no sector de telecomunicações. Indo ao encontro do desenvolvimento da sociedade, o Governo, através de investimento público, irá construir, no ano 2009, uma rede de transmissão que permitirá, com maior conveniência, prestar serviços de acesso à Internet de banda larga.

Promoção do Governo Electrónico e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico:

Acompanhando o desenvolvimento e o progresso da sociedade, no próximo ano iremos estudar a possibilidade de ajustar o funcionamento do correio registado, revendo a respectiva legislação. Ao mesmo tempo, expandir-se-ão os destinos da correspondência EMS. O Governo continua a apoiar e promover, a utilização do pagamento electrónico para que mais Serviços Públicos optem pelo modelo “One-Stop” do Governo Electrónico.

O Governo através de mecanismo de cooperação com o Interior da China, vai estimular as instituições de ensino superior, as organizações e entidades de investigação científica a colaborarem com o Interior da China, no âmbito do desenvolvimento da medicina tradicional chinesa, da informação, da protecção ambiental e da divulgação da ciência e tecnologia. No próximo ano, o Conselho de Ciência e Tecnologia vai desenvolver estudos respeitantes à estratégia da ciência e da tecnologia de Macau. O Fundo para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia continua a prestar apoio financeiro aos projectos de ciência e tecnologia e à sua divulgação. Será melhorado o conteúdo do “Prémio de Investigação Científica”, prevendo-se a aceitação de candidaturas já no ano de 2009.

Comissariado contra a Corrupção

Em 2008, o Comissariado contra a Corrupção continuou a orientar-se pela estratégia simultaneamente vocacionada para quatro áreas: “campanha anti-corrupção”, “prevenção”, “promoção de actos normativos” e “educação”. Por um lado, empenhou-se em reforçar a supervisão sobre os quadros superiores e intermédios da função pública, impulsionar a cooperação com os serviços públicos através de sistemas criados para o efeito, divulgar as funções da provedoria de justiça e desenvolver as relações comunitárias visando maior sentido da integridade nos cidadãos. Por outro lado, no âmbito do reforço dos meios integrados para a construção de uma sociedade íntegra, mais recursos foram investidos e foi dado início ao estudo do reajustamento da estrutura orgânica da instituição.

No quadro das LAG do Governo da RAEM, e em cumprimento dos objectivos definidos na “Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção”, o campo da supervisão exercida pelo CCAC será alargado ao sector privado. Com base no estudo das experiências de diversas regiões, e atendendo à realidade do Território, foi elaborado um projecto de lei sobre a matéria, já submetido ao Chefe do Executivo em meados de 2008.

Até Setembro de 2008, foram recebidas 602 queixas e participações nas áreas do combate à corrupção e da provedoria de justiça. Do total dos casos denunciados, os que reuniram condições para se prosseguir com a investigação foram 261, menos do que no período homólogo do ano passado. De entre estes 261 casos, 71 eram penais e 190 da área da provedoria de justiça. Foram instruídos 28 processos e, juntados os transitados do ano anterior e os reabertos, foram tratados um total de 113 processos. Até ao momento, 39 processos foram dados como findos, incluindo os 10 que acabaram por ser encaminhados para o Ministério Público. Para além disso, houve 32 casos de prestação de auxílio na investigação.

O Tribunal Judicial de Base julgou 5 processos remetidos pelo CCAC e o Tribunal de Última Instância proferiu a decisão sobre o caso de Ao Man Long, acusado de corrupção com o envolvimento de montantes avultados. Acresce que este ano, até agora, mais 4 casos conexos com o de Ao Man Long seguiram para os órgãos judiciais. Por outro lado, no primeiro semestre foram descobertos 2 casos de corrupção passiva praticados por guardas prisionais, 2 casos de burla praticados por funcionários públicos e 1 caso de peculato.

Na área da provedoria de justiça, até Setembro deram entrada 190 casos e, juntados os transitados do ano anterior, foram tratados um total de 245 casos. As matérias visadas referiam-se, na sua maioria, ao regime da função pública e ao funcionamento da Administração. Na expectativa de ajudar os queixosos a resolver os problemas com maior brevidade e eficácia, a maioria dos casos foi tratada por intervenção informal e remessa. Só se recorreu à instrução de processo em casos que reportavam matérias relevantes. Por outro lado, foram recebidos 489 pedidos de consulta.

No respeitante à pesquisa, prosseguiu o acompanhamento da aplicação das medidas de melhoria em vários serviços com que o CCAC cooperou em projectos de pesquisa de funcionamento, à medida que se desenvolveram trabalhos subsequentes no âmbito dos dois

projectos de pesquisa de regime jurídico, sobre a concessão de terrenos e sobre a adjudicação de obras, respectivamente. Foi concluído o projecto de pesquisa relativo ao funcionamento do Departamento de Documentos de Viagem da Direcção dos Serviços de Identificação, enquanto o funcionamento do Departamento de Inspeção do Trabalho da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais foi analisado num outro projecto de pesquisa que neste momento avança a bom ritmo. Quanto ao “Plano para uma Gestão Íntegra”, com 60 serviços e instituições públicos foram assinados “Protocolos de Colaboração”, tendo por objectivo auxiliá-los a melhorar a sua gestão interna.

No que se prende com a sensibilização, o CCAC continuou empenhado na expansão das relações comunitárias, na melhoria da eficácia da educação para a integridade e no reforço da disseminação nos adolescentes e estudantes do sentido da honestidade e do cumprimento da lei. A produção de material didáctico destinado aos alunos do ensino secundário está em bom andamento. Há ainda a referir que foram promovidas acções de sensibilização com base no estudo dos casos detectados de ilegalidade e irregularidade administrativas e em áreas mais expostas à corrupção nos últimos anos.

Em 2009, o CCAC continuará a combater a corrupção e fraude com todo o esforço e a intervir activamente na salvaguarda da legalidade administrativa, no uso dos poderes conferidos por lei. Empenhar-se-á na cooperação com os serviços da Administração com maior profundidade, impulsionando-os a assegurar uma gestão íntegra, na ajuda aos cidadãos para conhecerem o funcionamento da Administração e os seus direitos e interesses legítimos, em desenvolver pesquisas de funcionamento e de regimes jurídicos visando a supressão de lacunas propícias à corrupção e à fraude e em expandir activamente as relações comunitárias visando um maior sentido da integridade nos cidadãos.

Em 2009 decorrerão as eleições para o terceiro Chefe do Executivo e para a quarta Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau. Assegurar eleições limpas e defender a credibilidade dos actos eleitorais na RAEM são a prioridade do CCAC para o ano que vem. Relativamente ao alargamento da supervisão exercida pelo CCAC ao sector privado, desde que a medida foi anunciada pelo Governo nas Linhas de Acção Governativa, deu-se início aos trabalhos preparatórios, no que se refere ao reajustamento da distribuição dos recursos, à formação pessoal e ao planeamento de acções de sensibilização para prevenção. Prevê-se que estes trabalhos se desenvolvam de forma mais concreta e mais profunda em 2009.

Na área do combate à corrupção, o CCAC continuará a apostar no reforço da formação do seu pessoal, no exercício das suas atribuições e competências e no desenvolvimento de acções no âmbito das eleições. Ao mesmo tempo, procurará reforçar a recolha e a análise de informações e os mecanismos de prestação de apoio na investigação transfronteiriça.

Supervisionar os serviços públicos relativamente à legalidade administrativa e salvaguardar

os direitos e interesses legítimos dos cidadãos constituem objectivo importante da actividade do CCAC na área da provedoria de justiça. A instituição será firme na investigação das queixas, de forma independente e imparcial, na promoção, por meios diversificados, da correcção de ilegalidades e irregularidades administrativas e na ajuda aos cidadãos para resolver os problemas que os afligem. Procurar-se-á, ao mesmo tempo, impulsionar o Governo a melhorar a transparência dos procedimentos administrativos, com vista à redução de mal-entendidos e disputas entre os cidadãos e a Administração.

A pesquisa de funcionamento continuará a desenvolver-se através de parcerias estabelecidas entre o CCAC e diferentes serviços, tendo por objectivo o aperfeiçoamento de procedimentos administrativos. No âmbito da pesquisa de regimes jurídicos, o estudo partirá do desenvolvimento da sociedade, de áreas objecto de atenção dos cidadãos e de problemas para os quais soluções eficazes não tenham sido encontradas na investigação de casos. À luz do "Protocolo de Colaboração" relativamente ao "Plano para uma Gestão Íntegra", o CCAC continuará a apoiar os serviços no aperfeiçoamento da sua gestão interna visando a integridade.

Em 2009, com base nas acções para generalização do sentido da integridade, serão promovidas campanhas de sensibilização mais sistematizadas e organizadas palestras atendendo aos casos de corrupção e prevaricação ocorridos na Administração Pública em anos recentes. Para as instituições privadas e associações, serão realizadas palestras com temas diversos e actividades de intercâmbio, num esforço conjunto visando a promoção de usos e práticas íntegros. Na formação moral dos jovens, prosseguirá o desenvolvimento dos programas "Nova Geração Íntegra" e "Educação da Juventude para a Honestidade", enquanto se promoverá material didáctico de formação moral produzido para o ensino secundário. De referir que a Delegação do CCAC na Taipa entrará em funcionamento no início de 2009.

A sensibilização para eleições limpas constitui a prioridade na área da sensibilização em 2009. Será promovida, de forma sistematizada, uma série de campanhas com que se pretende transmitir, por meios e canais diversos, mensagens de integridade nas eleições junto das listas de candidatura, eleitores, associações e instituições, e consciencializar toda a população para eleições limpas, mobilizando esforços conjuntos na salvaguarda da sua credibilidade.

Em suma, o CCAC empenhar-se-á no cumprimento das atribuições conferidas por lei, envidando esforços conjugados com toda a população local para a construção de uma sociedade íntegra.

Comissariado de Auditoria

Reflectindo continuamente sobre a experiência que vem acumulando nos oito anos anteriores, o Comissariado da Auditoria, agora, em 2008, a operar com uma nova estrutura orgânica e com mais recursos, conseguiu alcançar de forma mais eficaz os seus objectivos fixados. A par da fiscalização sobre a boa execução e aplicação das finanças públicas, contribuiu ainda para a reforma da administração pública bem como para o auto-aperfeiçoamento dos serviços públicos.

Em articulação com as tarefas de auditoria futuras e o novo regime de administração financeira pública, definido pelo Regulamento Administrativo n.º 6/2006, a Comissária da Auditoria emitiu, em 2007, o Despacho n.º 5/2007. O Comissariado da Auditoria prestou apoio e esclarecimentos aos serviços públicos que encontraram problemas na elaboração das peças contabilísticas de acordo com o novo despacho, capacitando-os a apresentar com maior eficácia as contas de gerência de 2007 ao Comissariado. Utilizando um sistema de contabilidade único, o Governo apresentou pela primeira vez, em 2008, uma conta geral consolidada. O Comissariado da Auditoria, seguindo a política e as normas contabilísticas definidas pelo Governo, examinou a conta geral e apresentou a sua opinião de auditoria.

Paralelamente à auditoria às contas, que foi concluída no tempo programado, o Comissariado da Auditoria continuou a analisar e avaliar os sistemas de gestão orçamental utilizados nos serviços públicos, o que constitui o trabalho preliminar para a consecução de um dos seus objectivos de médio e longo prazo – a implementação da auditoria de sistema.

O Comissariado da Auditoria levou a cabo uma série de auditorias em torno dos Jogos da Ásia Oriental. O exame ao funcionamento e à gestão financeira numa sociedade participada pelo Governo proporcionou valiosa experiência de auditoria. Em 2008, o Comissariado da Auditoria decidiu tomar o Comité Organizador dos Jogos Asiáticos em Recinto Coberto de Macau, S.A. como objecto de uma auditoria específica e divulgou o consequente relatório – “Gestão de fundos do Comité Organizador dos 2.ºs Jogos Asiáticos em Recinto Coberto, S.A.”. Foi desejo do Comissariado da Auditoria poder apresentar à RAEM sugestões com mais-valia e despertar a atenção para a importância da gestão de fundos por parte das empresas-projecto financiadas por dinheiro público.

Decorrendo do seu plano anual de actividades, o Comissariado da Auditoria levou a cabo, em 2008, várias auditorias específicas e de resultados. No relatório “Gestão de publicações do Governo”, o Comissariado da Auditoria, examinou a actividade editorial do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e do Instituto Cultural e, com base nos respectivos resultados, apelou a todos os serviços públicos para que tomassem como objectivos a economia e a boa aplicação do erário público ao longo do processo de impressão. Noutro relatório concluído – “Aquisição e gestão de bens e serviços da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau” – o Comissariado da Auditoria tomou aquela direcção de serviços como caso de estudo, analisou os seus processos de aquisição de bens e serviços, procurando assim contribuir para elevar a eficiência e a eficácia das aquisições a realizar pelos serviços públicos em geral.

Para reforçar a capacidade técnica da sua equipa de auditoria, o Comissariado, em 2008, recrutou um conjunto de pessoas provenientes de áreas profissionais diversas. O Comissariado da Auditoria está agora em condições de recursos humanos mais favoráveis para fazer face às necessidades de auditoria futuras.

A participação activa em actividades de intercâmbio e conferências internacionais no âmbito da auditoria contribui para um desempenho mais eficaz por parte do Comissariado da Auditoria. Em Maio de 2008, a Comissária da Auditoria participou na V Assembleia Geral da Organização das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada na cidade portuguesa do Porto. A participação foi em representação da RAEM, que detém o estatuto de observador na organização. Em reunião plenária, a Comissária da Auditoria manifestou o desejo de poder colaborar na realização de um seminário em Macau, ao qual a Assembleia Geral correspondeu com a deliberação unânime no sentido de o realizar em 2009. Em Outubro de 2008, a convite do Comissariado Nacional da Auditoria, este Comissariado participou no “Seminário de Auditoria Ambiental da Organização das Instituições Supremas de Auditoria da Ásia”, realizado na cidade de Hangzhou. Em finais do mesmo mês, vários técnicos de auditoria participaram no seminário “CPA Australia Forum 2008”, realizado em Hong Kong. No final do ano, a convite da Associação de Auditoria da Província de Guangdong, o Comissariado da Auditoria destacou elementos do seu pessoal de auditoria para participar no “Seminário sobre a Teoria e a Prática na Gestão de Auditoria em Guangdong, Hong Kong, Macau e Taiwan”, realizado em Cantão.

A realização sistemática de cursos de formação dirigidos ao pessoal de auditoria constitui preocupação permanente do Comissariado da Auditoria. Em Março de 2008, a solicitação do Comissariado da Auditoria, a instituição suprema de auditoria do Paquistão realizou, em Macau, um curso específico de auditoria de resultados. Os formadores experientes expuseram o pessoal de auditoria a informações de auditoria mais actualizadas, o que contribuiu para elevar a sua competência profissional.

No domínio da divulgação, em 2008, o Comissariado da Auditoria afectou mais recursos e dedicou maiores esforços na implementação duma acção de divulgação dirigida a serviços públicos, apresentando aos respectivos dirigentes, chefias e trabalhadores pertinentes os fundamentos da auditoria e insistindo junto dos mesmos a cultura de economia. Simultaneamente, o Comissariado da Auditoria e a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública acordaram, com efeitos a partir de 2008, introduzir no programa do “Curso de Formação Essencial para os Funcionários Públicos”, um módulo temático – “Conhecer a cultura de auditoria”. A formação em temas específicos de auditoria oferecida nos últimos anos aos alunos da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau e dos Serviços de Alfândega foi continuada em 2008.

Para além dos trabalhos de divulgação dirigidos a serviços públicos, o Comissariado da Auditoria tem realizado, de modo continuado, sessões de apresentação sobre a auditoria junto de associações civis, estudantes do ensino superior e alunos do ensino secundário

complementar. Através das sessões de apresentação de níveis diferentes, o Comissariado da Auditoria espera conseguir que os cidadãos em geral venham a reconhecer a estreita relação entre eles e a actividade de auditoria.

Para o próximo ano, o Comissariado da Auditoria vai, firmemente, continuar a desenvolver a actividade de auditoria, que será alargada e aprofundada, com vista a elevar o nível da gestão e das operações financeiras dos serviços públicos, cumprindo assim a responsabilidade que lhe compete no desenvolvimento sustentável de Macau.

A auditoria de contas é uma das actividades elementares do Comissariado da Auditoria. No novo ano, para alargar a cobertura da auditoria e baixar os custos inerentes, bem como para aumentar a sua eficácia e eficiência, o Comissariado da Auditoria, maximizando a afectação dos recursos existentes e de acordo com os seus objectivos de médio e longo prazo, vai, em paralelo, realizar a auditoria de contas e concluir metodicamente as tarefas preliminares da auditoria de sistema.

A prática dos anos comprova que as auditorias específicas e de resultados produzem um impacto muito positivo no estímulo ao auto-aperfeiçoamento e à auto-valorização, bem como ao aumento da eficácia e eficiência e ao bom uso de recursos por parte dos serviços públicos. A realização de auditorias específicas e de resultados vai continuar a ocupar um lugar de relevo no plano de actividades do Comissariado da Auditoria, pois, através delas, o Comissariado poderá apresentar as suas opiniões técnicas e sugestões de melhoramento para que os serviços públicos aprofundem os seus conhecimentos e melhorar as suas técnicas de gestão financeira e na aplicação apropriada e razoável do erário público.

Em 2009, Macau acolherá pela primeira vez um seminário da Organização das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O Comissariado da Auditoria, enquanto colaborador da realização, vai empenhar-se activamente neste seminário internacional e contribuir para que venha a ser um sucesso. A realização do seminário em Macau promoverá o nível e a técnica dos trabalhos de auditoria, como também irá contribuir para divulgar a imagem da RAEM, constituindo assim uma óptima iniciativa para ambas as partes.

Para que os seus trabalhadores possam valorizar-se continuamente, tanto em termos de competências técnicas assim como em termos de realização de auditorias, o Comissariado da Auditoria vai, no novo ano, prosseguir com uma formação baseada no aproveitamento de recursos externos e no envio do pessoal ao exterior. O Comissariado da Auditoria acredita que a sua equipa só poderá cumprir as tarefas de auditoria de forma distinta e com elevada acuidade profissional, se se investir na sua melhoria contínua em conhecimentos técnicos, na aprendizagem, na introdução de técnicas adoptadas por instituições congéneres mais avançadas do *Interior* e dos países estrangeiros, bem como na intensificação de intercâmbio e de cooperação.

Em 2009, o Comissariado da Auditoria continuará a organizar sessões de apresentação sobre a auditoria dirigidas a dirigentes, chefias e outros trabalhadores pertinentes dos serviços públicos, com vista a, numa abordagem *de cima para baixo*, disseminar a cultura de auditoria. Ao mesmo tempo, vai estender a cooperação com a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, mantendo a inclusão do módulo “Conhecer a cultura de auditoria” no programa do “Curso de Formação Essencial para os Funcionários Públicos”. Através de vias e formas diversificadas de divulgação, o Comissariado da Auditoria espera poder vir a reforçar as relações de cooperação com os serviços públicos e que os trabalhadores da função pública de todos os níveis possam vir a conhecer e aceitar melhor as atribuições e funções do Comissariado.

A eficácia da actividade de auditoria poderá também ser melhorada havendo um conhecimento, respeito e aceitação da cultura de auditoria por parte da sociedade civil. Neste sentido, o Comissariado da Auditoria vai procurar manter uma boa comunicação com as associações e vai alargar a cobertura das acções de divulgação, procurando que mais alunos venham a conhecer a actividade de auditoria do Governo e a noção de boa aplicação de recursos públicos, na expectativa de que, gradual e subtilmente, se consiga consolidar a cultura de auditoria.

**Projecto de Orçamento
das Receitas e Despesas da
Região Administrativa Especial
de Macau para o ano de 2009
— Síntese —**

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009

- SINTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2009 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2009 Proposta
RECEITAS CORRENTES	41.000.735.800,00		
01- IMPOSTOS DIRECTOS	31.927.573.800,00	01-01 Governo da RAEM	12.860.000,00
02- IMPOSTOS INDIRECTOS	1.559.388.100,00	01-02 Gabinete do Chefe do Executivo	127.368.500,00
03- TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.045.226.700,00	01-03 Secretaria do Conselho Executivo	9.561.000,00
04- RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	1.766.532.200,00	01-06 Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça	25.121.800,00
05- TRANSFERÊNCIAS	2.559.430.800,00	01-07 Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	38.642.300,00
06- VENDA DE BENS DURADOUROS	3.562.600,00	01-08 Gabinete do Secretário para a Segurança	21.722.300,00
07- VENDA DE SERVIÇOS E BENS NÃO DURADOUROS	992.789.000,00	01-09 Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura	163.284.100,00
08- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.146.232.600,00	01-10 Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas	45.485.900,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.714.063.400,00	01-12 Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	17.382.600,00
09- VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	68.821.300,00	01-13 Delegação Económica e Comercial de Macau (Junto da União Europeia)	6.777.500,00
10- TRANSFERÊNCIAS	0,00	01-15 Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim	22.255.000,00
11- ACTIVOS FINANCEIROS	174.634.000,00	01-17 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	11.182.200,00
13- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.411.556.900,00	01-18 Gabinete para a Reforma Jurídica	26.690.000,00
14- REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	59.051.200,00	01-19 Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	16.622.500,00
		01-20 Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	64.205.000,00
		01-21 Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético	31.305.200,00
		01-22 Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	47.915.200,00
		01-23 Gabinete de Informação Financeira	20.843.000,00
		01-24 Gabinete para os Recursos Humanos	49.533.800,00
		01-25 Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes	22.363.200,00
		03-00 Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	349.679.000,00
		05-00 Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	2.194.229.600,00
		07-00 Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	116.117.000,00
		08-00 Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações	39.807.400,00
A transportar.....	44.714.799.200,00	A transportar.....	3.480.904.100,00

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009

- SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2009 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2009 Proposta
Transporte.....	44,714,799,200.00	09-00 Direcção dos Serviços de Finanças	3,480,904,100.00
		11-00 Pensões e Reformas	322,491,300.00
		12-00 Despesas Comuns	6,351,200.00
		13-00 Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	5,424,806,200.00
		14-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	37,852,900.00
		18-00 Direcção dos Serviços de Identificação	240,000,000.00
		19-00 Direcção dos Serviços de Economia	207,751,000.00
		20-00 Estabelecimento Prisional de Macau	336,021,300.00
		21-00 Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau	277,306,800.00
		22-00 Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos	394,653,000.00
		23-00 Direcção dos Serviços de Turismo	53,867,000.00
		24-00 Gabinete de Comunicação Social	146,808,800.00
		25-00 Serviços de Polícia Unitários	92,803,500.00
		26-00 Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	29,893,000.00
		27-00 Capitania dos Portos	147,380,600.00
		28-00 Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	178,018,000.00
		29-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	2,109,464,000.00
		30-00 Conselho dos Magistrados Judiciais	250,130,800.00
		31-00 Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	620,000.00
		32-00 Polícia Judiciária	56,617,000.00
		34-00 Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	340,227,400.00
		35-00 Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	202,316,400.00
		37-00 Instituto do Desporto	238,002,500.00
		38-00 Instituto Cultural	115,555,000.00
		40-00 Investimentos do Plano	165,335,000.00
A transportar.....	44,714,799,200.00	A transportar.....	10,500,000,000.00
			25,355,176,800.00

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009

- SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2009 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2009 Proposta
Transporte.....	44,714,799,200,00	50-00 Contas de Ordem - Consignações, Participações e Transferências Orçamentais	25,355,176,800,00
		50-03 Fundo de Acção Social Escolar	7,369,000,00
		50-04 Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	216,120,000,00
		50-05 Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	11,863,800,00
		50-06 Fundo de Turismo	2,213,060,000,00
		50-07 Instituto de Acção Social	538,234,000,00
		50-10 Obra Social da Polícia Judiciária	1,285,477,800,00
		50-11 Obra Social da Polícia de Segurança Pública	4,059,000,00
		50-15 Direcção dos Serviços de Correios	27,985,000,00
		50-16 Cofre dos Assuntos de Justiça	319,160,000,00
		50-17 Imprensa Oficial	140,200,000,00
		50-18 Fundo de Pensões	102,000,000,00
		50-20 Fundo de Segurança Social	495,482,700,00
		50-21 Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	2,327,976,300,00
		50-22 Autoridade Monetária de Macau	2,908,900,00
		50-23 Instituto de Habitação	253,226,800,00
		50-25 Autoridade de Aviação Civil	173,770,000,00
		50-26 Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	47,473,800,00
		50-27 Comissariado Contra a Corrupção	186,984,400,00
		50-28 Serviços de Saúde	131,477,000,00
		50-29 Universidade de Macau	2,443,342,400,00
		50-31 Instituto Politécnico de Macau	795,943,600,00
		50-32 Fundo de Desenvolvimento Desportivo	509,943,400,00
		50-33 Fundo de Cultura	407,450,000,00
		50-34 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	255,277,000,00
A transportar.....	44,714,799,200,00	A transportar.....	4,711,600,00
			38,256,673,300,00

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009

- SINTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2009 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2009 Proposta
Transporte.....	44,714,799,200.00	Transporte.....	38,256,673,300.00
		50-35 Conselho de Consumidores	22,750,000.00
		50-36 Instituto de Formação Turística	142,000,000.00
		50-37 Fundo Social da Administração Pública de Macau	22,211,000.00
		50-38 Conselho do Ambiente	41,143,300.00
		50-39 Obra Social do Corpo de Bombeiros	4,222,100.00
		50-41 Serviço do Comissariado da Auditoria	64,644,000.00
		50-42 Gabinete do Procurador	223,813,800.00
		50-43 Gabinete do Presidente do Tribunal da Última Instância	284,560,000.00
		50-44 Assembleia Legislativa	78,000,000.00
		50-45 Fundação Macau	2,499,407,000.00
		50-46 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	1,418,320,000.00
		50-47 Obra Social dos Serviços de Alfândega	2,285,500.00
		50-48 Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	199,996,700.00
		50-49 Obra Social da Capitania dos Portos	2,160,000.00
		50-50 Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	46,300,000.00
		50-51 Fundo de Reparação Predial	90,500,000.00
		50-52 Fundo de Desenvolvimento Educativo	576,223,000.00
		Provisão para Acumulação de Saldo de Execução Orçamental (com exclusão dos Organismos Autónomos)	126,366,500.00
		Provisão para Acumulação de Saldo de Execução Orçamental (Organismos Autónomos)	613,223,000.00
Total	44,714,799,200.00	Total	44,714,799,200.00